



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**NELSON AMARILDO DA SILVA VARELA**

**A Igreja Católica de Cabo Verde no  
contexto da Transição Política de  
1989 a 1991**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Professora Doutora Rita Mendonça Leite

**Lisboa  
2023**

*A Deus pelo dom da vocação e pela vida;*  
*À Diocese de Mindelo e o seu pastor Dom Ildo Fortes*  
*pela confiança e pelo apoio;*  
*À minha orientadora Professora Rita Leite*  
*À minha mãe Joana (Judite) e aos meus irmãos, Eunice,*  
*Rosalina, José Manuel, Silvânia, Elisabete e Ana Rosa*  
*que me impulsionaram com as suas palavras de força;*  
*Aos meus sobrinhos, Sara, Elton, Melissa, Aline e*  
*Leandro;*  
*Aos padres, Osvaldo, Ima, Hélio Jorge e João Lucas pelo*  
*suporte;*  
*À Comunidade Católica cabo-verdiana em Lisboa,*  
*Aos meus amigos.*

## ÍNDICE

RESUMO .....	4
ABSTRACT .....	5
SIGLÁRIO E ABREVIATURAS .....	6
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 – A TRANSIÇÃO POLÍTICA EM CABO VERDE.....	9
<b>1.1. Cabo Verde .....</b>	<b>9</b>
<i>1.1.1. Resenha histórica.....</i>	<i>10</i>
<i>1.1.2. Síntese Histórica da Igreja em Cabo Verde .....</i>	<i>12</i>
<i>1.1.3. A sociedade Cabo-verdiana (caracterização) .....</i>	<i>16</i>
<b>1.2. Transição.....</b>	<b>19</b>
<b>1.3. Intervenções da Igreja no processo de transição.....</b>	<b>21</b>
<i>1.3.1. Indicações e orientações da Diocese.....</i>	<i>23</i>
<b>1.4. O papel da Imprensa escrita .....</b>	<b>26</b>
<i>1.4.1. Jornal Terra Nova .....</i>	<i>28</i>
<i>1.4.2. Jornal Vozdipovo .....</i>	<i>30</i>
CAPÍTULO 2 – CONTRIBUIÇÕES EXTERNAS.....	31
<b>2.1. Contexto político internacional.....</b>	<b>31</b>
<b>2.2. Papel do magistério .....</b>	<b>34</b>
<b>2.3. A posição da igreja .....</b>	<b>43</b>
<i>2.3.1. O Bispo Dom Paulino Évora .....</i>	<i>44</i>
<i>2.3.2. A visita e a mensagem do Papa João Paulo II a Cabo Verde. ....</i>	<i>47</i>
<i>2.3.3. O impacto da visita e das mensagens do Papa no cenário político cabo-verdiano .....</i>	<i>52</i>
CAPÍTULO 3 – AVALIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO .....	54
<b>3.1. A contribuição da Igreja: uma análise.....</b>	<b>54</b>
<b>3.2. Contribuição da diáspora Cabo-verdiana .....</b>	<b>59</b>
<b>3.3. A criação da Diocese de Mindelo .....</b>	<b>65</b>
CONCLUSÃO.....	72
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	75
ANEXOS.....	80

## RESUMO

Intitulada «A Igreja Católica de Cabo Verde no contexto da Transição Política de 1989 a 1991», esta dissertação visa analisar as contribuições e papel da Igreja Católica em Cabo Verde no processo de Transição Política de 1991. Esta dissertação é fruto de uma investigação desenvolvida com base na documentação do Arquivo da Diocese de Santiago e em imprensa periódica coeva.

Para contextualizar o objeto de estudo, começa-se por fazer um enquadramento histórico sobre o país e sobre a história da Igreja em Cabo Verde desde o início da sua povoação até à época em análise. Esse enquadramento é feito de forma resumida e também englobando períodos e acontecimentos importantes da história. Fez-se também um enquadramento sobre o tema da transição política e neste contexto apresentou-se e analisou-se as indicações e orientações da Igreja Católica Romana e o papel da Imprensa escrita neste processo.

Seguidamente são analisados o contexto externo no período em análise e a sua contribuição no processo de transição em Cabo Verde. O contexto político internacional pressionava para uma onda de democratização sem precedentes e da parte da Igreja Católica tanto os documentos do magistério a partir do Concílio Vaticano II, bem como os pronunciamentos dos Romanos Pontífices davam ideia de mudança de regime/ideologia política, apelando à liberdade e a uma política mais humana. A Igreja demonstrou sempre com clareza a sua posição de acordo com os seus ensinamentos, e em Cabo Verde esta posição ficou patente na análise que se fez do ministério Episcopal de Dom Paulino Livramento Évora, Bispo de Santiago de Cabo Verde no período da transição e nos discursos e homilias do Santo Padre o Papa João Paulo II durante a sua visita a Cabo Verde.

Por último, fez-se uma avaliação da contribuição da Igreja no processo de transição, de forma a perceber o impacto desta contribuição na instrução e formação da consciência dos fiéis e também nesta parte fez-se uma breve análise da história da emigração cabo-verdiana e a sua contribuição no processo de transição. Enquadrado neste período analisamos a história da criação da Diocese de Mindelo, cujo início remonta o início da transição.

**Palavras-chaves:** Cabo Verde; História Religiosa; Igreja Católica; Religião e Política; Transição democrática.

## ABSTRACT

Entitled «The Catholic Church in Cabo Verde in the context of the Political Transition from 1989 to 1991», this dissertation aims to analyse the contributions and role of the Catholic Church in Cabo Verde in the Political Transition process of 1991. This dissertation is the result of an investigation developed based on documentation from the Archive of the Diocese of Santiago and contemporary periodical press.

In order to contextualise the object of study, we begin with a historical overview of the country and the history of the Church in Cabo Verde from the beginning of its settlement to the period under analysis. This framework is summarised and also covers important periods and events in history. Other framework is also provided on the subject of political transition and in this context the Church's indications and guidelines and the role of the written press in this process are presented and analysed.

The external context of the period under analysis and its contribution to the transition process in Cabo Verde are analysed below. The international political context was pushing for an unprecedented wave of democratisation, and on the part of the Catholic Church both the documents of the magisterium from the Second Vatican Council onwards, as well as the pronouncements of the Roman Pontiffs, gave the idea of regime change/political ideology, calling for freedom and a more humane politics. The Church has always clearly demonstrated its position in accordance with its teachings, and in Cabo Verde this position was evident in the analysis of the episcopal ministry of Dom Paulino Livramento Évora, Bishop of Santiago de Cabo Verde during the transition period and in the speeches and homilies of the Holy Father, Pope John Paul II, during his visit to Cabo Verde.

Finally, an assessment was made of the Church's contribution to the transition process, in order to understand the impact of this contribution on the instruction and formation of the conscience of the faithful and also in this part a brief analysis was made of the history of Cabo Verde emigration and its contribution to the transition process. Within this period, we analysed the history of the creation of the Diocese of Mindelo, whose beginnings date back to the start of the transition.

**Keywords:** Cabo Verde; Religious History; Catholic church; Religion and Politics; Democratic transition.

## SIGLÁRIO E ABREVIATURAS

ANC	Congresso Nacional Africano
ANP	Assembleia Nacional Popular
CRCV	Constituição da República de Cabo Verde
CSSP	Congregatio Sancti Spiritus (Congregação do Espírito Santo – Espiritanos)
EUA	Estados Unidos da América
GS	<i>Gadium et Spes</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
LG	<i>Lumen Gentium</i>
MPD	Movimento para Democracia
OA	<i>Octagesima Adveniens</i>
OFM	Ordem dos Frades Menores
ONU	Organização das Nações Unidas
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PP	<i>Populorum Progressio</i>
RH	<i>Redemptor Hominis</i>
SDB	Salesianos de Dom Bosco
SRS	<i>Sollicitudo Rei Socialis</i>
UCID	União Caboverdiana Independente e Democrática
UNICV	Universidade de Cabo Verde
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## INTRODUÇÃO

A década de 80 e princípio da de 90 do século XX foi marcado por grandes mudanças políticas que culminaram em processos de transição democrática. A nossa dissertação irá abordar na perspectiva da Teologia Histórica o caso da Transição Política Cabo-verdiana analisando o papel da Igreja Católica neste processo. Elegemos como título orientador «A Igreja Católica de Cabo Verde no contexto da transição Política de 1989 a 1991».

Após uma análise cuidada do universo em estudo, foi identificado uma lacuna (um hiato) de conhecimento. Essa lacuna consiste em conhecer o posicionamento, as ações e as contribuições da Igreja Católica em Cabo Verde no processo de transição política nos anos 1989 a 1991. Por isso, procurando compreender o processo de transição do regime de partido único para o regime pluripartidário ocorrido em Cabo Verde nos finais de 1990 e início de 1991, traçamos como objetivo principal desta dissertação a análise da posição da Igreja Católica no contexto desta Transição Política e, a partir desta investigação e análise, apresentar o papel, as ações e contribuições da Igreja, antes, durante e depois da transição que ditou a derrota do partido único que governava há quinze anos.

Com base em interrogações iniciais queremos, na nossa investigação, poder chegar a uma conclusão no âmbito da Teologia histórica: Qual foi o papel da Igreja Católica no processo de Transição Política em Cabo Verde? Que indicações e orientações foram dadas pela Igreja aos seus fiéis? Qual a importância da Visita do Papa João Paulo II para o processo de Transição Política em Cabo Verde? Quais as influências do contexto histórico-político internacional no processo de Transição em Cabo Verde?

A investigação passou pela recolha e análise de dados e documentos de Arquivo da Diocese de Santiago, bem como a imprensa periódica da época – Terra Nova e Vozdipovo - e de bibliografia sobre o tema. A nossa dissertação está estruturada em três capítulos, sendo que os dois primeiros são de cunho investigativo para lançar as bases para o terceiro que será de natureza mais conclusiva e apresentará os resultados da nossa pesquisa. No primeiro capítulo, far-se-á uma revisão da literatura apresentando uma breve resenha histórica sobre Cabo Verde e da presença da Igreja no país, a situação socioeconómica, o fenómeno da emigração e ainda analisando as razões pela qual houve uma transição, tendo em conta a imprensa periódica (Jornal Vozdipovo e Terra Nova). No segundo capítulo apresentar-se-á as contribuições externas no processo de Transição Política Cabo-verdiana analisando o contexto histórico internacional, as contribuições do magistério da Igreja, e a visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II a Cabo Verde. No terceiro capítulo, abordar-se-á em forma de síntese conclusiva a contribuição da Igreja Católica Cabo-verdiana no processo de Transição, a

contribuição da diáspora Cabo-verdiana neste processo. Como apontamento final falar-se-á da criação da Diocese de Mindelo anos mais tarde.

Optámos por abraçar este tema, como membro desta Igreja local e como forma de contribuir na investigação e aprofundamento deste período importante na história da Igreja em Cabo Verde e do próprio Estado Cabo-verdiano. Embora seja um período «recente» da História, carece de uma investigação não só para o nosso trabalho académico para obtenção do grau de mestre em Teologia, mas também para a contribuição à História da Igreja Católica em Cabo Verde que caminha para os 500 anos da sua presença neste Arquipélago.

## CAPÍTULO 1 – A TRANSIÇÃO POLÍTICA EM CABO VERDE

### 1.1. Cabo Verde

Cabo Verde é um arquipélago de 10 ilhas de origem vulcânica, localizado na costa ocidental Africana a uma distância de 320 milhas marítimas e 500 km do Senegal para a Ilha mais a leste, a Boavista. As ilhas do arquipélago integram-se em dois grupos, o de Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista) e o de Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava). As dez ilhas são ainda complementadas por 16 ilhéus.

A superfície total de Cabo Verde é de 4033 km<sup>2</sup>, sendo a ilha mais extensa a de Santiago (991 km<sup>2</sup>) e a mais pequena a ilha de Santa Luzia (45 km<sup>2</sup>).

O clima do arquipélago é semiárido, pois é fortemente marcado pelos ventos alísios, que sopram de Nordeste e são dominantes. O período de parcas chuvas tem lugar entre o mês de julho e outubro, por influência da monção tropical, a temperatura média varia entre os 24° e os 29° centígrados.<sup>1</sup> O arquipélago sofre influência do clima desértico da Região do Sahel, provocando irregularidades na precipitação (longos períodos de seca e chuvas torrenciais que provocam estragos).<sup>2</sup>

Devido às características climatéricas acima referidas proporciona às ilhas de forma diferenciada um aspeto árido, seco e predominantemente castanho. São longos os períodos de seca, isso faz com que a flora local seja também reduzida e reservada a lugares com alguma humidade, como montanhas e vales. A flora local espontânea é composta por 755 espécies vegetais, das quais se enumeram 83 endémicas, entre 224 indígenas. A fauna cabo-verdiana é também reduzida, algumas espécies foram introduzidas com a descoberta das ilhas e algumas já habitavam as ilhas, na sua maioria répteis e algumas aves.<sup>3</sup>

A sua localização na encruzilhada da Europa e da América e a sua proximidade ao continente africano, desde cedo contribuiu para o seu povoamento e evolução da sua situação socioeconómica e cultural.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Cf. Contacto Virtual design de comunicação. Ida, «História», *As Ilhas de Cabo Verde*, setembro de 2009, 102.

<sup>2</sup> Cf. Lígia Ferreira, *Cabo Verde* (Lisboa: Universidade Aberta, 1997), 14.

<sup>3</sup> Cf. Contacto Virtual design de comunicação. Ida, «Meio ambiente», *As Ilhas de Cabo Verde*, setembro de 2009, 104–5.

<sup>4</sup> Cf. Ferreira, *Cabo Verde*, 13.

### 1.1.1. Resenha histórica

As ilhas de Cabo Verde foram descobertas entre 1460 e 1462 por navegadores portugueses durante a expansão marítima. Os descobridores apontados são António da Noli e Diogo Afonso. Relatos históricos demonstram que as ilhas foram encontradas desertas, pelo que se procedeu à implementação de um modelo de ocupação. De acordo com Daniel Pereira:<sup>5</sup>

O documento mais antigo que se conhece sobre Cabo Verde é a Carta Régia de 3 de dezembro de 1460, pela qual D. Afonso doa as Ilhas então descobertas ao infante Dom Fernando. Incluía essa doação, além dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, as cinco primeiras Ilhas de Cabo Verde descobertas por Noli, ainda em vida do Infante Dom Henrique, ou seja, S. Jacobo, Felipe (Fogo), a Ilha das Maias (Maio), S. Cristóvão (Boavista), e a Ilha Lhana (Sal).<sup>6</sup>

O povoamento das Ilhas teria tido o seu início entre 1461 e 1462 começando pela Ilha de Santiago, e como incentivo à ocupação da mesma foram concedidos aos possíveis moradores alguns privilégios. As ilhas não eram muito atrativas à ocupação, já que não possuíam riquezas naturais.<sup>7</sup>

Apesar de tudo, a localização geoestratégica das Ilhas impulsionou o seu povoamento como forma de garantir um apoio logístico à navegação. Cabo Verde passa a ser o ponto de referência nas viagens para o Atlântico sul. Exemplo disso foi em 1500 a passagem de «Pedro Álvares Cabral, a caminho do Brasil, dar fundo no porto da Preguiça em S. Nicolau».<sup>8</sup> Portanto a posição geoestratégica de Cabo Verde é sem dúvida a motivação principal para a ocupação inicial das ilhas. Dada a sua orientação estratégica as ilhas colaboraram no entreposto comercial e de abastecimento, em particular no tráfego de escravos. Serviam de ligação entre a Europa, África e o Brasil. Houve também outras motivações de alguma importância, como Cartas de privilégios e a liberdade comercial com a costa ocidental africana. Do ponto de vista ideológico, a expansão da fé é apresentada como sendo também uma das motivações, defendida pela Igreja, com apoio de Roma. Essa ideologia justificava a questão da escravização, da subjugação, do comércio e da cristianização do negro gentio.<sup>9</sup>

O povoamento das ilhas deu-se de forma gradual, começando nas Ilhas de Santiago e Fogo e mais tarde para as outras Ilhas conforme a evolução da situação populacional e do desenvolvimento local. O primeiro ciclo do povoamento deu-se nos séculos XV e XVI naquelas ilhas; o segundo ciclo nos séculos XVII e XVIII nas ilhas de Santo Antão, São

---

<sup>5</sup> Cf. Daniel Pereira, *Estudos da História de Cabo Verde*, 2ª (Praia: Alfa Comunicações, 2005), 33.

<sup>6</sup> Pereira, 33.

<sup>7</sup> Cf. Pereira, 33–34.

<sup>8</sup> Pereira, 35–36.

<sup>9</sup> Cf. Pereira, 55.

Nicolau e Brava; e o terceiro ciclo no século XVIII nas ilhas da Boavista, Maio, São Vicente e Santa Luzia (nesta o povoamento não teve sucesso).<sup>10</sup> A ilha do Sal foi povoada muito mais tarde com o desenvolvimento à volta do aeroporto. No processo de colonização, Cabo Verde foi sempre considerado um caso particular em relação às outras colónias, pela sua situação geológica e climatérica, e pela sua situação demográfica, política e económica. A administração colonial procedeu à divisão em capitánias o território como forma de garantir a administração e o povoamento gradual.<sup>11</sup>

Depois de quase 500 anos de colonização portuguesa, Cabo Verde não ficou isento ao aparecimento de movimentos independentistas da África portuguesa nos anos de 1961 a 1974. A luta armada não se deu em Cabo Verde, mas, Cabo-Verdianos que viviam na Guiné e não só, juntaram-se ao líder Amílcar Cabral para a fundação do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), com o objetivo de reclamar a independência destes dois povos.<sup>12</sup>

A luta armada na Guiné conheceu o seu fim com o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau em setembro de 1974 e de Cabo Verde em julho de 1975. Após essa data, Cabo Verde vive um período de indefinição em relação ao projeto de unidade em relação a Guiné-Bissau. O projeto de unificação dos dois estados como sendo duas repúblicas autónomas federadas entre si não pôde avançar por muito tempo, conhecendo o seu fim no ano de 1980 e provocando em 1981 a mudança do nome do PAIGC para PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde).<sup>13</sup>

Cabo Verde torna-se num Estado pluripartidário em 1990 com a decisão pela abertura, transição política, e realizam-se a 13 de janeiro de 1991 as primeiras eleições legislativas, sendo as primeiras da África lusófona. Destas eleições saiu vitorioso o Movimento para Democracia (MPD), com uma maioria qualificada. Este movimento iria governar o país por 10 anos, sendo derrotada nas eleições legislativas de 2001.

---

<sup>10</sup> Cf. Contacto Virtual design de comunicação. lda, «História», 111–13.

<sup>11</sup> Cf. Ferreira, *Cabo Verde*, 16–17.

<sup>12</sup> Cf. Ferreira, 17.

<sup>13</sup> Cf. Ferreira, 17–18.

### 1.1.2. Síntese Histórica da Igreja em Cabo Verde

A presença da Igreja Católica Romana em Cabo Verde tem o seu início com a chegada de dois missionários Franciscanos em 1466 que se instalaram no seio da comunidade de Ribeira Grande.<sup>14</sup> A história da Igreja em Cabo Verde confunde-se com a do descobrimento e povoamento das ilhas. Isto porque os primeiros navios a chegarem a Cabo Verde traziam colonos e missionários, facto que caracterizava a expansão marítima portuguesa onde o poder civil e eclesiástico andavam muito unidos.<sup>15</sup> De acordo com Federico Cerrone, «A difusão do cristianismo prosperou, acompanhando o progressivo povoamento de Santiago e do Fogo, sendo disso responsável a Ordem de Cristo, herdeira, em Portugal, da extinta Ordem dos Templários».<sup>16</sup>

É a Ordem de Cristo que controla toda a administração religiosa e missionária em Cabo Verde desde o princípio do povoamento e por muito tempo. A casa ducal de Beja, cujo representante era o Mestre da Ordem de Cristo ficou responsável pelo envio de eclesiásticos. Os membros da casa de Avis, tinham o encargo de construir igrejas e capelas e também enviar missionários, na qualidade de reis de Portugal e administradores da Ordem de Cristo.<sup>17</sup> Ribeira Grande recebeu construções de Igrejas e capelas sendo «a primeira capela a de Nossa Senhora da Conceição, da cidade de Ribeira Grande, teria sido mandada edificar pelo infante D. Fernando, entre 1466 e 1470, erguida sobre invocação do Espírito Santo».<sup>18</sup> Em 1511 as ilhas de Santiago e Fogo já tinham paróquias, onze em Santiago e dois no Fogo. Cabo Verde deixaria de fazer parte da jurisdição de Tomar com a criação do Bispado do Funchal em 1514, cuja Diocese contemplava as ilhas atlânticas e terras subordinadas à Ordem de Cristo.<sup>19</sup>

O crescimento populacional e comercial, a sua posição geoestratégica e os privilégios concedidos, levaram à criação do Bispado de Santiago de Cabo Verde, por D. João III em 1532, confirmado pela Bula *Pro Excellentia* do Papa Clemente VII em janeiro de 1533.<sup>20</sup> Dom Brás Neto OFM (1533-1538) foi o primeiro bispo da diocese de Santiago de Cabo Verde e tinha sob a sua responsabilidade não só o arquipélago, mas toda a costa ocidental africana,

---

<sup>14</sup> Cf. Pereira, *Estudos da História de Cabo Verde*, 39.

<sup>15</sup> Cf. Ferreira, *Cabo Verde*, 119–20.

<sup>16</sup> Cf. Federico Cerrone, *Cabo Verde, Cruzamento do Atlântico Sul* (Fossano -Mindelo: Centro Missões Estrangeiras Irmãos Capuchinhos - Edição Radio Nova, 1997), 143.

<sup>17</sup> Cf. Ferreira, *Cabo Verde*, 120–21.

<sup>18</sup> Pereira, *Estudos da História de Cabo Verde*, 39.

<sup>19</sup> Cf. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, *História geral de Cabo Verde*, 2a ed, vol. I (Lisboa Praia: Inst. de Investigação Científica Tropical. Centro de Est. de Hist. e Cartografia Antiga; Inst. Nacional de Investigação Cultural, 2001), 122.

<sup>20</sup> Cf. Pereira, *Estudos da História de Cabo Verde*, 39.

desde o rio Gâmbia até ao cabo das Palmas e o rio Santo André.<sup>21</sup> A Diocese criada é desmembrada da Diocese do Funchal. De acordo com Maria Emília Madeira Santos:

Quer a Diocese de Cabo Verde quer a de São Tomé foram erigidas em pequenas ilhas povoadas por portugueses e seus escravos, mas tinham como objetivo a cobertura eclesiástica de vastíssimas áreas não submetidas à soberania portuguesa e cujos limites no sentido da penetração terrestre eram completamente desconhecidos.<sup>22</sup>

Anos mais tarde já se falava de sacerdotes nativos, em vários documentos, isto na sequência da abertura de uma escola de latim e moral na Ribeira Grande. O padre António Vieira, de passagem por Santiago para o Brasil, relata ter encontrado «cinco canónicos negros como carvão, mas tão compostos, doutos e grandes músicos de fazer inveja àqueles que se encontram nas nossas catedrais»<sup>23</sup>, o que constituíam provas da implantação e do crescimento da Igreja nos primeiros anos.

Os Bispos nomeados para a Diocese de Santiago de Cabo verde, nem todos chegaram a tomar posse da mesma, permanecendo em Portugal Continental. Houve períodos em que devido a tensões políticas entre a Santa Sé e Portugal, a sede da Diocese ficou vacante. Também houve momentos em que os bispos se refugiavam nas ilhas da Brava, São Nicolau e Santo Antão por causa da decadência da cidade de Ribeira Grande, do clima e para se distanciar do problema com o capítulo dos canónicos.<sup>24</sup>

Não podemos falar da história da igreja em Cabo Verde sem nos referirmos à criação do seminário-liceu em S. Nicolau já em meados do ano 1800, com o intuito de formar bons eclesiásticos e oferecer aos alunos destinados à vida civil, juntamente com uma sólida instrução nas ciências e nas artes, uma boa educação moral e religiosa. Era um seminário-liceu porque preparava para a vida clerical e também para o funcionalismo civil e era fruto da cooperação entre o Estado e a Igreja. A influência deste seminário deve ser analisada sob o ponto de vista civil e eclesiástico. Do ponto de vista civil preparou uma geração com uma sólida cultura humanística, e do ponto de vista eclesiástico, o clero nativo atingiu um número considerável, ainda que não suficiente.<sup>25</sup>

Com o advento da República em 1910 as relações entre o Estado e a Igreja deterioraram-se levando ao encerramento do Seminário-liceu de São Nicolau em 1917 por um decreto governativo, com a justificação da abertura de um liceu em São Vicente. Sem o financiamento estatal o seminário como instituição eclesial também fechou as portas. Com o encerramento

---

<sup>21</sup> Cf. Albuquerque e Santos, *História geral de Cabo Verde*, I:122.

<sup>22</sup> Maria Emília Madeira Santos, «África», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, agosto de 2000), 21.

<sup>23</sup> Cerrone, *Cabo Verde, Cruzamento do Atlântico Sul*, 143–44.

<sup>24</sup> Cf. Cerrone, 154.

<sup>25</sup> Cf. Cerrone, 158.

do Seminário-liceu a Igreja entrou numa decadência com a diminuição quantitativa e qualitativa do clero. A partir daí Cabo Verde passou por um período de abandono (paróquias abandonadas, igrejas desertas e sacerdotes idosos). Esta situação levou à renúncia de Dom Rafael Maria da Assunção (1935 – 1940) em 1939.<sup>26</sup>

No início da década de 40, a concordata entre o Estado português e a Santa Sé e o Acordo Missionário previam para as colónias a possibilidade de chamar missionários estrangeiros ainda que dentro de certos limites. O Acordo Missionário desligava também a Guiné da jurisdição do bispo de Cabo Verde. No entanto foi nomeado Bispo Dom Faustino Moreira dos Santos CSSp (1941-1955), que foi responsável pelo renascimento da Igreja em Cabo Verde. Chegou acompanhado por um grupo de sacerdotes portugueses da Congregação do Espírito Santo. Com a mediação da Santa Sé conseguiu trazer da província de Turim-Itália frades Capuchinhos. Chamou também Irmãos do Amor de Deus para assumirem a direção de orfanatos em São Nicolau e em São Vicente. Aos Espiritanos coube a cura pastoral de São Tiago e aos Capuchinhos foram confiadas as ilhas do Fogo e Brava. Com algumas intervenções esporádicas na ilha da Boa Vista.<sup>27</sup> O episcopado de Dom Faustino foi marcado pela construção de raiz, de novas igrejas; restauração de outras e reativação de várias residências paroquiais. Obras levadas a cabo pelos missionários.

Dom José Colaço (1956-1975), do clero de Goa, sucedeu a Dom Faustino CSSp (1941-1955) e o seu programa missionário tinha como ponto fulcral a criação de um clero local e a recristianização do arquipélago, cuja primeira decisão foi a de construir o Seminário de São José na Cidade da Praia.<sup>28</sup> Em 1957, foi reaberto o Seminário Diocesano na cidade da Praia. Apesar desta instituição ser bem-conceituada não conseguiu, volvidos 40 anos após a sua abertura, colmatar a escassez de sacerdotes, somente 7 chegaram a ser ordenados. Mas contribuiu para a formação dos funcionários públicos, ministros e diretores que aí fizeram a instrução escolar.<sup>29</sup>

O governo da Diocese posicionou-se de forma favorável à independência – a 5 de julho de 1975 – sem que, a esse propósito, tenham subsistido documentos escritos ou posicionamentos públicos e oficiais. O Vaticano ao constatar a eminência do surgimento do Estado Cabo-verdiano, nacionaliza o Governo da Diocese, nomeando o primeiro Bispo

---

<sup>26</sup> D. Rafael foi franciscano da província do Santos Mártires de Marrocos de Portugal, ativo empreendedor missionário Cf. Henrique Rema, «Cabo Verde», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, agosto de 2000), 282.

<sup>27</sup> Cf. Cerrone, *Cabo Verde, Cruzamento do Atlântico Sul*, 164.

<sup>28</sup> Cf. Adilson Semedo, «As Reestruturas do sentido de pertença à Igreja Católica nos Bispados de D. José Colaço, D. Paulino Évora e D. Arlindo Furtado: Adaptação ou Resistência às Mudanças Políticas e Culturais em Cabo Verde?», *Pragmatizes - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, 4 de setembro de 2017, 150, <http://www.pragmatizes.uff.br>.

<sup>29</sup> Cf. Cerrone, *Cabo Verde, Cruzamento do Atlântico Sul*, 167.

natural da ilha de Santiago, o padre Paulino Livramento Évora CSSp (1975-2009). A sua sagração episcopal foi a 1 de junho de 1975 em Angola e no dia 22 de junho toma posse da Diocese, dias antes da independência.<sup>30</sup> De acordo com Henrique Rema, «Com a independência política de 5 de julho de 1975, a Igreja que está em Cabo Verde torna-se autónoma em relação ao Estado, mas também sem os privilégios que lhe advinham do Acordo Missionário».<sup>31</sup>

Naquele contexto, o novo estado aceitou e assumiu todos os compromissos internacionais entre elas grande parte do que estava já no Acordo Missionário.<sup>32</sup> Mas com o tempo e com novas legislações que foram saindo, foi necessário então um acordo entre o Estado de Cabo Verde e a Santa Sé, o que veio a acontecer já a 13 de junho de 2013.

O momento pós-independência foi marcado pela perda de privilégio da Igreja Católica perante o Estado, juntamente com o reconhecimento político e social da presença do Islão, e a diversificação da presença de correntes evangélicas pentecostais e neopentecostais oriundas da África, América e Extremo Oriente. Podemos afirmar que a primeira missão do Bispo Dom Paulino foi o resgate da Igreja, afastando-a da herança colonial e incluindo-a na nova sociedade pós-independência.<sup>33</sup> De acordo com Adilson Semedo:

A preservação do catolicismo como elemento constituinte e estruturante da cultura cabo-verdiana foi um objetivo explícito no quadro do propósito da *caboverdianização* da Igreja Católica em voga na altura, a par da promoção de um maior compromisso dos clérigos, dos religiosos e dos leigos para com a Igreja.<sup>34</sup>

A independência Nacional determinou que a Igreja deixaria de usufruir da posição privilegiada que detinha do período colonial, ou seja, era um romper com uma ligação secular que a cultura cabo-verdiana tinha com o Catolicismo Romano.

De 1975 até 1991 vigorou o sistema de partido único orientado pelo PAIGC/PAICV, um partido que era percecionado como sendo ateu e marxista e contrário à religião. A convivência

---

<sup>30</sup> Cf. Adilson Semedo, «A reconstrução do poder católico como o sentido dos posicionamentos públicos do Governo da Diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)», *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, dezembro de 2014, 34.

<sup>31</sup> Rema, «Cabo Verde», 284.

<sup>32</sup> A este propósito Adélio Neiva afirma: «Como complemento a concordata (1940), assinou-se o Acordo Missionário, destinado a regular mais em pormenor as relações entre a Igreja e o Estado no que dizia respeito à vida religiosa no ultramar português, nomeadamente os artigos 26º e 28º da Concordata. Assinado a 7 de maio de 1940, anexo à Concordata... Este acordo contribuiu para a criação de novas dioceses e para o desenvolvimento dos seus quadros. E em segundo lugar, o acordo provocou um grande desenvolvimento de institutos missionários que se vão estabelecendo cada vez mais tanto na metrópole como no ultramar».(Adélio Neiva, «Acordo Missionário», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, agosto de 2000), 19–20.)

<sup>33</sup> Cf. Semedo, «As Reestruturações do sentido de pertença à Igreja Católica nos Bispados de D. José Colaço, D. Paulino Évora e D. Arlindo Furtado: Adaptação ou Resistência às Mudanças Políticas e Culturais em Cabo Verde?», 152.

<sup>34</sup> Semedo, 152.

da Igreja com o partido único no poder não foi fácil. A relação era conturbada, com recíproca indiferença motivadas pela visão adversa à religião por parte do partido no poder e pelo sistema ideológico das massas sobretudo da juventude. A Igreja para demonstrar ainda a sua influência sobre as massas, realizava grandes Celebrações e Assembleias Diocesanas que possibilitavam a passagem de uma mensagem Cristã e fazer face ao laicismo. Federico Cerrone defende que:

De facto, a corajosa contestação do jornal *Terra Nova*, as sempre mais explícitas tomadas de posição do bispo, os esporádicos episódios de confronto com o partido, contribuíram, sem dúvida, para a formação da consciência democrática e, finalmente da situação política em favor da democracia.<sup>35</sup>

Com a pertença maciça demonstrada pela população à Igreja católica e o enraizamento do catolicismo na cultura e na sociedade cabo-verdiana, era evidente a necessidade de diálogo entre os poderes religioso e político. Aquele contexto permitiu que a Igreja interviesse de forma pública no período da Transição para o regime democrático pluralista. A esse propósito Adilson Semedo conclui:

No caso dos bispados de Dom José Colaço e de Dom Paulino Évora os desafios primários eram de natureza política. A questão da liberdade apresentou-se de forma distinta no fim do período colonial e nos inícios do período da independência e o vínculo construído com os seus membros em períodos tão desafiantes politicamente apelou à tradição, à memória, ao lugar na história que esta Igreja teve na constituição da sociedade e do espírito cabo-verdianos.<sup>36</sup>

### 1.1.3. A sociedade Cabo-verdiana (caracterização)

A sociedade Cabo-verdiana caracteriza-se por ser uma sociedade mestiça, fruto do cruzamento de várias raças. A mestiçagem é um elemento principal e fundamental no processo de formação da sociedade Cabo-verdiana. Dados estatísticos apontam que a sociedade Cabo-verdiana é composta por 71% de mestiços, 28% de negros e 1% de brancos.<sup>37</sup>

A população caracteriza-se pela sua juventude, ou seja, a população é maioritariamente jovem, concentrada nos principais centros urbanos do país. A cidade da Praia e a cidade do Mindelo são as duas principais cidades do país e as mais populosas, seguidas pelas cidades de Assomada em Santiago e São Filipe na ilha do Fogo. As atividades económicas primárias desenvolvidas no país são: a agricultura, silvicultura e pesca, mas também temos outros

---

<sup>35</sup> Cerrone, *Cabo Verde, Cruzamento do Atlântico Sul*, 168.

<sup>36</sup> Semedo, «As Reestruturações do sentido de pertença à Igreja Católica nos Bispados de D. José Colaço, D. Paulino Évora e D. Arlindo Furtado: Adaptação ou Resistência às Mudanças Políticas e Culturais em Cabo Verde?», 155.

<sup>37</sup> Cf. Ferreira, *Cabo Verde*, 19.

setores em franco crescimento como o comércio de importação, prestação de serviços e o setor fabril ainda em fraca expressão.

A migração, desde sempre, caracterizou a história de Cabo Verde, de tal forma que os cabo-verdianos se espalharam pelo mundo. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) com o passar dos tempos, «este fenómeno foi assumindo uma importância crescente, tornando-se uma componente socioeconómica e cultural importante para o país e uma alternativa de vida para os cabo-verdianos»<sup>38</sup>. No período colonial muitos Cabo-Verdianos foram recrutados como funcionários de nível médio para trabalharem nas outras colónias nos serviços administrativos do Estado Português.

No entanto, «a partir da década de 90, em que os fluxos migratórios direcionados para Cabo Verde entraram numa fase de crescimento, Cabo Verde tornou-se também um país de imigração»<sup>39</sup>. Hoje, portanto, pode-se falar de uma migração desde Cabo Verde e de uma migração para Cabo Verde. O número de Cabo-Verdianos na diáspora ultrapassa a população nacional. A população migratória Cabo-verdiana concentra-se na sua maioria na Europa (Portugal, França e Luxemburgo), e também uma comunidade significativa nos Estados Unidos da América.

A educação em Cabo Verde é uma das atribuições do Estado, e oficialmente a escolaridade obrigatória no país é até ao 8º ano. O ensino secundário vai até ao 12º ano de escolaridade. No país existem várias universidades, para além da universidade pública do Estado, a UNICV – Universidade de Cabo Verde, mas ainda uma boa parte dos quadros são formados no estrangeiro, principalmente Portugal. O nível de alfabetização é muito alto comparado com a altura da independência, a seguir ao ano 2000 a taxa de alfabetização rondava mais de quatro quintos da população.

A Igreja Católica de Cabo Verde acompanhou toda a história deste país e deu um contributo valioso em todos os níveis. Como referimos, no dia 31 de janeiro de 1533 foi ereta canonicamente a Diocese de Santiago de Cabo Verde, sob o pontificado do Papa Clemente VII, pela Bula *Pro Excelenti*, a menos de um século do achamento das ilhas de Cabo Verde. A permanência de missionários católicos fez com que a Igreja Católica permanecesse sempre viva e assumisse a crença de maior expressão neste arquipélago e «A interação das religiões africanas e Católica que em Cabo Verde tinham confluído fez-se ao nível dos leigos pela conciliação sem que uma eliminasse as outras».<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito multi-objetivo contínuo 2014: Estatística das migrações* (Praia: INE, 2015), 3.

<sup>39</sup> Instituto Nacional de Estatística, 3.

<sup>40</sup> Madeira Santos, «África», 23.

Quando se olha para a realidade religiosa de Cabo Verde, conclui-se, rapidamente que a situação religiosa no país mudou nos últimos tempos. Se por um lado há um reconhecimento da parte das Autoridades Governativas no país acerca do papel da Igreja Católica na construção do homem cabo-verdiano, as estatísticas apontam para uma diminuição do número de praticantes da religião católica romana. Em fevereiro de 2010, por exemplo, o chefe do então Governo de Cabo Verde reconheceu que «a Igreja Católica está na génese desta nação crioula» sustentando ainda que «o Estado deve estabelecer parcerias com as confissões religiosas»<sup>41</sup>, sublinhando mesmo que estas parcerias devem ser «sobretudo com a Igreja Católica, considerando o seu extraordinário papel na constituição mesmo desta nação, visando a construção de uma sociedade mais livre, mais justa e mais solidária, preservando os valores que são essenciais à nossa identidade enquanto povo».<sup>42</sup>

Os dados disponibilizados pelo INE de Cabo Verde, em 2010 mostram-nos que no país a diversidade religiosa encontra-se dividida pelos seguintes números, segundo a população inquirida: Igreja Católica 77,3%; sem religião 10,8%; Racionalismo Cristão 1,9%; Islão 1,8%; Igreja do Nazareno 1,7%; Adventista do Sétimo Dia 1,5%; não especificada 1,3%; Testemunhas de Jeová 1,0%; Assembleia de Deus 0,9%; Igreja Nova Apostólica 0,5%; Igreja Universal do Reino de Deus 0,4%; Igreja Deus é Amor 0,1%. É de realçar a grande percentagem dos que se declaram sem religião, podemos estar diante de uma situação indicativa de secularização, isto em simultâneo com a pluralização religiosa.

Em 2013, foi assinado um Acordo Jurídico entre a República de Cabo Verde e a Santa Sé relativo ao estatuto jurídico da Igreja Católica em Cabo Verde, onde se pode ler na alínea 1 do Artigo 15 que «a República de Cabo Verde reconhece o papel histórico e fundamental da Igreja Católica na formação integral dos cabo-verdianos».<sup>43</sup>

Apesar disso, a conclusão que se pode tirar é a de que a Igreja Católica em Cabo Verde continua a perder fiéis ao passo que se nota surgimento e crescimento de novas confissões religiosas no país.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> Adilson Semedo, *Religião e Política: O Governo da Diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)* (Praia: Editorial Sotavento, 2015), 21.

<sup>42</sup> José Neves, *Uma agenda de transformação para Cabo Verde* (Lisboa: Letras Várias, 2010), 165–66.

<sup>43</sup> «Acordo jurídico entre a República de Cabo Verde e a Santa Sé relativo ao estatuto jurídico da Igreja Católica em Cabo Verde», 2013, <http://bibliotecanonica.net/docsan/btcanv.pdf>.

<sup>44</sup> Cf. Semedo, *Religião e Política: O Governo da Diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)*, 21.

## 1.2. Transição

Inúmeros foram os processos de transição que assistimos no final da década de 80, bem como no início da década dos anos 90. Transição de regimes monopartidários, autoritários e ditatoriais para regimes multipartidários e democráticos. Assim como outros Estados Africanos, Cabo Verde passou por quase cinco séculos de colonização, sob o regime administrativo do Estado Português (1460-1975). O seu processo de transição deu-se em onze meses – entre fevereiro de 1990 a janeiro de 1991 – culminando com as eleições pluripartidárias de 13 janeiro daquele ano.

Em meados da década de 50, Amílcar Cabral viajou para Bissau e funda com alguns colegas (Aristides Pereira, Elisée Turpin, Fernando Fortes, Júlio de Almeida e Luís Cabral) o PAIGC, com o sentido de lutar pela unidade nacional entre Guiné e Cabo Verde. Entretanto a luta armada teve o seu início a 23 de janeiro de 1963, mas em Cabo Verde só se registaram atividades clandestinas do PAIGC. Dez anos depois Amílcar Cabral era assassinado em Conacri a 20 de janeiro de 1973, devido a uma conspiração no seio do PAIGC e com o apoio da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) que queria provocar divisão no seio do partido. A 20 de setembro de 1973 era declarada a independência da Guiné-Bissau, facto que foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e por mais de setenta Estados soberanos. E Portugal viu-se obrigada a retirar os seus militares do território guineense.<sup>45</sup>

A independência de Cabo Verde não foi no mesmo ano, isto porque as dinâmicas da luta de libertação eram diferentes nos dois territórios. Enquanto na Guiné já havia uma Assembleia Constituinte, em Cabo Verde a luta encontrava-se no plano de ação clandestina. Portanto, a independência de Cabo Verde veio a ser impulsionada pela revolução de 25 de Abril. O General Francisco Costa Gomes no seu discurso na Assembleia Geral da ONU em 17 de outubro de 1974 afirmou que a descolonização portuguesa era uma necessidade. Depois de várias negociações, em dezembro de 1974 o governo português comprometeu-se a outorgar a independência a Cabo Verde num prazo de seis meses.

A 30 de junho de 1975 criou-se a primeira Assembleia Constituinte que tinha incumbência de declarar a independência de Cabo Verde, facto que aconteceu no dia 5 de julho de 1975. Para a Assembleia Constituinte foram eleitos 56 deputados apresentados em lista pelo PAIGC, força partidária considerada capaz de representar a vontade do Povo. Abílio Duarte foi indigitado como primeiro Presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP). Esta

---

<sup>45</sup> Cf. João Paulo Madeira e Bruno Reis, «A Construção da Democracia em Cabo Verde: Do condicionalismo colonial português ao reconhecimento internacional», *JANUS.NET e Journal of Internacional Relations*, outubro de 2018, 185, [http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol9\\_n1/en/en\\_vol9\\_n1\\_not2.pdf](http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol9_n1/en/en_vol9_n1_not2.pdf).

ANP tinha o poder de eleger o Presidente da República (Aristides Pereira) e o Primeiro-ministro (Pedro Pires).<sup>46</sup>

O regime de partido único montado a seguir à independência, demonstrava um Estado como o instrumento ao serviço do Partido, ou seja, o PAIGC era confundido com o Estado dando a ideia de Partido-Estado. Essa ideia esteve patente no art.º 4 da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), onde o PAIGC é consagrado como única força política dirigente da sociedade civil e do Estado:

Artigo 4º

1. Na República de Cabo Verde, O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é a força política dirigente da sociedade e do Estado;
2. No desempenho da sua missão Histórica, o PAIGC exerce o seu papel dirigente na base da presente constituição, cabendo-lhe designadamente:
  - a) Estabelecer as bases gerais do programa político, económico, social, cultural, de defesa e segurança a realizar pelo Estado;
  - b) Definir as etapas da Reconstrução Nacional e estabelecer as vias da sua realização.<sup>47</sup>

O projeto de unidade foi rompido devido à instabilidade política na Guiné-Bissau, mais concretamente com o Golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, fazendo com que o ramo Cabo-verdiano do PAIGC seguisse um outro rumo, demarcando-se do que foi denunciado como uma «traição». Então procedeu-se à desvinculação binacional do partido e criaram o PAICV que conduziu os destinos do país até 1991, data da transição para o pluripartidarismo. Durante este período (1980-1991) Cabo Verde procurou optar por uma política de paz e de diálogo apesar das divergências ideológicas que foram surgindo no seio do PAICV, em resultado também de toda a influência do contexto internacional marcada pela Guerra Fria.<sup>48</sup>

O processo de abertura e de Transição Política foi impulsionada por diversos fatores, tanto internos como externos e institucionais. Estes acontecimentos ditaram uma forte contestação ao regime do PAICV, que teve de repensar internamente a possibilidade de abertura. A nível interno havia oposição de um grupo de influência trotskista que era um grupo de estudantes que tinham feito a sua atividade clandestina em Portugal e que após o 25 de Abril quiseram regressar a Cabo Verde e alguns fizeram parte do Governo de transição. De acordo com Aristides Pereira «depois do golpe de estado na Guiné-Bissau, em 1983, quando o congresso acontece, já havia em Cabo Verde gente com ideias contrárias às nossas».<sup>49</sup> Esta oposição era feita de forma discreta. A nível institucional o passo dado foi a queda do art.º 4 da CRCV Permitindo que outras forças políticas pudessem participar nas eleições.

---

<sup>46</sup> Cf. Madeira e Reis, 186.

<sup>47</sup> República de Cabo Verde, «Constituição da República de Cabo Verde», *Boletim Oficial*, 13 de outubro de 1980, 41 edição, sec. Suplemento.

<sup>48</sup> Cf. Madeira e Reis, «A Construção da Democracia em Cabo Verde: Do condicionalismo colonial português ao reconhecimento internacional», 187.

<sup>49</sup> José Lopes, *Aristides Pereira, Minha Vida, Nossa História* (Cidade da Praia: Spleen Edições, 2012), 341.

O III Congresso do PAICV em 1988, foi um congresso que de acordo com José Lopes criou muita expectativa «porque a necessidade de abertura política era patente. Não só do ponto de vista político, mas também económico...».<sup>50</sup> Mas ainda nesse ano havia membros do PAICV que se opunham à ideia de abertura e Aristides Pereira afirma que os que mais se opunham eram os quadros novos, embora houvesse também oposição por parte da velha geração. Os quadros novos estavam preocupados com a carreira que tinham acabado de começar e uma possibilidade de abertura poria em causa o futuro dos mesmos. Segundo Aristides Pereira, Cabo Verde poderia ter saído muito bem neste Congresso onde o objetivo era fazer a abertura e avançar para o pluralismo político, isto antes da queda do Muro de Berlim, mas foi uma oportunidade desperdiçada. A sede do poder assolou a estrutura interna do Partido, levando a uma crise e uma instabilidade interna. Segundo Humberto Cardoso:

A 19 de fevereiro de 1990 o Conselho Nacional do PAICV, na sequência de uma demorada reunião iniciada a 13 do mesmo mês, anuncia a abertura política nos seguintes termos:

- Introdução a par das listas do PAICV e das suas organizações de massa, de listas concorrentes de grupos de cidadãos nas eleições legislativas de dezembro do mesmo ano;
- A supressão do artigo quarto que consagrava o PAICV como força dirigente da sociedade e do Estado, no quadro da revisão constitucional prevista para a 4ª legislatura, a iniciar em 1991.<sup>51</sup>

A liberalização política viria a acontecer no final do ano 1990 provocando assim as eleições de 13 de janeiro de 1991, marcando assim a transição do regime de partido único para um regime pluripartidário. Segundo Pedro Pires a decisão de abertura política foi uma decisão de cima, ou seja, por parte dos dirigentes do partido preocupados com as mudanças na política internacional, em especial no Leste Europeu e na África. O aparecimento de uma força opositora influenciou muito o processo e o dinamismo da transição. O processo de transição que se seguiu não foi de todo negativo, e mereceu elogios.<sup>52</sup>

### **1.3. Intervenções da Igreja no processo de transição**

No período da implementação da democracia pluralista, o Governo da Diocese posicionou também de forma favorável, promovendo a democracia como um valor católico.

Segundo Adilson Semedo<sup>53</sup>, durante o processo de transição democrática o governo da diocese posicionou-se publicamente em três fases: a primeira fase foi no período de 19 de fevereiro de 1990 – com o anúncio da abertura política – maio de 1990 – com a realização da

---

<sup>50</sup> Lopes, 343.

<sup>51</sup> Humberto Cardoso, *O Partido Único em Cabo Verde - Um Assalto à Esperança*, 2ª (Praia: Pedro Cardoso Livraria, 2016), 231.

<sup>52</sup> Cf. Lopes, *Aristides Pereira, Minha Vida, Nossa História*, 343–45.

<sup>53</sup> Cf. Semedo, *Religião e Política: O Governo da Diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)*, 284–85.

sessão parlamentar na Assembleia Nacional Popular e o subsequente lançamento das bases jurídicas para abertura política – em que o governo da Diocese, justifica publicamente a sua participação neste processo de mudança em curso. A segunda fase compreende o período entre maio de 1990 e janeiro de 1991 – que marca o fim do regime unipartidário e cria condições para as primeiras eleições – onde o Governo da Diocese faz a sua leitura católica da situação vivida e indica as devidas ações a serem tomadas, sempre com base na sua doutrina. E a terceira fase corresponde ao momento pós-eleitoral em que o Governo da Diocese defende publicamente a sua posição tomada e assumida durante o processo. Esse momento teve, de acordo com Adilson Semedo, a particularidade da Igreja:

ter, oficialmente, fornecido orientações sobre as características do partido que deveria merecer o voto católico e enfatizado a desaprovação de partidos cujos princípios ideológicos, os objetivos e os processos preconizados ou a realização histórica para que tendem são incompatíveis com a conceção cristã do Homem.<sup>54</sup>

Nessa ocasião, de acordo com o mesmo autor:

O posicionamento do Governo da Diocese de Cabo Verde perante a implantação do regime democrático, foi explícito, deu-se tanto aos níveis da liturgia, como da pastoral e da ação social e não encontrou no seu corpo ministerial, ao nível das comunicações públicas, vozes dissonantes.<sup>55</sup>

Portanto, durante essas fases do processo de transição, o Governo da Diocese emitiu publicações e efetuou comunicações dirigidas aos fiéis, dando orientações e demonstrando publicamente a sua posição perante o momento que se vivia, e quais eram as leituras cristãs católicas que se podiam fazer da situação.

A Igreja preocupa-se com a política e com a participação do homem na vida política, porque é uma realidade social em que o homem não se pode demarcar. Por isso a Igreja é chamada a dar a sua contribuição positiva para a reflexão e construção de uma verdadeira democracia. Esta contribuição deve ser primeiramente dada, pelo conhecimento, estudo e reflexão dos ensinamentos da Igreja que garantem as bases de uma tomada de posição. Acompanhando as determinações do Secretariado Diocesano da Ação Social «O contributo da igreja situa-se ao nível dos princípios que devem orientar as decisões concretas de cada um; projeta a verdade sobre o homem, os seus direitos e deveres na vida privada e social, qualquer que seja a sua crença,»<sup>56</sup> ou seja, a Igreja oferece linhas mestras para a edificação de uma

---

<sup>54</sup> Semedo, «A reconstrução do poder católico como o sentido dos posicionamentos públicos do Governo da Diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)», 34.

<sup>55</sup> Semedo, *Religião e Política: O Governo da Diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)*, 283–84.

<sup>56</sup> Secretariado Diocesano de Ação Social, «Manual de estudo: Igreja Sociedade e Política» (Cáritas Diocesana, junho de 1990), 4.

sociedade mais justa e respeitadora da dignidade do homem e dos bons e são princípios democráticos.

### *1.3.1. Indicações e orientações da Diocese*

Em relação à primeira fase do processo de transição a contribuição pública e concreta do Governo veio a partir de uma homilia proferida pelo Bispo Dom Paulino durante a Missa Crismal na Semana Santa do Ano 1990.<sup>57</sup> O Bispo começa por realçar que aquela Quinta-feira Santa era diferente e cheia de razões que interpelavam a Igreja de Cabo Verde em especial aos Ministros (padres) presentes nesta eucaristia. Para Dom Paulino a visita do Papa João Paulo II a Cabo Verde no mês de janeiro de 1990, trazia os primeiros elementos para compreender o momento que se vivia, isto podia se verificar nas mensagens que o Santo Padre proferiu durante a sua visita. As suas mensagens tocavam em temas como: o respeito pela vida humana desde o seio materno, os direitos fundamentais do homem, a verdadeira liberdade, a problemática sociocultural e política, a solidariedade e a corresponsabilidade, o desenvolvimento autêntico. Na Mensagem de João Paulo II aos Cabo-verdianos declarava-se:

Como primeiro responsável do Evangelho de Cristo, enquanto estou colocado, por insondáveis desígnios da Providência, à frente da Igreja Católica, sou portador de uma mensagem e, pela parte que cabe no âmbito da minha missão, quero colaborar para que prevaleça no mundo o verdadeiro sentido do homem, do seu autêntico desenvolvimento e da indispensável solidariedade. Isto deve iluminar as sociedades e interpelar a inteira humanidade para se deixar impregnar cada vez mais pelo sentido de família.<sup>58</sup>

Tendo em conta as mensagens do Papa, Dom Paulino exorta os padres a ajudarem os leigos na formação de uma consciência crítica e a serem verdadeiros construtores da sociedade, e também reforça a legitimidade do seu lema episcopal: «*N mandadu da nhos noba di Deus, djuntu ku notisia di libertason*» - «Fui enviado a dar-vos a novidade de Deus, juntamente com a notícia de libertação» - no sentido de abrir o coração de todos a Cristo como Salvação e libertação.

Para a segunda fase do processo de transição temos algumas comunicações que fazem parte do posicionamento público do Governo da Diocese. Como primeira comunicação temos um manual de estudo<sup>59</sup> que reflete sobre a problemática da «Igreja, Sociedade e Política». Este manual na sua parte introdutória faz um breve apanhado sobre a missão da Igreja na sociedade e põe em discussão «o reconhecimento da dimensão social e política da missão

---

<sup>57</sup> Cf. Semedo, *Religião e Política: O Governo da Diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)*, 284-85.

<sup>58</sup> Diocese de Cabo Verde, «Mensagem de João Paulo II aos Caboverdianos» (Diocese de Cabo Verde, 1990), 10.

<sup>59</sup> Secretariado Diocesano de Ação Social, «Manual de estudo: Igreja Sociedade e Política».

Igreja na construção da sociedade.<sup>60</sup> As orientações são transmitidas em forma de citações de documentos dos papas; do concílio; dos Bispos; da Congregação para Educação Católica e as comunicações do Papa João Paulo II durante a sua visita a Cabo Verde. Também são fornecidas orientações de como utilizar este manual em dinâmicas de grupo.

Como segunda comunicação temos uma Carta circular: «Subsídios para uma Ética Política»,<sup>61</sup> feita pelo Bispo Dom Paulino em julho de 1990 onde faz novamente o uso das palavras do Papa João Paulo II para realçar a importância da sua comunicação que é «o desejo de ir ao encontro do homem situado neste país determinado e com a sua circunstância concreta».<sup>62</sup> Esta carta está dividida em duas partes, sendo que a primeira parte tem como tópicos: A Igreja e a Política; O facto político; O Bem comum; A participação; Democracia. A segunda parte da carta subdivide-se em cinco partes: O dever do discípulo de Cristo; Presença ativa e transformadora; A denúncia Evangélica; Defesa dos direitos da pessoa humana; Política Cristã ou Política dos Cristãos.

O Bispo baseia-se nas passagens da Doutrina Social da Igreja e das palavras do Papa João Paulo II para justificar ou demonstrar a legitimidade da intervenção da Igreja nos assuntos políticos, chamando atenção aos fiéis sobre os seus deveres e responsabilidades. Pede ainda que os leigos encarem a vida política como obrigação importante: «um dever para com o próximo e um fazer penetrar na sociedade os valores evangélicos e quando o cristão-leigo exerce a política não está a viver uma realidade alheia ao reino de Deus, porque a salvação visa todo o homem».<sup>63</sup>

A terceira comunicação intitulada de «Contribuição da Igreja Católica para elaboração da nova Constituição»<sup>64</sup> é fruto da reunião do Conselho Presbiteral que decorreu nos dias 23 e 24 de agosto de 1990, presidida por Dom Paulino Évora. O objetivo desta comunicação foi «propor às forças políticas, empenhadas no debate acerca do futuro de Cabo Verde, alguns critérios e exigências a serem consideradas quando se trata de elaborar uma nova constituição».<sup>65</sup>

Neste documento o Conselho presbiteral deixa exigências concretas em vários pontos que são considerados de extrema importância para a vida do país, em particular para a edificação de uma sociedade mais livre e mais justa, e destacam os seguintes pontos:

---

<sup>60</sup> Semedo, *Religião e Política: O Governo da Diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)*, 286.

<sup>61</sup> Paulino Évora, «Carta circular: Subsídios para uma Ética Política» (Diocese de Cabo Verde, julho de 1990).

<sup>62</sup> Évora, 1.

<sup>63</sup> Semedo, *Religião e Política: O Governo da Diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)*, 288–89.

<sup>64</sup> Conselho Presbiteral, «Contribuição da Igreja Católica para elaboração da Nova Constituição: Critério e exigências para uma nova ordem constitucional», *Terra Nova*, setembro de 1990, 174 edição, 3.

<sup>65</sup> Semedo, *Religião e Política: O Governo da Diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)*, 289.

- a) Valor da vida – supremo dom de Deus, que deve ser preservada desde a sua concepção até à morte;
- b) Promoção da Família – base natural da sociedade, que precisa ser protegida;
- c) Promoção da defesa da liberdade religiosa – garantia constitucional de seguir ou não uma religião sem discriminação ou penalização, e o direito à assistência religiosa;
- d) Subsidiariedade do Estado – um estado não absoluto, mas subordinada ao controlo da sociedade, com vista ao bem comum;
- e) A educação – promover uma educação assente no desenvolvimento físico, psicológico, moral, social e espiritual da pessoa;
- f) Meios de comunicação Social – garantia de pluralismo e liberdade na sociedade, sem monopólio do Estado;
- g) Referência ao Supremo Legislador – mencionar no preâmbulo da constituição, Deus como supremo legislador, pela importância histórica da fé cristã na formação da sociedade Cabo-verdiana.

A quarta comunicação trata-se de um documento feito pelo Bispo, dirigido aos jovens num curso de animadores de jovens e publicada no jornal *Terra Nova* em novembro de 1990.<sup>66</sup> Este documento deixa o tom justificativo da Igreja e passa para um tom mais crítico da Igreja sobre os 15 anos da independência e sobre assuntos de carácter moral e religioso, denunciando o programa político como sendo propaganda do ateísmo. Para Dom Paulino «viver nestes 15 anos se salda na sementeira quase generalizada e anti valores em simultâneo ou na sequência da destruição dos valores autênticos. E, para que a sedução fosse maior e a adesão mais “motivada” até se deu o nome de progresso a todo este processo».<sup>67</sup> As críticas são direccionadas a várias medidas tomadas ou por tomar, por parte do Estado, que serviam para enfraquecer o poder e a popularidade da Igreja no seio dos mais jovens.

A quinta e última comunicação, foi uma Mensagem de Natal do Bispo Dom Paulino em dezembro de 1990,<sup>68</sup> publicada pela Diocese de Cabo Verde durante a campanha eleitoral. Este documento elenca justificações para a participação dos católicos nas eleições baseadas na Doutrina Social da Igreja, e ainda com base nos documentos dos Papas João XXIII e Paulo VI. O documento destaca ainda o momento conturbado que se vive e denuncia as profanações, os ataques verbais e escritos e as acusações a sacerdotes. O Bispo faz apelo ao voto livre; liberdade de consciência e à coerência do voto católico correspondendo às exigências e princípios da fé professada, declarando: «[...] aos católicos está vedado, está

<sup>66</sup> Paulino Évora, «A juventude em Cabo Verde: Alegrias e preocupações da Igreja local. Orientações Pastorais», *Terra Nova*, novembro de 1990, 176 edição, 3–7.

<sup>67</sup> Évora, 3.

<sup>68</sup> Diocese de Cabo Verde, «Natal-1990: Mensagem do nosso Bispo D. Paulino L. Évora» (Diocese de Cabo Verde, dezembro de 1990).

proibido dar o seu voto a partidos cujos princípios ideológicos, os objetivos e processos que preconizam ou realização histórica para que tendem, se lhes afigurem incompatíveis com a conceção cristã do homem e da sua vida em sociedade.»<sup>69</sup> A mensagem confirma a independência da Igreja, chama a atenção sobre os limites da participação política dos ministros consagrados e a aproximação às estruturas políticas.

Para a terceira fase o destaque vai para um comunicado feito pelo Conselho Diocesano<sup>70</sup>, com o intuito de defender a posição do Governo da Diocese e fazer apelo à serenidade e ao bom senso. Este comunicado estrutura-se em seis pontos, onde o Conselho Diocesano realça o papel da Igreja: na sociedade Cabo-verdiana; o seu papel na formação das consciências; a sua independência em relação aos partidos políticos; a liberdade dos fiéis; o não condicionamento do direito ao voto; e os resultados como fruto da liberdade da decisão dos cidadãos. O comunicado foi feito 10 dias depois das eleições que deram vitória esmagadora ao Movimento para Democracia (MPD), também com o objetivo de responder às acusações, boatos, calúnias por parte de cidadãos afetos ou não aos partidos políticos.

A análise realizada permitiu-nos verificar que as indicações, orientações e posicionamentos do Governo da Diocese foram sempre de carácter público, estruturadas e fundamentadas na sua doutrina, sendo a preocupação essencial o bem-estar e a salvação dos homens.

#### **1.4. O papel da Imprensa escrita**

A imprensa escrita foi muito importante em Cabo Verde porque era o único meio que conseguia chegar a quase todas as pessoas, visto que a cobertura radiofónica e televisiva era muito reduzida por causa das condições geográficas e também da falta de antenas transmissoras em todas as ilhas e localidades isoladas.

A imprensa escrita em Cabo verde teve o seu início em 1842 quando se publicou o primeiro boletim oficial do Governo. Este acontecimento deu-se na ilha da Boavista que sediava o Governo na altura. Entretanto a imprensa foi evoluindo em várias fases: a primeira fase seguiu-se à publicação do primeiro boletim oficial do governo, e os vários periódicos que apareceram eram de carácter político. A segunda fase foi marcada por várias publicações, todas sediadas em Mindelo São Vicente. A terceira fase inicia com a proclamação da República Portuguesa em 1910 e termina com o fim da ditadura em 1974. A quarta fase começa com o

---

<sup>69</sup> Diocese de Cabo Verde, 9.

<sup>70</sup> Conselho Diocesano, «Comunicado do Conselho Diocesano - Pela verdade e pela serenidade», *Terra Nova*, janeiro de 1991, 178 edição, 4.

momento pós ditadura e com a independência nacional de Cabo Verde em 1975, e nesta fase o destaque vai para os jornais *Vozdipovo* e *Terra Nova* e as revistas *Raízes* e *Ponto e vírgula*.

Com a independência de Cabo Verde, o partido no poder PAIGC/PAICV deixava evidenciado em vários documentos de que era preciso um certo controle sobre os meios de comunicação social como instrumentos para a difusão da ideologia partidária e como meios de instrução das massas. Para o partido os departamentos de informação e os órgãos de comunicação social deviam estar sob o domínio do partido e ao serviço do Governo. Por algum tempo a tutela da comunicação esteve sob a responsabilidade do primeiro-ministro e em 1981 passou para a tutela da Secretaria de Estado para a Comunicação Social. A Secretaria de Estado tinha o controle total da situação e nomeava militantes do partido para a direção da rádio e do jornal. Mais tarde o governo criou o Conselho Nacional de Informação, como órgão de apoio ao Conselho Nacional do partido, do secretariado e da Comissão Política. Em 1985 o governo criou o Ministério de Informação, Cultura e Desporto que passou a tutelar e a controlar o sector da comunicação social no país.<sup>71</sup> Apesar destes sinais externos dados pelo governo sobre uma aparente autonomia da informação, na prática «o controle fundamental da informação e dos órgãos de comunicação social não era feita pelos órgãos estatais, mas sim pelo partido».<sup>72</sup>

Para o primeiro-ministro Pedro Pires a informação não podia ser apartidária e inocente, não tendo nenhuma posição, mas sim ajudar o governo do país no processo de construção da sociedade. O Presidente da República Aristides Pereira afirmou que «na luta pela afirmação da personalidade nacional, temos de agir na base do princípio de que não há especialistas em informação»<sup>73</sup> ou seja, todo o processo de produção e divulgação de informação deveria estar subordinado ao partido. Para Aristides Pereira não havia jornalistas, mas sim militantes que desenvolviam as suas funções em favor do país numa frente específica de luta.

A única forma de contestação e crítica ao partido único eram feitas por folhetos, carta e panfletos que eram espalhados de forma clandestina. O jornal *Terra Nova* foi o único órgão de informação que contestava o regime.

A nossa análise debruça-se essencialmente sobre o jornal *Vozdipovo* e o jornal *Terra Nova* por serem dois jornais que nasceram com a independência e também por serem um jornal estatal e outro da Igreja Católica, apesar da *Terra Nova* ser propriedade dos Irmãos Capuchinhos e não da Diocese.

---

<sup>71</sup> Cf. Odair Santos, «Democracia em Cabo Verde: As Eleições municipais de 2004 nas páginas dos jornais» (Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005), 37–40, <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1354/1/OSANTOS.pdf>.

<sup>72</sup> Cardoso, *O Partido Único em Cabo Verde - Um Assalto à Esperança*, 201.

<sup>73</sup> Cardoso, 203.

### 1.4.1. *Jornal Terra Nova*

A primeira iniciativa dos Frades Capuchinhos foi com o Boletim *Repique do Sino*, pelo padre Pio Gotin no princípio dos anos 60, e era lido tanto no país como na diáspora. De acordo com Adilson Semedo, «*Terra Nova* substitui o *Repique do Sino*, também pertença dos Irmãos Capuchinhos de Cabo Verde, já que com a independência surgiria uma terra nova e logo havia que renovar tudo, incluindo o jornal da Igreja.»<sup>74</sup> O jornal não tratava somente de assuntos religiosos, mas também de assuntos sociopolíticos. Atualmente, assume-se ainda como sendo «um jornal de informação geral, de expansão nacional e na diáspora cabo-verdiana e de inspiração cristã»<sup>75</sup>, independente, ao serviço do homem e da sociedade, promovendo o respeito pela vida, dignidade, justiça e fraternidade, ou seja, preocupa-se com o bem comum. No seu Estatuto Editorial atual reporta-se ainda às suas raízes, declarando-se: «Em sua inspiração original, foi pensado para ser visita mensal às famílias cristãs e um elo de ligação com os Missionários Capuchinhos e também se apresentou, desde o primeiro número, como jornal aberto às informações gerais».<sup>76</sup>

O *Jornal Terra Nova* foi fundado em abril de 1975, meses antes da independência nacional, esta publicação denominava-se como «Órgão Cabo-verdiano de formação e informação». Este jornal afirmou-se como um defensor da liberdade e da independência. Nos primórdios da sua fundação guiava-se um pouco pelos ideais da independência, promovendo a viabilidade da independência de Cabo Verde. Com o tempo distanciou-se do regime do qual já não se revia. Esse distanciamento transformou-se numa posição anti-regime, provocando assim a tentativa do partido único em acabar com o jornal. Assim, «*Terra Nova*, em relação ao regime do partido único, evoluiu no sentido da colaboração-serviço ao país independente para o sentido da contestação ao regime político implementado».<sup>77</sup> Os artigos publicados eram muito procurados, mas o partido único não quis enfrentar uma contenda com a Igreja, por isso, acabou por não fechar o jornal.

---

<sup>74</sup> Semedo, *Religião e Política: O Governo da Diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)*, 306.

<sup>75</sup> *Terra Nova*, «Estatuto Editorial», Jornal online, *Terra Nova*, acessido 23 de setembro de 2022, [https://terranova.cv/pt\\_PT/estatuto-editorial/](https://terranova.cv/pt_PT/estatuto-editorial/).

<sup>76</sup> *Terra Nova*, «Quem somos», Jornal online, *Terra Nova*, acessido 23 de setembro de 2022, [https://terranova.cv/pt\\_PT/quem-somos/](https://terranova.cv/pt_PT/quem-somos/).

<sup>77</sup> Semedo, *Religião e Política: O Governo da Diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)*, 306.

As críticas e as posições tomadas pelo jornal foram notórias e provocou, em setembro de 1980, o rompimento entre o Frei António Fidalgo de Barros<sup>78</sup>, então diretor e deputado com o regime.

Em uma entrevista dada ao jornal *Expresso das ilhas* online<sup>79</sup>, o Frei Fidalgo de Barros justifica-se sobre a proximidade ao partido único logo a seguir à independência, por ter tomado a consciência da sua condição de colonizado. Quando chegou a Cabo Verde era um aliado e defensor da causa da independência e o jornal *Terra Nova* exprimia a sua posição. Não se podia falar do jornal sem falar de Frei Fidalgo de Barros. Chegou a ser eleito deputado da primeira Assembleia Constituinte, mas entraria em choque com o partido único por contestar o artigo 4º da primeira constituição, afirmando que não se podia amarrar a Constituição a um partido. Segundo Frei Fidalgo de Barros: «devia haver um esforço de depois do partido ter tomado sozinho as rédeas do poder, trabalhar no sentido do pluralismo. Mas não houve nenhum sinalzinho sequer nesse sentido».<sup>80</sup> E o jornal foi um instrumento para marcar e refletir a sua posição perante a situação.

Para o Frei Fidalgo de Barros o jornal servia para ajudar as pessoas a tomarem consciência e a refletirem, sem medo do controlo que se fazia sentir. Segundo o mesmo, o jornal não foi suspenso por algum respeito que havia por parte do partido único para com a Igreja Católica. Apesar de afirmar que o jornal não era a voz da Igreja Católica, era evidente a sua matriz cristã católica. Houve várias tentativas de suspensão e pressões por parte dos jornais estatais *Vozdipovo* e *Tribuna*. O Jornal foi levado ao tribunal por causa de algumas publicações, mas o Frei Fidalgo de Barros contava sempre com o apoio da grande massa popular. O jornal chegou a ser sentenciado na pessoa do seu diretor, Frei Fidalgo de Barros, com 2 anos de prisão com pena suspensa, mas o periódico continua até os nossos dias. Para o Frei Fidalgo de Barros o jornal *Terra Nova* teve alguma projeção e força por ter sido a única voz de contestação ao regime.

Com o pluralismo, o jornal perdeu a sua força isto porque diminuiu o número dos leitores, e por não ser um projeto comercial, não tendo propriamente evoluído, ao mesmo tempo que não aceitou propostas de investimento.

---

<sup>78</sup> Sacerdote da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, natural da ilha do Fogo, ordenado Sacerdote a 22 de setembro de 1974 na sua ilha natal. Foi fundador do Jornal Terra Nova em 1955 juntamente com o seu confrade, Frei Paulino de Pina. Foi diretor deste jornal por muitos anos.

<sup>79</sup> Cf. Jorge Montezinho, «40 anos de Terra Nova: O único jornal que enfrentou o Partido Único», Jornal on line, Expresso das Ilhas Online, 21 de abril de 2015, <https://expressodasilhas.cv/exclusivo/2015/04/21/40-anos-de-terra-nova-o-unico-jornal-que-enfrentou-o-partido-unico/44433>.

<sup>80</sup> Montezinho.

#### 1.4.2. *Jornal Vozdipovo*

Com a independência foi encerrada o *Jornal Arquipélago*<sup>81</sup>, sendo o único jornal que circulava no país e o Estado criou o jornal *Vozdipovo* para passar a divulgar a ideologia do Partido /Estado.

Por ser um jornal estatal, conseguiu sempre o financiamento do Estado, o que permitiu que permanecesse no mercado de 1975 a 1991, data em que foi substituído pelo *Novo Jornal de Cabo Verde* e algum tempo depois pelo jornal *Horizonte*. Os primeiros números do jornal *Vozdipovo* deram destaque a questões económicas, isto porque o governo do partido único precisava provar a viabilidade e a sustentabilidade do país. Esta evidência é clara na entrevista que o Ministro da Economia deu ao jornal (*Vozdipovo* nº 6 de 21 de agosto de 1975).

Este jornal era de controlo total por parte do Estado, e o que se publicava era verificado pelo Partido. O jornalismo ali exercido era chamado de jornalismo militante, ou seja, os jornalistas faziam parte do regime. A liberdade de imprensa não estava garantida porque os jornalistas eram próximos aos titulares do poder político. Podemos falar de um jornalismo partidarizado, cuja missão era promover a imagem do Estado. De acordo com Humberto Cardoso:

O jornal se tem alguma função, é a de ajudar o Governo de Cabo Verde, ajudando, os nossos compatriotas a compreender melhor os nossos problemas, as nossas dificuldades, o que vai pelo mundo e o valor das nossas decisões. Se não formos capazes disto, não valerá a pena informar, porque o jornal será um jornal estrangeiro.<sup>82</sup>

Com a vitória do MPD nas eleições de janeiro de 1991, e com a composição do novo Governo dá-se a reestruturação do setor da comunicação social em Cabo Verde e uma das primeiras medidas a serem tomadas pelo então Ministro da Cultura e Comunicação Social - Leão Lopes – foi a suspensão temporária do jornal *Vozdipovo* que veio a ter a sua substituição definitiva pelo *Novo Jornal de Cabo Verde*, ao mesmo tempo que surgiram vários jornais privados. A ideia do então Governo do país era ter somente uma estação televisiva e uma emissora de rádio.

---

<sup>81</sup> Cf. Nobre Oliveira, *A Imprensa Caboverdiana 1820-1975* (Edição Fundação Macau, Direção dos Serviços de Educação e Juventude, 1998), 559.

*Arquipélago* era um jornal de propaganda que tinha a missão de publicar textos de caráter administrativos, comunicados oficiais e diplomas do regime colonial.

<sup>82</sup> Cardoso, *O Partido Único em Cabo Verde - Um Assalto à Esperança*, 201. Palavras do primeiro-ministro Pedro Pires ao jornal *Voz di Povo* a 19 de julho de 1979.

## CAPÍTULO 2 – CONTRIBUIÇÕES EXTERNAS

### 2.1. Contexto político internacional

Para melhor enquadrarmos o contexto político internacional no tempo da transição política em Cabo Verde, devemos recuar um pouco ao final da segunda guerra mundial. Depois de 1945, o mundo ficou dividido em dois polos colocando em oposição os EUA e a URSS, num contexto que ficou conhecido como «guerra fria». As duas potências que saíram vencedoras da luta contra nazismo e o fascismo, tomaram campos opostos. Por um lado, o capitalismo ocidental e por outro lado o comunismo soviético. A Europa estava dividida em duas partes, a parte ocidental aproximou-se dos EUA e a parte oriental debaixo da influência da URSS. A guerra fria sustentava-se no medo de uma nova guerra mundial com características nucleares. Esse contexto só se alteraria no início dos anos 90 com a queda da URSS.

O nascimento da Organização das Nações Unidas (ONU), no final da segunda guerra mundial, era uma tentativa de ter uma organização capaz de garantir a segurança e a paz internacionais.

Em Portugal o ambiente era de mudança, com a revolução de 25 de abril de 1974 que não teve a sua consequência somente no fim da ditadura, mas também no longo e difícil processo de descolonização que daí derivou.

No contexto eclesiástico temos vários acontecimentos importantes entre as quais destacamos: a morte do Papa Pio XII em 1958 e a eleição do seu sucessor o Papa João XXIII que foi o promotor do Concílio Vaticano II, concílio esse que foi encerrado pelo Papa Paulo VI, seu sucessor. Paulo VI foi eleito em junho de 1963 e morreu a 6 de agosto de 1978. Para o suceder foi eleito o Papa João Paulo I que esteve um mês no Pontificado Romano. Foi eleito Papa João Paulo II a 16 de outubro de 1978, um polaco que foi Arcebispo de Cracóvia. De acordo com David Almada:

No Vaticano, o Papa João Paulo II dava um novo vigor à Igreja Católica e à sua intervenção na sociedade e no mundo, intervindo diretamente na forma como se fazia e se exercia o poder e a política, particularmente nos países em que vigorava o regime comunista ou de Partido Único, fazendo apelo à liberdade e ao respeito pelos direitos humanos [...].<sup>83</sup>

---

<sup>83</sup> David Almada, *A Construção do Estado e Democratização do Poder em Cabo Verde*, 3ª (Praia: Pedro Cardoso Livraria, 2020), 98.

João Paulo II foi agente importante na luta contra o comunismo na Polónia e noutros países da Europa. Teve grande influência na restauração da liberdade religiosa e da democracia na Europa do Leste.

O período dos inícios de 1974 até ao final dos anos 80 foi caracterizado pelo fenómeno chamado de «terceira onda de democratização», marcado pela transição democrática nos países da Europa do Leste, da América Latina e África. Este final da década de 80 foi marcado por grandes transformações políticas, que desembocaram em transições de regimes autoritários para regimes democráticos. A queda do muro de Berlim no ano de 1989 foi considerada o marco histórico desta terceira onda de democratização.

Os acontecimentos que marcam os anos 80 até o seu final, em destaque na URSS e na Europa do Leste, e também em todos os continentes as confrontações entre os regimes totalitários/ autoritários e forças democráticas com claros ganhos para as forças democráticas tiveram um efeito contágio profundo em todos os países de regimes totalitários de partido único.<sup>84</sup>

O ambiente político internacional que se vive no período do partido único em Cabo Verde, foi marcado pela decadência da polaridade que caracterizou a guerra fria e da crise económica de 1970.<sup>85</sup> A subida ao poder de Mikhail Gorbatchov na URSS e a queda dos regimes marxistas, facto que não teve sua consequência somente no Leste Europeu, mas no mundo, fez com que as pequenas ditaduras se vissem sem apoios do Ocidente e ameaçados de extinção.<sup>86</sup> A União soviética apoiava o PAIGC desde a Independência até a queda da mesma, o que resultou na escassez de recursos para o consumo interno e para o funcionamento da máquina partidária. David Almada realça que:

[...] o Mundo estava entrando, nessa segunda metade da década de oitenta, em perfeita ebulição. Na Europa do Leste, surgem, na Polónia, Lech Walesa e o seu sindicato *Solidariedade* que acabam, por depois de muita confrontação com o poder instituído e da correlativa repressão, nela se inserindo a proclamação do estado marcial, provocar a queda do regime e a implantação do multipartidarismo nesse País.

Na União Soviética, Mikail Gorbatchov lança a sua *Perestroika*, com o apelo à Glasnost, que desencadeia uma movimentação imparável [...] mas que ele próprio não soube, não quis ou não pôde controlar, e que, a par da sua própria queda, viria a determinar a desagregação da União Soviética [...].<sup>87</sup>

---

<sup>84</sup> Cf. Cardoso, *O Partido Único em Cabo Verde - Um Assalto à Esperança*, 231.

<sup>85</sup> Cf. Ricardino Teixeira, *Guiné-Bissau e Cabo Verde: As Relações entre a Sociedade Civil e o Estado* (Recife: Editora UFPE, 2015), 208.

<sup>86</sup> Cf. Gil Barbosa, «A Transição democrática em Cabo Verde: O caso do Póde Local» (Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Administração, 2020), 19.

<sup>87</sup> Almada, *A Construção do Estado e Democratização do Poder em Cabo Verde*, 97.

No campo africano destacamos dois acontecimentos que marcaram o período em estudo: a libertação de Nelson Mandela e a organização do Congresso Nacional Africano (ANC) que ditou o fim do Apartheid na África do Sul. As manifestações em Benim que culminaram na queda do governo e na transição democrática também tiveram influência naquele contexto.<sup>88</sup>

O cenário externo foi muito importante para a mudança, porque o país era muito dependente da ajuda externa e havia uma pressão por parte dos doadores para que os Estados mudassem para regime pluripartidário e democrático se quisessem continuar a receber as ajudas ao desenvolvimento. Este efeito do cenário externo foi contagioso nos dirigentes Cabo-Verdianos.<sup>89</sup>

Gil Barbosa na sua tese académica<sup>90</sup> apresenta cinco fatores que influenciaram o processo de transição política em Cabo Verde:

- 1) A pressão externa: com a condição de não receberem mais ajudas (financeiras e não só). Para Cabo Verde a sua ajuda estava ameaçada com a queda dos regimes marxistas e a subida ao poder de Gorbachov. A pressão para a mudança era muito intensa.
- 2) Fator económico: o processo de autonomização económica feita pelo partido único leva-o a adotar mudanças no próprio regime. Era preciso dar mais abertura ao setor privado, pois tudo estava sob controlo do Estado. A economia estava fragilizada e provocando desigualdades sociais, desemprego e sentimento de revolta na população.
- 3) Relação com a Igreja Católica: a relação do regime com a Igreja Católica não era muito boa por causa das decisões políticas tomadas pelo partido e que colidiam com a doutrina da Igreja. As decisões tomadas eram a Reforma Agrária de 1982, e a lei do aborto de 1986. Perante estas medidas a Igreja não ficou de braços cruzados e manifestou o seu descontentamento e a sua posição pelas homilias, comunicados e orientações do Bispo Dom Paulino Évora. Uma das orientações principais foi proibir o voto por parte dos fiéis católicos em partidos cujos princípios são incompatíveis com a conceção Cristã do homem.
- 4) Conflito interno: a divisão e conflito de interesses por parte de vários grupos de elementos dentro do partido. Uns queriam a abertura, enquanto outros tinham medo de perder os seus cargos, por isso eram tidos como os mais conservadores. Com algumas

---

<sup>88</sup> Cf. Ludemila Pereira, «Cabo Verde: Da descolonização à Abertura Política» (Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2013), 68,

<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3906/1/Tese%20Ludmila.pdf>.

<sup>89</sup> Cf. Roselma Évora, «A Abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde» (Brasília, Universidade de Brasília-Departamento de Ciência Política, 2001), 73–74,

<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/292/1/2001%20Roselma%20Evora.pdf>.

<sup>90</sup> Cf. Barbosa, «A Transição democrática em Cabo Verde: O caso do Pde Local», 20–22.

medidas bruscas tomadas pelo chefe do partido, provocou um aumento de contestação interna.

- 5) Oposição: o surgimento do Movimento para Democracia-MPD, nova força política, constituída por alguns antigos membros do próprio partido único, aparece como uma voz forte contra o regime, e uma alternativa, mesmo sem um grande plano. De certa forma este movimento veio em alternativa ao contexto cuja Igreja denunciava e apresentava sugestões nos seus documentos do magistério.

## 2.2. Papel do magistério

A missão da Igreja não é só limitada às funções do culto, sendo também reconhecida a sua dimensão social e política na construção de sociedades mais justas e respeitadoras das liberdades basilares do homem. De acordo com o Secretariado Diocesano de Ação Social: «Cristo veio salvar o homem todo e a Igreja continua na mesma missão, através dos tempos».<sup>91</sup> A Igreja relaciona-se com a realidade política, social, cultural e económica de qualquer sociedade, porque o homem está em todas essas realidades. Não devemos ficar na ideia de que a Igreja não tem nada a ver com essas realidades.

A Igreja está no mundo e faz parte dela e da sua história. A história recebe da Igreja um importante contributo, assim como a Igreja recebe da história todo o progresso humano. Progressos esses a nível social, económico, técnico e científico. A Igreja surgiu num contexto e numa cultura própria, mas foi se relacionando ao longo do tempo com diversos povos e culturas como forma de anunciar Cristo na língua própria de cada povo. A Igreja foi enriquecida pelos contributos da evolução social, adaptando a mensagem de Cristo a novos tempos ou interpretar os sinais dos tempos à luz do Evangelho. De acordo com a *Gaudium et Spes*:

[...] é dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado em cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas. É, por isso, necessário conhecer e compreender o mundo em que vivemos, as suas esperanças e aspirações, e o seu carácter tantas vezes dramático (GS 4).

Decidimos fazer o nosso percurso pelo magistério da Igreja partindo do Concílio Vaticano II, abordando alguns documentos importantes. O primeiro desses documentos é a Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo atual - *Gaudium et Spes* - um dos documentos deste Concílio que trata a questão do papel da Igreja em relação às realidades culturais,

---

<sup>91</sup> Secretariado Diocesano de Ação Social, «Manual de estudo: Igreja Sociedade e Política», 3.

políticas, sociais e económicas. Este documento atualiza e explicita ensinamentos da Igreja antecedentes ao Concílio e servirá como base para muitos documentos posteriores.

Na segunda parte desta Constituição Pastoral trata-se de assuntos importantes e orientadores para a vida económico-social, política e cultural, numa divisão de cinco capítulos:

- I- A promoção da dignidade do matrimónio e da família;
- II- A conveniente promoção do progresso cultural;
- III- A vida económico-social;
- IV- A vida da comunidade política;
- V- A promoção da paz e a comunidade internacional.

Esta Constituição foi escrita no contexto da Guerra Fria em que o mundo estava dividido em dois polos, por isso o homem como ser social e a sua dignidade foi o seu tema central. A constituição *Gaudium et Spes* vê o mundo numa nova fase da sua História, com notáveis conflitos políticos, sociais e económicos e transformações científicas, técnicas, psicológicas, morais e religiosas. Um mundo com anseios e esperanças, angústias e alegrias: «Mundo poderoso e débil, capaz do melhor e do pior, do progresso ou da regressão, da fraternidade ou do ódio» (GS 9). O capítulo IV da segunda parte, retrata de forma concisa e genérica a vida da comunidade política. As formas genéricas das posições tomadas nesta constituição deviam-se à diversidade política e social de cada país, dando assim a possibilidade às conferências episcopais de adaptarem de acordo com as suas realidades. Este carácter genérico pretende definir os princípios morais que devem orientar a participação dos cristãos na comunidade política.

*Gaudium et Spes* alerta para a necessidade de que: «Todos os cristãos tenham consciência da sua vocação especial e própria na comunidade política». Assim, «são obrigados a dar exemplo de sentida responsabilidade e dedicação pelo bem comum» (GS 75). Este documento apresenta a participação na comunidade política como uma vocação especial e como tal, afirma que «a Igreja louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, em serviço dos homens» (GS 75), referindo ainda que «A Igreja não se identifica com a comunidade política e, no entanto, ambas servem a vocação pessoal e social das mesmas pessoas.» Para quem tem essa vocação recomenda-se uma preparação académica e intelectual, para poder dedicar com zelo, abnegação, integridade e retidão.

A vocação política é um serviço importante, que podemos afirmar como sendo um serviço de Deus, se entendemos esse chamamento a servir os irmãos como um chamamento de Deus. No entanto, só podemos falar de serviço, se esse serviço for por amor. Um serviço

prestado numa profunda dedicação ao outro e numa entrega total, que não se contenta com palavras, mas com obras.<sup>92</sup> Essa entrega de amor deve também ter em vista a salvação eterna, porque «O cristão que descuida os seus deveres temporais, falta aos seus deveres para com o próximo e até para com o próprio Deus, e põe em risco a sua salvação eterna» (GS 43). Não podemos cometer o grave erro que é o divórcio entre a fé que professamos e o comportamento quotidiano.

A questão da consciência da dignidade humana é a ideia central do número 73 da *Gaudium et Spes*. Essa consciência da dignidade humana foi aumentando na medida em que foi avançando o progresso civilizacional. E é por causa desta consciência da dignidade humana que os padres conciliares condenam: «todas as formas políticas, existentes em algumas regiões, que impedem a liberdade civil ou religiosa, multiplicam as vítimas das paixões e dos crimes políticos e desviam do bem comum o exercício da autoridade, em benefício de alguma facção ou dos próprios governantes» (GS 73).

O número 76 da *Gaudium et Spes* utiliza a expressão «comunidade política» e não Estado, isto porque essa expressão é mais ampla e engloba a sociedade toda. O Concílio considera o Estado como um dos elementos integrantes da comunidade política. Os padres conciliares consideraram que a Igreja «em razão da sua missão e competência, de modo algum se confunde com a sociedade nem está ligada a qualquer sistema político determinado» (GS 76), ou seja, a Igreja está acima de qualquer sistema, político, económico, social ou cultural, pela sua universalidade, e a sua missão não poderia estar circunscrita nem limitada. A sua missão é universal, direccionada ao homem, independentemente do espaço e do tempo em que se encontra.

*Lumen Gentium* é outro documento importante surgido do Concílio Vaticano II, que delinea a constituição, a natureza e a missão da Igreja Católica. É um documento abrangente que cobre vários aspetos da Igreja, incluindo a sua estrutura, sacramentos e relacionamento com o mundo.

Uma das contribuições significativas da *Lumen Gentium* é a sua compreensão do papel da Igreja no mundo, particularmente na política. O documento enfatiza a importância da participação da Igreja na vida política da sociedade e sua responsabilidade na promoção do bem comum, declarando:

[...] a sociedade organizada hierarquicamente, e o Corpo místico de Cristo, o agrupamento visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrestre e a Igreja ornada com os dons celestes não se devem considerar como duas entidades, mas como uma única realidade complexa, formada pelo duplo elemento humano e divino (LG 8).

---

<sup>92</sup> Cf. Jean-Yves Calvez, *A política e Deus* (São Paulo: Edições Loyola, 1992), 55–56.

De acordo com a *Lumen Gentium*, o envolvimento da Igreja na política não se limita a questões relacionadas à fé e à moral, mas estende-se a todos os aspetos da vida social. A Igreja é chamada a ser fermento na sociedade, promovendo a justiça, a paz e a dignidade de cada pessoa humana.

O documento também reconhece a autonomia da esfera política e a legítima diversidade de opiniões políticas. A Igreja não procura impor seus pontos de vista sobre questões políticas, mas sim dialogar e colaborar com líderes e instituições políticas. Além disso, a *Lumen Gentium* destaca a importância da participação dos leigos na vida política. O documento destaca a vocação dos leigos para transformar o mundo por meio de seu envolvimento em vários campos, inclusive na política. Os leigos «são chamados por Deus para que, aí, exercendo o seu próprio ofício, guiados pelo espírito evangélico, concorram para a santificação do mundo a partir de dentro, como o fermento...» (LG 31).

Com o Concílio Vaticano II como base, surgiram outros documentos importantes que tratam do tema da relação da Igreja com a comunidade política, tanto no magistério do Papa Paulo VI como no magistério do Papa João Paulo II.

No magistério do Papa Paulo VI destacamos a carta encíclica *Populorum Progressio* e a carta apostólica *Octogesima Adveniens*:

*Populorum Progressio* é uma carta encíclica publicada em 1967 pelo Papa Paulo VI, que aborda a questão do desenvolvimento e progresso no mundo. O documento destaca o papel da política e do Estado na promoção do desenvolvimento social e económico e enfatiza a necessidade de uma abordagem global do desenvolvimento que leve em conta a interdependência das nações e o bem comum de toda a humanidade. Para isso o Papa sugeria «a busca de meios de organização e de cooperação, concretos e práticos, para pôr em comum os recursos disponíveis e realizar, assim, uma verdadeira comunhão entre todas as nações» (PP 43).

A encíclica argumenta que o Estado tem a responsabilidade de promover o bem comum, e isso inclui garantir o acesso às necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação para todos os cidadãos. Também realça a importância da justiça social e a necessidade de enfrentar a desigualdade e a pobreza para criar uma sociedade mais justa e equitativa, porque «combater a miséria e lutar contra a injustiça, é promover não só o bem-estar, mas também o progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem comum da humanidade» (PP 76).

Em relação à comunidade política, a *Populorum Progressio* reconhece a importância das instituições políticas na promoção do desenvolvimento, mas também reconhece que o poder político pode ser abusado e mal utilizado. O documento enfatiza a necessidade de

transparência, prestação de contas e boa governação e incentiva os cidadãos a participar do processo político para responsabilizar seus líderes.

A encíclica também pede uma abordagem mais colaborativa para o desenvolvimento, com nações desenvolvidas trabalhando em parceria com nações em desenvolvimento para abordar questões globais como pobreza, fome e a degradação ambiental, através «do dever de solidariedade, ou seja, o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em via de desenvolvimento» (PP 44). Destaca a importância da solidariedade e do apoio mútuo e incentiva todas as nações a trabalharem juntas para criar um mundo mais justo e equitativo, centralizado no «dever de caridade universal, quer dizer, a promoção, para todos, de um mundo mais humano e onde todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros» (PP 44).

*Octogesima Adveniens* é uma Carta Apostólica escrita pelo Papa Paulo VI em 1971 em comemoração dos 80 anos da Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII. Foi encaminhada ao cardeal Maurício Roy que desempenhava o cargo de presidente do Conselho dos Leigos e da Comissão Pontifícia Justiça e Paz. Ela aborda temas sociais e políticos, principalmente a questão da participação dos leigos na vida política, sublinhando que «o cristão tem o dever de participar também ele nesta busca diligente, na organização e na vida da sociedade política» (OA 24).

O documento afirma que os cristãos têm um papel importante a desempenhar na política, não apenas como indivíduos, mas também como membros ativos da sociedade. Paulo VI argumenta que a política é uma forma de serviço, e que os cristãos devem se envolver nela com o objetivo de promover o bem comum. Afirma o Papa que «a dupla aspiração à igualdade e à participação procura promover um tipo de sociedade democrática» (OA 24).

No entanto, a encíclica também alerta para os perigos da politização excessiva da religião e da instrumentalização da fé para fins políticos. O Papa realça que:

[...] para o cristão é válido que, se ele quiser viver a sua fé numa ação política, concebida como um serviço, não pode, sem se contradizer a si mesmo, aderir a sistemas ideológicos ou políticos que se oponham radicalmente, ou então nos pontos essenciais, à sua mesma fé e à sua concepção do homem» (AO 26).

A encíclica afirma ainda que os cristãos devem estar dispostos a trabalhar com pessoas de todas as crenças e ideologias, desde que isso não comprometa seus valores e princípios.

Em resumo, a *Octogesima Adveniens* enfatiza a importância da participação dos cristãos na política como forma de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e humana, e realça que «a política é uma maneira exigente [...] de viver o compromisso cristão,

ao serviço dos outros» (OA 46) ao mesmo tempo alerta para os riscos do fanatismo e da instrumentalização da religião para fins políticos.

Do magistério do Papa João Paulo II, tomamos como referência os seguintes documentos: a Carta Encíclica *Redemptor Hominis*; a Carta Encíclica *Laborem Exercens*; e a Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, que são importantes no tema que estamos a trabalhar, e abordam a questão da relação da Igreja e dos homens com a comunidade política. João Paulo II destacou-se pela sua defesa da vida humana, sua luta contra o comunismo, sua abordagem pastoral e ecuménica, e sua influência na política mundial. Ele desempenhou um papel importante na queda do comunismo na Europa Oriental, a sua influência na política mundial foi significativa.

A Carta Encíclica *Redemptor Hominis* do Papa João Paulo II foi escrita a 4 de março de 1979, e centra-se no tema da redenção humana e no papel da Igreja Católica na promoção da dignidade e da justiça humana. «Jesus Cristo vai ao encontro do homem de todas as épocas, também do da nossa época, com as mesmas palavras que disse alguma vez: “conhecereis a verdade, e a verdade tornar-vos-á livres”» (RH 12).

Um dos temas importantes de *Redemptor Hominis* é a relação entre política e redenção humana. A encíclica enfatiza a importância de sistemas políticos que respeitem os direitos humanos e promovam a justiça social e demonstra «a necessidade de uma correta participação dos cidadãos na vida política da comunidade, tendo em conta as reais condições de cada povo e o necessário vigor da autoridade pública.» (RH17) O documento afirma que a política é uma das formas mais elevadas de caridade e que os católicos têm a responsabilidade de se engajar no processo político para promover o bem comum. Destaca ainda que:

Aquele bem comum que a autoridade no Estado serve, será plenamente realizado somente quando todos os cidadãos estiverem seguros dos seus direitos. Sem isto, chega-se ao descalabro da sociedade, à oposição dos cidadãos contra a autoridade, ou então a uma situação de opressão, de intimidação, de violência, ou de terrorismo, [...] (RH 17)

Ao mesmo tempo, *Redemptor Hominis* adverte contra os perigos de politizar a religião. A encíclica enfatiza que o papel da Igreja na política não é impor sua própria agenda ou buscar o poder, mas ser uma voz para os que não têm voz e um defensor da dignidade humana. O documento encoraja os católicos a trabalhar pelo bem comum em cooperação com pessoas de todas as fés e origens.

No geral, *Redemptor Hominis* apresenta uma visão da política que está enraizada no ensinamento social católico da dignidade humana, justiça e solidariedade. A encíclica convida os católicos a serem cidadãos ativos e engajados, mas também a evitar as armadilhas da ideologia política e do sectarismo. Por meio dessa abordagem, a Igreja pode desempenhar um

papel positivo na formação de sistemas políticos que promovam o florescimento de todas as pessoas, independentemente de sua raça, etnia ou religião.

A Carta Encíclica *Laborem Exercens* do Papa João Paulo II sobre o trabalho, datada de 14 de setembro de 1981 foi um documento publicado no contexto do nonagésimo aniversário da *Rerum Novarum*, a encíclica social do Papa Leão XIII de 1891, mas devido à tentativa de assassinato do Papa, não foi publicada nos meses de maio como estava previsto. *Laborem exercens* definia o ser humano como «trabalhador». Os humanos diferem dos animais porque apenas os humanos devem criar as condições de sua sobrevivência e bem-estar pelo trabalho. «O trabalho é uma das características que distinguem o homem do resto das criaturas» (LE saudação inicial). A encíclica ampliou significativamente a noção de trabalho.

A encíclica apresentava a doutrina social católica como uma crítica radical ao comunismo e ao capitalismo. A opressão e a desigualdade no mundo são causadas por uma desordem na organização do trabalho. Enquanto o capital é o resultado do trabalho, isto é, trabalho acumulado e, portanto, deve se unir ao trabalho e servir ao trabalho, na verdade o capital se organizou contra o trabalho na sociedade ocidental.

A encíclica formulou o princípio fundamental da «prioridade do trabalho sobre o capital» No mundo atual, em que as indústrias estão interligadas e relacionadas a instituições públicas, o capital deve servir a toda a sociedade trabalhadora. A propriedade estatal das indústrias em si não oferece nenhuma garantia de que a prioridade do trabalho sobre o capital será respeitada. A encíclica defendia a propriedade privada dos bens produtivos, mas acrescentava que a propriedade, seja ela privada ou pública, é sempre condicional. «Considerar isoladamente, “os meios de produção” como um conjunto à parte de propriedades, com o fim de os contrapor, sob a forma do “capital”, ao “trabalho” e, mais ainda, com o fim de explorar o trabalho, é contrário à própria natureza de tais meios e à da sua posse» (LE 14).

A encíclica encorajou todos os movimentos que buscam ampliar a participação dos trabalhadores na propriedade e na gestão. Os sindicatos dos trabalhadores são ali definidos como uma peça fundamental na luta pela justiça social, afirmando-se: «Os sindicatos intervirão naturalmente na política, entendida no sentido duma preocupação prudente pelo bem comum, mas não devem ligar-se de tal modo a partidos políticos que se tornem um instrumento utilizado para outros fins que não o seu específico»<sup>93</sup> já que «o papel dos sindicatos não é o de “fazer política”». «Os sindicatos não têm o carácter de “partidos políticos” que lutam pelo poder, e também não deveriam nunca estar submetidos às decisões dos partidos políticos, nem manter com eles ligações muito estreitas» (LE 20).

---

<sup>93</sup> Peter Stilwell, *Os caminhos de Justiça e da Paz - Doutrina Social da Igreja: Documentos de 1891 a 1981* (Lisboa: Rei dos Livros, 1987), 500.

A encíclica trata ainda da questão do direito à greve, mas chama atenção, para não se abusar deste direito particularmente para fins políticos. Propõe que haja uma legislação justa no que toca o acesso ao emprego por parte dos trabalhadores migrantes, a fim de evitar possíveis explorações.

Este documento faz referência ao trabalho agrícola, como sendo um trabalho digno e que merece toda a atenção, declarando-se «O mundo agrícola, que proporciona à sociedade os bens necessários para a sua sustentação quotidiana, reveste-se de uma importância fundamental» (LE 21).

A Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* foi publicada a 30 de dezembro de 1987, e é a sétima carta encíclica do Papa João Paulo II. Ela foi escrita para marcar o vigésimo aniversário da Carta Encíclica *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI. O Papa João Paulo II apresenta nesta carta importantes reflexões sobre o desenvolvimento humano autêntico, a solidariedade internacional e a responsabilidade social da Igreja. Considerando relevantes os temas da encíclica *Populorum Progressio* do seu predecessor, João Paulo II quis dar uma nova atualidade a esses temas. O Papa tinha «em vista principalmente atingir dois objetivos de não pequena importância: por um lado, queria render homenagem a este histórico documento de Paulo VI e ao seu ensinamento; e, por outro lado, [...] reafirmar a continuidade da doutrina social da Igreja e, conjuntamente, o seu renovamento constante» (SRS 3).

O Papa começa caracterizando a *Populorum progressio* como uma aplicação das instruções do Concílio Vaticano II, de modo específico dos princípios sociais da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, ao problema do desenvolvimento dos povos. «Podemos dizer, portanto, que a Encíclica *Populorum Progressio* é como que a resposta ao apelo conciliar, contido logo no início da Constituição *Gaudium et Spes*» (SRS 6). A encíclica, afirma o Papa, é original em três aspetos: ao trazer uma perspectiva ética sobre um problema frequentemente visto como económico e social; a transferência dessa problemática da esfera social para um contexto global; a sua exposição da proposição que «Desenvolvimento é o novo nome da paz» (SRS 10).

Depois de discutir indicadores como a pobreza mundial; as divisões entre Leste e Oeste, Norte e Sul, e o Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Mundos; e males culturais como o analfabetismo, a opressão social e religiosa e a supressão da iniciativa económica, o papa conclui que as esperanças de desenvolvimento de Paulo VI não foram atendidas e que, de facto, a situação piorou.

Os países desenvolvidos começaram a manifestar sinais de subdesenvolvimento, na forma de crise imobiliária e sub ou desemprego crescente. «Tanto no interior de cada

comunidade política, como nas relações entre elas a nível continental e mundial [...] existe alguma coisa que não está bem» (SRS 18), afirma. Para analisar esses fracassos o Papa centra-se nos fatores políticos e critica o conflito ideológico entre o Oriente e o Ocidente, o seu impacto, por meio dos mecanismos do neocolonialismo; no mundo em desenvolvimento; as desorganizações da produção e do comércio de armas; e políticas de controle populacional enraizadas em uma «conceção errada e perversa do verdadeiro desenvolvimento humano» (SRS 25). Para o Papa estes fracassos não devem apagar os sinais de esperança que se vinha notando, como o crescimento no respeito pelos direitos humanos; na solidariedade internacional e na preocupação com a ecologia.

O caráter moral do desenvolvimento autêntico manifesta-se no seu compromisso intrínseco com a visão dos direitos humanos, incluindo os direitos sociais, económicos, políticos, pessoais e coletivos; aos valores de solidariedade, liberdade e amor a Deus e ao próximo; e ao respeito pela natureza. «Não seria verdadeiramente digno do homem um tipo de desenvolvimento que não respeitasse e não promovesse os direitos humanos, pessoais e sociais, económicos e políticos, incluindo os direitos das nações e dos povos» (SRS 33).

O Papa faz uma leitura teológica dos problemas modernos, e identifica os obstáculos ao desenvolvimento, que segundo o mesmo, são de natureza moral, exemplificando com a sede de poder, o desejo do lucro, e as estruturas de pecado. Para superar estes problemas o Papa propõe mudança e conversão espiritual dos cristãos com vista à virtude da solidariedade, e do comprometimento com o bem comum: «A solidariedade ajuda-nos a ver o “outro” — pessoa, povo ou nação — não como um instrumento qualquer, [...] mas sim, como um nosso “semelhante”, um “auxílio”» (SRS 39).

A Igreja não apresenta soluções para resolução de problemas, não propõe um ideal de sistemas políticos e económicos e nem está ligada a qualquer sistema político. Ela não manifesta preferências, mas é perita em humanidade, por isso, a sua missão é direcionada a todos os homens, promovendo a sua dignidade. O Papa tece um esclarecimento sobre a doutrina social da Igreja afirmando que:

A doutrina social da Igreja não é uma «terceira via» entre capitalismo liberalista e coletivismo marxista, nem sequer uma possível alternativa a outras soluções menos radicalmente contrapostas: ela constitui por si mesma uma categoria. Não é tampouco uma ideologia, mas a formulação acurada dos resultados de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial. A sua finalidade principal é interpretar estas realidades, examinando a sua conformidade ou desconformidade com as linhas do ensinamento do Evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação terrena e ao mesmo tempo transcendente; visa, pois, orientar o comportamento cristão. Ela pertence, por conseguinte, não ao domínio da ideologia, mas da teologia e especialmente da teologia moral (SRS 41).

O papa conclui esta carta abordando o tema da libertação como sendo um anseio dos povos. Para ele essa libertação deve ser uma libertação de toda e qualquer forma de exploração e escravidão, e deve andar de braços dados com o desenvolvimento, tendo em conta a ligação íntima entre os mesmos, uma vez que «Assim o processo do *desenvolvimento* e da *libertação* concretiza-se na prática da *solidariedade*, ou seja, do amor e do serviço ao próximo, particularmente aos mais pobres» (SRS 46).

### 2.3. A posição da igreja

A Igreja não pode ignorar a política, porque é expressão da concepção do homem em busca do bem comum. A Igreja oferece aos cristãos e aos homens de boa vontade, meios para refletir e discernir, e orientações para decidir e atuar através da sua Doutrina Social por isso, «as diretrizes da doutrina social da Igreja para ação dos leigos são válidas tanto em matéria política como nos outros campos da realidade temporal»<sup>94</sup> onde a Igreja é chamada a exercer o seu múnus evangelizador. A Igreja preocupa-se pela dimensão moral, ética, da vida humana e do desenvolvimento e ajuda os cristãos a adquirirem uma consciência reta para atuar segundo a sua fé perante os assuntos da sociedade. A Igreja deve contribuir na formação de uma autêntica consciência social.

A missão da Igreja conferida por Jesus Cristo não é de ordem política, mas de ordem evangélica. É nesta missão de evangelizar que ela é chamada a estar presente e iluminar todos os campos da vida humana e social. Ela deve promover a liberdade política e o sentido de responsabilidade, por isso, é seu dever ensinar a sua doutrina social e exercer livremente a sua função no meio dos homens, sempre com a visão crucial da salvação das almas.

Perante o poder humano a Igreja pregou a teologia do poder humano, ou seja, que todo o poder humano vem de Deus e fundamenta com a escritura, desde o Antigo Testamento até ao Novo Testamento. A ideia de que todo poder humano vem de Deus é fortemente expressa em todo o Antigo Testamento. Longe de ser uma concepção arcaica da deificação da autoridade para reforçar a alienação dos subordinados, é a expressão de uma profunda fé no domínio de Deus sobre o universo e no desenrolar da história humana e em seu desejo de justiça e paz. Os homens permanecem livres na escolha de seus líderes políticos ou na adesão que lhes dão, bem como na recusa em reconhecê-los.<sup>95</sup> Pode-se dizer que nestas palavras resumem-se a maneira pela qual os católicos devem viver o ensinamento do Senhor: «Dai a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus» (Mt 22, 21).

---

<sup>94</sup> Secretariado Diocesano de Ação Social, «Manual de estudo: Igreja Sociedade e Política», 14.

<sup>95</sup> Cf. René Coste, *Évangile et politique* (Paris: Éditions Aubier-Montaigne, 1968), 236.

Neste ponto destacamos a figura de Dom Paulino Livramento Évora, o primeiro bispo Cabo-verdiano, acompanhando-o desde o período da independência e nascimento do Estado Cabo-verdiano e durante o qual pastoreou a Igreja em Cabo Verde num contexto conturbado nas relações com o poder político. Destacaremos também a visita do Papa João Paulo II a Cabo Verde em todo o seu contexto, bem como as suas consequências políticas e sociais para o país. Iremos analisar as suas palavras proferidas em Cabo Verde.

### *2.3.1. O Bispo Dom Paulino Évora*

Paulino Livramento, Filho de João Sátiro Évora, nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Graça, cidade da Praia, Diocese de Santiago de Cabo Verde, a 22 de junho de 1931. Em 1949 entrou no Seminário do Espírito Santo, Godim – Vila Real em Portugal, onde começou os estudos, e passou também pelo Seminário de Fraião - Braga. No dia 12 de junho de 1954 recebeu o hábito ou batina. Fez o noviciado no Seminário da Silva – Barcelos de 1956 a 1957, e ali fez a sua Profissão Religiosa na Congregação do Espírito Santo a 8 de setembro de 1957. A sua ordenação presbiteral foi no dia 16 de dezembro de 1962 no Seminário da Torre d’Aguilha – Cascais. No dia 07 de julho de 1963 fez a sua consagração ao apostolado e foi nomeado para trabalhar na Província Portuguesa da Congregação do Espírito Santo, como professor e subdiretor dos alunos do 3º ao 7º ano, no Seminário de Fraião – Braga, onde esteve de 1963 a 1965. Em 1965 embarcou para Angola para trabalhar como missionário na Diocese de Malanje, mais concretamente na Missão Católica de Calandula (Duque de Bragança) e Cacusó, onde foi Superior.

De 1965 a 1975 permaneceu em Angola até quando recebeu da Sua Santidade o Papa Paulo VI a nomeação para ser Bispo de Cabo Verde no dia 21 de abril de 1975. A sua sagração episcopal aconteceu a 1 de junho de 1975 na Missão de Cacusó – Malanje – Angola, por Dom Eduardo André Muaca (1970-1985), Dom Zacarias Kamuenho (1974-2009) e Dom Francisco Esteves Dias (1963-1976). A sua entrada oficial na Diocese aconteceu no dia 22 de junho de 1975, treze dias antes da independência de Cabo Verde. Quando tomou posse da Diocese sucedendo a Dom José Colaço, a mesma tinha cerca de 300 mil habitantes e 40 sacerdotes. Permaneceu bispo até julho de 2009, ano em que lhe foi concedida a resignação, passando a ser Bispo emérito de Santiago de Cabo Verde. Dom Paulino foi o primeiro sacerdote cabo-verdiano a ser eleito Bispo. A sua chegada a Cabo Verde foi marcada por grande manifestação de fé por partes dos católicos, que acorreram em grande número ao aeroporto para o receber, deixando claramente um sentimento «de que com a sua presença a

vontade da Igreja de sempre caboverdiana e solidária com a realidade e as aspirações dos eu povo.»<sup>96</sup>

O contexto em que Dom Paulino entrou como Bispo de Cabo Verde é perspectivado como um momento de *caboverdianização* da Igreja Católica naquele arquipélago.

Ciente da missão difícil que tinha pela frente, Dom Paulino não baixou a cabeça, mas assumiu com serenidade e Espírito de entrega, o ministério episcopal e a causa da libertação, valor que sempre defendeu e que também carregava como lema episcopal: *N mandadu da nhos noba di Deus, djuntu ku notisia di libertason* (Fui enviado a dar-vos a novidade de Deus, juntamente com a notícia de libertação), inspirado na passagem bíblica de Isaías:

O Espírito do Senhor está sobre mim. Porque me ungiu: enviou-me para levar a boa-nova aos que sofrem, para curar os desesperados, para anunciar a libertação aos exilados e a liberdade aos prisioneiros; para proclamar um ano da graça do Senhor, o dia da vingança da parte do nosso Deus; para consolar os tristes, para coroar os aflitos de Sião; para mudar a sua cinza em coroa, o seu semblante triste em perfume de festa e o seu abatimento em cânticos de alegria. Então serão chamados Terebintos de justiça, Plantação do Senhor para sua glória.<sup>97</sup>

Este lema episcopal traduziu o momento histórico que se vivia e veio dar luz e esperança ao povo que ansiava pela liberdade. Era preciso uma nova luz para aqueles que caminhavam nas trevas da opressão e da guerra. De certa forma foi um anunciar a novidade de Jesus Cristo como a única Boa-Nova que liberta e salva o homem e a humanidade. Cristo é a Boa-Nova anunciada pelos profetas adiantando a sua vinda, em especial aquele que foi anunciado que estava para vir por João Batista. Também era uma notícia de libertação do homem na sua situação e realidade histórica, mas também na sua realidade mais íntima.<sup>98</sup> Na sua pagela da ordenação episcopal impressa pode ler-se «a verdade vos libertará» e o tema da libertação acompanhou todo o seu episcopado.

Dom Paulino Évora com a sua missão de Pastor do povo das ilhas conseguiu revitalizar a esperança deste povo «*tomando sobre si as suas dores*»<sup>99</sup> e enfrentando desafios de modo que ao olharmos para a nossa história, brotam sentimentos de gratidão e admiração. Vimos espelhado nele a configuração com Cristo Bom Pastor, Aquele que deu a vida pelas suas ovelhas. Governou a Diocese de Santiago e cuidou do seu povo com grande zelo apostólico, mesmo quando tinha de entrar em colisão com as autoridades civis do país. De acordo com Paulo Vaz:

---

<sup>96</sup> Cerrone, *Cabo Verde, Cruzamento do Atlântico Sul*, 168.

<sup>97</sup> Is 61, 1-3.

<sup>98</sup> Cf. Paulo Vaz, *O Inquietante Mistério*, 1ª (Lisboa: Paulus, 2019), 67–69.

<sup>99</sup> Cf. Is 53, 4.

A Igreja em Cabo Verde deve em primeiro lugar tudo a Deus, mas também ao apostolado da missão profética do Bispo da Diocese de Santiago, Paulino Livramento Évora, que de uma forma muito incansável, valente, comprometido e empenhado, perante uma situação difícil de ameaça e perseguição constante do comunismo e do ateísmo crescente no país introduzida pela nova ideologia política, mesmo assim, conseguiu reunir, congregar e manter unido num só coração e numa só alma a grei do Senhor a Ele confiada, a Igreja de Deus peregrina em Santiago.<sup>100</sup>

Dom Paulino foi uma voz contundente a favor da liberdade da pessoa humana como um dos valores da democracia. Defendeu a dignidade da pessoa humana, fazendo o que ele chamou de denúncia evangélica, ou seja, «com os olhos fitos no Evangelho do Reino... denunciar aqueles que contrariam os projetos divinos concernentes à comunidade Humana».<sup>101</sup> Procurando sempre animar aqueles que promovem o bem-comum.

Foram 34 anos de alegria, dores e desafios, que o mesmo aceitou como serviço a Deus e aos irmãos, nas ilhas marcadas pelo sofrimento da seca e do abandono. Dom Paulino soube fazer florescer no povo a esperança que lhe é própria e a resiliência para enfrentar os desafios dos novos tempos. Também reconheceu sempre o valor da independência sem deixar de a defender à luz dos sinais do Evangelho e dos sinais dos tempos, e manteve firme no seu propósito em defesa da liberdade da Igreja, dos direitos civis, espirituais e o valor da família como base da sociedade.<sup>102</sup>

A primeira fase do bispado Dom Paulino Évora foi direcionada para o resgate da Igreja de forma a mantê-la afastada do colonialismo e enquadrada na nova realidade social do pós-independência. Na verdade, «a preservação do catolicismo como elemento constituinte e estruturante da cultura cabo-verdiana foi um objetivo explícito no quadro do propósito da *caboverdianização* da Igreja Católica em voga na altura, a par da promoção de um maior compromisso dos clérigos, dos religiosos e dos leigos para com a Igreja».<sup>103</sup>

Dom Paulino deu uma atenção especial ao Seminário de São José, donde surgiria um grupo de 30 padres maioritariamente ordenados por ele. Pediu a sua resignação em 2006 aos 75 anos de idade, mas a pedido do Papa Bento XVI, permaneceu por mais três anos à frente da Diocese de Santiago, sendo sucedido por Dom Arlindo Gomes Furtado (2004-) primeiro bispo de Mindelo, em agosto de 2009. Ainda como bispo emérito de Santiago colaborava com a Diocese tanto na administração do Crisma bem como em algumas celebrações e ordenações. A seu pedido viveu os seus últimos 10 anos na casa das Irmãs Franciscanas da Imaculada

---

<sup>100</sup> Vaz, *O Inquietante Mistério*, 72.

<sup>101</sup> Évora, «Carta circular: Subsídios para uma Ética Política», 21.

<sup>102</sup> Cf. António Ferreira, «Jovem Paulino foi tocado por Deus ao ver a dedicação dos missionários em Cabo Verde», *A Nação (online)*, 13 de julho de 2019, <https://www.anacao.cv/noticia/2019/07/13/jovem-paulino-foi-tocado-por-deus-ao-ver-a-dedicacao-dos-missionarios-em-cabo-verde/>.

<sup>103</sup> Semedo, «As Reestruturações do sentido de pertença à Igreja Católica nos Bispados de D. José Colaço, D. Paulino Évora e D. Arlindo Furtado: Adaptação ou Resistência às Mudanças Políticas e Culturais em Cabo Verde?», 152.

Conceição, onde faleceu num domingo da Santíssima Trindade, a 16 de junho de 2019, tendo sido sepultado na Pró-Catedral de Nossa Senhora da Graça na Cidade da Praia.<sup>104</sup>

### 2.3.2. *A visita e a mensagem do Papa João Paulo II a Cabo Verde.*

Os convites ao Santo Padre para uma visita a Cabo Verde foram feitos pelo Bispo da Diocese e pelo Governo de Cabo Verde, mas também pelo então presidente da República Aristides Pereira por ocasião da sua visita à Santa Sé a 21 de dezembro de 1988. Ambos envolveram na preparação logística da visita, pois era preciso colaboração entre as instituições.<sup>105</sup>

A visita Pastoral do Santo Padre o Papa João Paulo II aconteceu de 25 a 27 de janeiro de 1990, contemplando as ilhas do Sal, Santiago e São Vicente. Esta visita era um sonho há muito acalentado pelo povo das ilhas, na sua grande maioria católicos. Em dezembro de 1982 a rádio Voz de América anunciou a visita do Papa a Cabo Verde para abril de 1983, algo que só veio a acontecer sete anos depois. O anúncio oficial da visita aconteceu no dia 8 de outubro de 1989 por Dom Paulino Évora, durante uma celebração na Igreja Paroquial de São Lourenço dos Órgãos, numa consagração duma religiosa espiritana. Ao meio-dia ouviram-se repiques dos sinos das igrejas e capelas em vários pontos do país, em sons festivos por causa da grande alegria que revestia esta notícia. Os barcos na baía do Porto Grande saudaram esta notícia com apitos.<sup>106</sup>

O anúncio feito era da 46ª viagem apostólica do Santo Padre o Papa João Paulo II, a Cabo Verde, Guiné-Bissau, Mali e Burkina Faso, de 25 de janeiro a 1 de fevereiro de 1990. Esta informação já era do conhecimento dos responsáveis da Igreja em Cabo Verde, mas foi a 22 mês de agosto de 1989 que Dom Paulino reuniu com todo o presbitério para partilhar a decisão do Santo Padre. Duas semanas depois chegava ao país uma delegação do Vaticano chefiada pelo Monsenhor Tucci para uma primeira abordagem acerca da preparação da referida visita. A delegação visitou as ilhas de Santiago, São Vicente e Sal, que eram as três ilhas contempladas no plano de visitas do Santo Padre. Estiveram reunidas com o Conselho Diocesano e elementos dos departamentos governamentais, uma vez que a visita envolveria tanto o a Igreja como o Estado.

O Bispo Dom Paulino criou uma Comissão Central que integrava sacerdotes, religiosas e religiosos e leigos, e também se criou subcomissões nas ilhas contempladas pela visita. A

---

<sup>104</sup> Cf. Ferreira, «Jovem Paulino foi tocado por Deus ao ver a dedicação dos missionários em Cabo Verde».

<sup>105</sup> Cf. Paulino Évora, «Dou-vos uma grande notícia: O Papa vem a Cabo Verde», *Terra Nova*, setembro de 1989, 162 edição, 1,6.

<sup>106</sup> Cf. Terra Nova, «Visita do Papa: Uma Alegria e uma Responsabilidade», *Terra Nova*, outubro de 1989, 163 edição, 1.

responsabilidade era enorme perante tão grande evento. Era tempo de *djunta mô* (juntar as mãos e os esforços) para preparar com maestria toda a visita, por isso foi envolvido também não só o Secretariado Diocesano da Liturgia, mas também o Secretariado Diocesano da Juventude. A Diocese organizou um encontro no dia 25 de outubro com todos os sacerdotes da diocese a fim de prepararem a visita, e a Diocese publicou um opúsculo «O Papa vem a Cabo Verde» dando indicações práticas para ajudar na preparação da visita.<sup>107</sup>

Para além de ser um acontecimento histórico inédito em Cabo Verde, a visita do Santo Padre despertava atenção não só dos católicos, mas de todos que viam no Papa João Paulo II um mensageiro da união, da compreensão, da concórdia, da paz, do progresso e da justiça social. Viam nele também um homem que não distinguia os homens pela sua crença, filosofia, raça ou latitude, mas tão somente como concebidos à imagem e semelhança do Deus Criador. Por se tratar da 46ª viagem apostólica, já era do conhecimento de muitos a sua presença entre os povos de várias latitudes, a admiração, acolhimento, e da sua ação perante a tensões internacionais ideológicas. O Papa era conhecido e valorizado como um anticomunista e um defensor da liberdade, paz, justiça e democracia.

O programa dos três dias da visita tornada pública mostrava um programa cheio e intenso. No quadro que se segue apresentaremos o programa, tendo como base a publicação do jornal *Vozdipovo*:<sup>108</sup>

---

<sup>107</sup> Cf. Terra Nova, 1.

<sup>108</sup> Cf. *vozdipovo*, «Viagem Apostólica de João Paulo II: Programa», *vozdipovo*, 25 de janeiro de 1990, 902 edição.

25 de janeiro	26 de janeiro	27 de janeiro
<p><b>15:30</b> – Chegada ao aeroporto Amílcar Cabral, ilha do Sal;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acolhimento pelo representante do Governo, pelo Bispo e pelas autoridades oficiais da ilha do Sal;</li> <li>- Breve encontro com a população do Sal;</li> <li>- Partida para Cidade da Praia;</li> </ul> <p><b>17:00</b> – chega à Cidade da Praia;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Beijo do solo;</li> <li>- Cumprimentos do Presidente da República;</li> </ul> <p>Receção oficial no aeroporto; Cortejo à Catedral;</p> <p><b>17:45</b> – Encontro com o clero, religiosos, religiosas e leigos representantes das 30 paróquias, na Catedral;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Visita ao Presidente da República e família;</li> <li>- Cumprimentos dos membros do Partido, do Governo, do corpo diplomático e representantes das confissões religiosas, no palácio do presidente.</li> <li>- Jantar na residência do Bispo com a comitiva, bispos e sacerdotes membros do Conselho Presbiteral</li> </ul>	<p><b>7:30</b> – Cortejo rumo ao aeroporto da Praia;</p> <p><b>8:00</b> – Partida para São Vicente;</p> <p><b>9:00</b> – Chegada ao aeroporto de São Vicente;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acolhimento no aeroporto das autoridades locais;</li> <li>- Cortejo rumo ao Estádio da Fontinha;</li> <li>- Celebração da palavra no Estádio da Fontinha (a celebração durará uma hora e meia);</li> <li>- Partida, sem cortejo, ao aeroporto de São Pedro, São Vicente;</li> <li>- Partida para Praia</li> </ul> <p><b>15:00</b> – Solene celebração eucarística, ato central da visita, na Quebra-Canela;</p> <p><b>19:45</b> – Encontro com os jovens no Gimnodesportivo de Chã de Areia.</p>	<p><b>8:00</b> – Cortejo rumo ao aeroporto da Praia;</p> <p><b>8:45</b> – Cerimónia de despedida;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Partida rumo ao Sal – Guiné-Bissau</li> </ul>

A visita do Santo Padre decorreu na normalidade conforme o programado, e levou milhares de pessoas às cerimónias, aos cortejos, à celebração da Palavra, e à Eucaristia central que contou com mais de 100.000 pessoas. À sua chegada na ilha do Sal acorreram pessoas de todos os cantos da ilha para darem as boas-vindas ao Papa, e ali aconteceram os primeiros atos oficiais. Com as palavras de boas-vindas do Presidente da Assembleia Nacional Popular e do Bispo de Cabo Verde.

Nas suas palavras na ilha do Sal o Papa afirmou que ali estava em cumprimento da vontade de Jesus Cristo, e agradeceu às autoridades presentes e ao senhor Bispo pelo caloroso acolhimento. O Santo Padre demonstrou estima por todos os cabo-verdianos ao manifestar a sua vontade de conhecer todos, em todo as ilhas, mas que a sua estima era dirigida a todos, por meio dos que estavam presentes. A seguir justificou a razão da sua visita dizendo que: «desejava, há muito conhecer Cabo Verde e seus habitantes por muitos motivos. [...] o de ser uma Cristandade antiga, às portas do continente africano», «[...] lançar mais uma semente de fé, esperança e caridade», «[...] confirmar numa fé corajosa e irradiante estes meus irmãos e

filhos de Deus [...]».<sup>109</sup> Continuando o seu discurso deixou um recado aos *salenses*, tendo em conta o nome da Ilha e a sua característica meteorológica; «sede, cada dia mais “luz do mundo” e “sal da terra”»<sup>110</sup> ou seja, exortou-os a viverem como cristãos responsáveis, assumindo as obrigações de discípulos empenhados no apostolado. O Papa termina seu discurso com um convite à oração de todos os filhos de Deus, o Pai Nosso.

Na sua recepção na cidade da Praia, acorreram também milhares de pessoas que fizeram um cordão humano desde o aeroporto até à Praça 12 de Setembro, homens, mulheres e crianças que agitavam as bandeirinhas e cantavam. O Santo Padre foi recibo pelo presidente da República, membros do Executivo e do Corpo Diplomático, com as devidas honras e cumprimentos cordiais. Depois das manifestações culturais e de atos simbólicos, como a entrega de flores ao Santo Padre, e de uma pomba branca, prosseguiram os discursos formais, primeiramente proferidas pelo Presidente da República e depois pelo Papa.

Nas suas palavras na recepção no aeroporto o Santo Padre começou com a saudação e agradecimento às autoridades e ao povo, pela forma como estava a ser acolhido no país e continuou dizendo que a sua visita era a de um pastor que vinha de encontro ao homem cabo-verdiano, na sua circunstância concreta, «na plena verdade da sua existência, do seu ser pessoal, comunitário e social, [...]».<sup>111</sup> Transmitiu também a sua mensagem de libertação, mensagem de que admitiu ser portador enquanto Pontífice da Igreja Católica. Reafirmou a missão da Igreja levar os homens ao encontro com Jesus Cristo e à salvação, libertando-os de todas as formas de pecado e ser para eles sinal de reconciliação e amor. O Papa defendeu que a Igreja mantém a sua presença na sociedade através das suas organizações, mas acima de tudo pelos seus fiéis. Esta presença passa pela santificação do mundo a partir de dentro como fermento.

Outro assunto que mereceu a atenção do Santo Padre neste discurso foi o contributo da Igreja para o desenvolvimento integral do homem, realçando os ensinamentos do Concílio Vaticano II e respetivas encíclicas. Chamou a atenção para a solidariedade e corresponsabilidade de todos, no desenvolvimento e dignidade humana, e no respeito pelos direitos fundamentais do homem.

Na conclusão deste discurso o Santo Padre manifestou a sua confiança: «[...] de que as boas qualidades do dileto povo cabo-verdiano, em comunhão com os esforços universais e guiado pelo sentido de responsabilidade e boa vontade [...] hão de saber superar os obstáculos

---

<sup>109</sup> Diocese de Cabo Verde, «Mensagem de João Paulo II aos Caboverdianos», 7.

<sup>110</sup> Diocese de Cabo Verde, 7.

<sup>111</sup> Diocese de Cabo Verde, 10.

na sua caminhada, para o desenvolvimento autêntico de todos os homens que habitam este país». <sup>112</sup>

Na catedral da Praia o Santo Padre discursou aos sacerdotes, religiosos e religiosas, seminaristas e leigos empenhados no apostolado. Começou o seu discurso com esta passagem de Romanos 5,5: «O amor de Deus foi derramado nos nossos corações» «*e por isso Igreja é alguém qui ta sigui Cristo tudo hora e tudo lugar*» <sup>113</sup> (Igreja é gente que segue Cristo sempre e em todo o lugar). Estas mesmas palavras, dirigiu à assembleia dizendo que eles eram os seguidores de Cristo sempre e em toda a parte. O Santo Padre mostrou conhecer bem a comunhão da Igreja cabo-verdiana com a Igreja de Roma falou também da vocação de todos para o serviço na Igreja. Para esse serviço há uma grande variedade de carismas, qualidades e dons próprios de cada um, por isso para uma maior eficácia é preciso a comunhão na diversidade e o princípio da unidade.

Por fim o Papa falou da importância da Igreja Católica na construção da sociedade cabo-verdiana, destacando que a Igreja está intimamente ligada à história de Cabo Verde, e que eliminar essa influência seria destruir o património sociocultural das Ilhas. Encorajou os institutos, os seminários e os vocacionados a confiarem n’Aquele que não deixa a sua obra inacabada e sempre a leva a bom termo.

No seu encontro com os jovens no gimnodesportivo, o Sumo Pontífice foi recebido por milhares de jovens em grande alegria. Começou o seu discurso com as seguintes palavras: «Nesta noite dirijo-me a vós, caros jovens, com estas palavras do Apóstolo São Paulo: “Irmãos, fostes chamados à liberdade”, para viverdes, “pela caridade ao serviço dos outros” (cf. Gál. 5,13)». <sup>114</sup> E todo o seu discurso centrou -se no tema da liberdade.

O Santo Padre começou por abordar a vocação para a liberdade em Cristo, ou seja, a liberdade na perspetiva cristã. Crescer na amizade com Cristo, porque ele nos libertou e não quer nos sujeitemos ao jugo da escravidão. Cristo é o caminho da autêntica liberdade, por isso é preciso acolher a Cristo na nossa vida. Nas declarações de João Paulo II, a fé aparece como alicerce de uma liberdade segura, pois ela nos leva conhecer a verdade que nos liberta, e a ver o outro como presença de Cristo, e Cristo é apresentado como fonte de reconciliação e de paz e a vida como vocação sagrada.

O Santo Padre conclui com a apresentação de Maria como modelo fiel na liberdade, dando seguidamente a sua bênção Apostólica a todos os jovens presentes: «A minha Bênção Apostólica vos acompanhe sempre, vos encha de graça celestial, e alcance, para cada um de

---

<sup>112</sup> Diocese de Cabo Verde, 14.

<sup>113</sup> Diocese de Cabo Verde, 15.

<sup>114</sup> Diocese de Cabo Verde, 39.

vós, a alegria de vos sentirdes perto de Cristo, e o conforto de experimentardes quanto Ele é o vosso Amigo». <sup>115</sup>

### 2.3.3. O impacto da visita e das mensagens do Papa no cenário político cabo-verdiano

O Papa João Paulo II surge como um Papa itinerante e de permanentes viagens, com uma mensagem de carácter universal que ultrapassa a comunidade dos fiéis. O Santo Padre soube aliar a força da palavra com o carisma da presença como um pastor universal. O seu discurso não se orientava à volta de piedosas exortações, mas de uma tentativa, baseada numa visão de conjunto da situação política internacional de fazer prevalecer certos valores. <sup>116</sup>

A constituição *Gaudium et Spes* afirmava que a Igreja tem o direito de formular julgamentos sempre e em toda a parte, mesmo em relação a assuntos políticos, isto quando estiver em causa os direitos fundamentais do homem ou a salvação das almas. A dignidade humana está no centro de todo o pensamento do Santo Padre, e a sua preocupação era de carácter ético, ou seja, queria fazer da Igreja expressão das necessidades fundamentais do ser humano, não como indivíduo reconhecido pelo estado, mas de ser humano de corpo e sangue na sua dignidade.

Com o Papa João Paulo II, a Igreja não procurou viver apenas com o seu tempo, mas, influenciá-lo. E com isto o Santo Padre recusava considerar a sua intervenção como sendo de cariz político. O seu objetivo era de consolidar as bases espirituais da sociedade.

No cenário político cabo-verdiano a sua visita teve um impacto muito forte no que tange ao contributo para a abertura política. Segundo Aristides Pereira o Papa só falava de política, e num encontro com ele em Roma, o Papa expressou a sua opinião acerca das decisões tomadas pelo governo de Cabo Verde em relação a questões como o aborto, a democracia e a liberdade. O primeiro Presidente da República de Cabo Verde tentou, nessa ocasião, explicar as razões do partido único, que segundo ele não são ideológicas. <sup>117</sup>

Para Pereira o Santo Padre era contra o monolitismo político, e exortava a que devíamos andar no caminho da democracia e da liberdade dos povos. O facto de ele ter visitado Cabo Verde significava que estava convencido de que a abertura política iria acontecer e que confiava nas palavras transmitidas durante as conversas em Roma. A sua visita deu mais força ao que pretendiam fazer em relação à abertura política.

---

<sup>115</sup> Diocese de Cabo Verde, 44.

<sup>116</sup> Cf. Filomena Silva, «João Paulo II: uma cruzada pela paz», *vosdipovo*, 25 de janeiro de 1990, nº 902 edição, sec. vpdossier.

<sup>117</sup> Cf. Lopes, *Aristides Pereira, Minha Vida, Nossa História*, 352.

Eurídice Monteiro diz que o Papa tinha sido um peregrino da democracia, com mensagens claras, fazendo com que a sua visita a Cabo Verde não passasse despercebida, na sua mensagem aos jovens ele passou ideias novas em relação ao processo de democratização no mundo e que Cabo Verde devia abraçar também aquele processo. Para Monteiro foi uma das mais importantes pressões para o país, que tinha cerca de 90% da população que professava a fé católica. Realça ainda que o Conselho Nacional do PAICV se reuniu um mês depois com o propósito da abertura política. Citando Fafali Koudawo, Monteiro diz que a visita do Papa a Cabo Verde foi um contributo discreto e decisivo para a abertura política e que a Igreja Católica foi uma força de resistência à tentativa de total controlo social do partido no poder.<sup>118</sup> As mensagens do Papa fizeram eco e tiveram repercussão no regime do partido único, sendo um dos grandes fatores externos a pressionar a abertura política.

Para a Igreja de Cabo Verde, o apelo do Papa aos cabo-verdianos resume-se: no desejo de um desenvolvimento autêntico; no respeito pela dignidade da pessoa humana; numa participação mais livre, responsável e solidária no destino do país; na contínua colaboração da Igreja de Cabo Verde na construção da sociedade; no empenho dos católicos no desenvolvimento do País; e na resistência à pressões e discriminações.<sup>119</sup>

Dom Arlindo Furtado numa entrevista ao jornal *A Semana*, afirmava que a visita do Papa a Cabo Verde influenciava pela positividade da sua mensagem muitos dos políticos cabo-verdianos e que era um conhecedor da realidade cabo-verdiana. Das vezes em que este prelado se encontrou com o Papa, ele exortava sempre no sentido de que era preciso lutar «pela vida com espírito de dignidade e esperança e pela liberdade, com justiça social, lutando contra a pobreza e pela promoção humana».<sup>120</sup>

A visita do Santo Padre a Cabo Verde foi uma efeméride inesquecível na memória do Povo. Tanto da parte das autoridades religiosas como da parte das autoridades civis fizeram um grande esforço e acolheram de forma digna aquele que até agora foi o único Papa a visitar o território cabo-verdiano.

---

<sup>118</sup> Cf. Eurídice Monteiro, «O Papa e a abertura política», *Expresso das Ilhas*, 30 de janeiro de 2019, n.º 896 edição.

<sup>119</sup> Cf. Secretariado Diocesano de Ação Social, «Manual de estudo: Igreja Sociedade e Política», 29–33.

<sup>120</sup> Teresa Fortes, «Entrevista com D. Arlindo Furtado, Bispo de Mindelo», *A Semana*, 8 de abril de 2005, sec. kriolidade.

## CAPÍTULO 3 – AVALIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO

### 3.1. A contribuição da Igreja: uma análise

O cristão tem uma contribuição especial a dar na sociedade, para a construção da cidade dos homens, para além da contribuição que deve dar que é comum a todos os homens. A sua missão que a diferencia do comum dos homens é o serviço da iluminação evangélica e da animação cristã. Este serviço faz parte da missão da Igreja que é a salvação dos homens, anunciando Jesus Cristo e encaminhando-os para Deus. Jesus Cristo realizou esta salvação, pois sendo ele Deus, fez-se homem para revelar aos homens os desígnios de Deus libertá-los do pecado.<sup>121</sup>

A construção deste mundo não pode deixar de lado o projeto de Deus e nem dispensar as graças que a fé e a caridade infundem nos cristãos, levando-os a estar ao serviço da justiça, da fraternidade, da paz e da verdade. Levar os desígnios de Deus para os projetos dos homens. É neste sentido que a Igreja dá aos seus membros orientações para caminharem na sua vida social e política sem colidir com os seus ensinamentos. O cristão pode fazer parte da comunidade política e por aí cumprir o dever de promover o bem comum como nos mostra a *Gaudium et Spes*:

A comunidade política existe, portanto, em vista do bem comum; nele encontra a sua completa justificação e significado e dele deriva o seu direito natural e próprio. Quanto ao bem comum, ele compreende o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição (GS 74).

A Igreja dá orientações e diretrizes para que os fiéis possam atuar de forma justa e exercer a sua vocação que é chamada na comunidade política. Esta vocação deve ser vivida em consciência do dever de serviço ao bem comum e na total liberdade. A liberdade de participação na vida política é consagrada pela Constituição da República de Cabo Verde, portanto sendo um ato de iniciativa pessoal, é também um direito reconhecido pelo Estado.

Para uma sã e livre participação na vida política a Igreja propõe que «Deve atender-se cuidadosamente à educação cívica e política, hoje tão necessária à população e sobretudo aos jovens, para que todos os cidadãos possam participar na vida da comunidade política» (GS 75). É necessária uma preparação intelectual, espiritual e humana, porque permite uma visão construtiva do homem e uma visão purificada de Deus.

---

<sup>121</sup> Cf. Episcopado português, *Igreja e Política*, ed. Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Porto: Editorial Promoção, 1975), 15.

O cristão pode fazer parte da comunidade política, mas é necessário distinguir a sua ação quando é em seu nome próprio e da comunidade política e quando é em nome da Igreja. Porque a Igreja de modo nenhum deve confundir-se com a comunidade política, mas deve ser «sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa humana» (GS 76). A comunidade política e Igreja devem ser independentes e autónomas embora ambos os âmbitos de atuação sejam para o bem dos homens. O cristão é chamado a «dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César» (Mt 22,21), ou seja, a harmonizar a sua vida social espiritual e política de modo que possa viver a sua vocação de maneira equilibrada.

Para a abertura política em Cabo Verde podemos analisar que a Igreja teve um papel ativo de forma direta e indireta. Indiretamente analisamos documentos da Igreja a partir do Concílio Vaticano II, passando pelos documentos do magistério dos Papas Paulo VI, e João Paulo II.

Na constituição *Gaudium et Spes* encontramos toda uma atualização dos ensinamentos da Igreja antes do Concílio em relação às realidades sociais, políticas, económicas e culturais. É o ponto de partida de muitos ricos documentos posteriores, até os nossos dias, no campo social no que diz respeito à presença da Igreja no mundo. A Igreja nos muitos ensinamentos oficiais oferece aos católicos e a todos os homens de boa vontade linhas mestras para a construção de uma sociedade respeitadora da dignidade do ser humano e dos princípios da democracia. Dá os fundamentos e os critérios a serem utilizados para a análise e reflexão dos acontecimentos da sociedade juntamente com todos os cidadãos na procura dos caminhos que estão mais de acordo com os princípios e verdades que ele aponta.<sup>122</sup> Não dá soluções a cada católico ou a cada homem na sua vida de cidadão, tal como não fornece uma decisão que todos devem tomar, mas deixa sob a competência de cada um.

Tanto Papa Paulo VI como o Papa João Paulo II seguiram a linha indicadora do Vaticano II, mais especificamente da *Gaudium et Spes*, nos seus documentos de magistério. Das duas encíclicas do Papa Paulo VI (*Populorum Progressio* e *Octagésima Adveniens*) podemos verificar que o Papa põe em destaque o papel da política e do Estado na promoção do bem comum, e a importância da justiça social. Para Paulo VI não se trata de promover somente o bem-estar, mas também o progresso humano e espiritual de todos. O bem-estar e o progresso que o Papa enfatiza só será atingido se houver uma colaboração mútua entre as nações, destacando a solidariedade e o apoio mútuo. Os cristãos têm um papel importante a desempenhar na sociedade, como membros ativos que são, e devem abraçar a política como um serviço. No entanto é preciso estar alerta sobre os perigos da instrumentalização da fé.

---

<sup>122</sup> Cf. Gilda Barbosa, «A Igreja e a Política», *Terra Nova*, maio de 1990, 170 edição, 1–2.

O Papa João Paulo II nas cartas Encíclicas que analisamos (*Redemptor Hominis*, *Laborem Exercens* e *Sollicitudo Rei Socialis*) chama a atenção para a importância dos sistemas políticos que respeitam os direitos humanos e promovem a justiça social. Para João Paulo II a política é uma forma nobre de exercer a caridade. Adverte sobre os perigos da politização da religião e dos obstáculos ao desenvolvimento, de natureza moral que podem prejudicar o bem-comum. A conversão espiritual é uma proposta feita pelo Papa com vista a uma maior vivência da solidariedade e do compromisso.

A nível local a Igreja teve uma intervenção mais direta no processo de abertura política. Podemos começar com a renovação do episcopado, a nomeação, ordenação e entrada como Bispo na Diocese de Santiago de Cabo Verde do Sr. Dom Paulino. Estes acontecimentos deram início à chamada nacionalização da Igreja e também a uma *caboverdianização* da Igreja porque o Vaticano promoveu a nacionalização da Igreja cabo-verdiana, notando que a questão da independência era inevitável. Dom José Colaço renuncia à Diocese de Santiago de Cabo Verde e é então sucedido por Dom Paulino Livramento Évora, nomeado pelo Papa João Paulo II.

Foi durante o episcopado de Dom Paulino Livramento Évora que se deu a abertura política, e a Igreja de Santiago de Cabo Verde teve um papel ativo e importante neste processo.

A Igreja dá as orientações, os princípios do seu ensinamento social e os elementos necessários à formação da consciência dos seus fiéis, a fim de terem atuações políticas coerentes e segundo as leis justas e as diretrizes das instituições da sociedade civil.<sup>123</sup> Nem todos são chamados à política ativa, mas todos somos chamados a contribuir para uma boa política. Neste sentido a *Gaudium et Spes* nos diz que:

Os que são ou podem tornar-se aptos para exercer a difícil e muito nobre arte da política, preparem-se para ela; e procurem exercê-la sem pensar no interesse próprio ou em vantagens materiais. Procedam com inteireza e prudência contra a injustiça e a opressão, contra o arbitrário domínio de uma pessoa ou de um partido, e contra a intolerância. E dediquem-se com sinceridade e equidade, mais ainda, com caridade e fortaleza política, ao bem de todos (GS 75).

As recomendações e orientações são muito claras: a Igreja incentiva seus membros a terem um papel ativo na vida política, de acordo com os dons, a competência e a responsabilidade de cada um. Por isso a Igreja exorta a «todos os cidadãos (que) se lembrem, portanto, do direito e simultaneamente do dever que têm de fazer uso do seu voto livre em vista da promoção do bem comum» (GS 75). Com a iminência da abertura política o Governo da Diocese prontificou-se em preparar os seus fiéis para o momento político que se ia viver.

---

<sup>123</sup> Cf. Gilda Barbosa, «A Igreja e os partidos políticos», *Terra Nova*, julho de 1990, 172 edição, 1 e 7.

Lembramos que as relações entre a Igreja e o partido único não eram as melhores isto porque segundo Almada: «certas medidas tomadas pelas autoridades haviam provocado grande descontentamento no País e no seio da emigração»<sup>124</sup> e não tiveram em conta o momento nem a realidade sociológica e cultural cabo-verdiana. Analisemos algumas dessas medidas.

A Lei da Reforma Agrária de 1982 provocou «violentas e lamentáveis confrontações entre populares e forças policiais e militares e que culminaram com a prisão de alguns dos manifestantes, depois de alegadamente sujeitos a maus-tratos e outros atos de tortura».<sup>125</sup> Para além dos confrontos com os populares, abriu-se também uma «guerra» contra a Igreja Católica que era uma das grandes proprietárias de terras em Cabo Verde. De acordo com o mesmo autor:

«Com efeito com essa medida legislativa, com a qual pretendia o Governo mudar a situação no campo e criar condições para uma melhor justiça social no meio rural e uma mais racional e rentável exploração dos terrenos agrícolas, provocou-se a ira dos proprietários (*grandes, médios e pequenos*) que se viram, nalguns casos e de repente, despojados das suas propriedades agrícolas e dos respetivos rendimentos».<sup>126</sup>

A Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez, conhecida como a «Lei do aborto» foi aprovada em 1986 e ajudou a aumentar ainda mais a crispação existente entre a sociedade, a Igreja Católica e o Governo. Independentemente da intenção com que esta Lei foi aprovada, levou a que a ferida aberta pela medida anterior, fosse ainda mais aberta por causa da manifestação por parte de setores mais conservadores da sociedade entre as quais a Igreja Católica. Após a aprovação da lei, a Igreja Católica manifestou o seu repúdio numa marcha silenciosa pela Cidade da Praia e contou com grande participação de fiéis.

Segundo Almada «terão sido duas medidas controversas e, por isso, mais gravosas para a imagem e para o crescente afastamento da sociedade em relação ao PAICV e ao Governo por ele suportado, “nesta” fase da institucionalização e da consolidação do Estado».<sup>127</sup>

Com as relações com a Igreja Católica fragilizadas, o Governo e o PAICV partiram para a abertura política envolvidos numa incerteza em relação ao apoio da sociedade civil nas eleições que viriam a acontecer. É neste âmbito que a Diocese de Santiago através do seu governo começou a agir no sentido de preparar os seus fiéis e o povo em geral para o momento importante que o país iria viver. Uma das primeiras contribuições foi a homilia da

---

<sup>124</sup> Almada, *A Construção do Estado e Democratização do Poder em Cabo Verde*, 100.

<sup>125</sup> Almada, 96.

<sup>126</sup> Almada, 101.

<sup>127</sup> Almada, 100.

Missa Crismal da Quinta-feira Santa do ano de 1990,<sup>128</sup> onde o Sr. Bispo Dom Paulino baseando-se na mensagem do Santo Padre João Paulo II na sua visita a Cabo Verde no mês de janeiro,<sup>129</sup> falava do respeito pela dignidade humana, a liberdade e o desenvolvimento. Também pedia aos padres para ajudarem os fiéis na construção de uma sociedade justa e equilibrada.

A Igreja louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, em serviço dos homens. Nesse sentido, a Diocese emitiu algumas comunicações em forma de publicações escritas, como parte do seu posicionamento e instrução para os cristãos:

1. *Manual de estudos: Igreja, Sociedade e Política*. Publicada no mês de junho de 1990, trata-se de uma reflexão a partir de vários documentos da igreja para ajudar todos os cidadãos a darem um «contributo positivo, construtivo, verdadeiro e honesto na caminhada para uma sociedade mais justa, que defenda os direitos e liberdades de todos».<sup>130</sup> As indicações eram: ler, refletir e agir.
2. *Carta circular: Subsídios para uma Ética Política*. Publicada no mês de julho de 1990 com a intenção do Bispo de demonstrar a legitimidade da intervenção da Igreja nos assuntos políticos, reafirmando a responsabilidade dos fiéis.
3. *Contribuição da Igreja Católica para a elaboração da Nova Constituição: Critérios e exigências para uma nova ordem constitucional*. Publicada no mês de agosto de 1990, este documento propõe critérios e exigências bem especificadas e detalhadas como forma de contribuir para elaboração da Carta magna do país. Segundo este documento «a elaboração de uma nova constituição é um momento privilegiado para a afirmação de uma sociedade participada, responsável e livre, e na qual sejam eliminadas todas as formas de marginalização ditadas por motivos de ordem social, cultural, ideológica ou religiosa».<sup>131</sup>
4. *A juventude em Cabo Verde: Alegrias e preocupações da Igreja local – Orientações pastorais*.<sup>132</sup> Este documento foi publicado no mês de novembro de 1990, para uma formação de jovens animadores, com intuito de consciencializá-los da forte propagação do ateísmo no país, essencialmente no seio do sector da juventude.

---

<sup>128</sup> Cf. Paulino Évora, «Uma Quinta-feira Santa diferente: homilia do Bispo Dom Paulino na Missa Crismal», *Terra Nova*, abril de 1990, 169 edição, sec. Suplemento.

<sup>129</sup> Cf. Diocese de Cabo Verde, «Mensagem de João Paulo II aos Caboverdianos».

<sup>130</sup> Secretariado Diocesano de Ação Social, «Manual de estudo: Igreja Sociedade e Política», 5.

<sup>131</sup> Conselho Presbiteral, «Contribuição da Igreja Católica para elaboração da Nova Constituição: Critério e exigências para uma nova ordem constitucional», 3.

<sup>132</sup> Évora, «A juventude em Cabo Verde: Alegrias e preocupações da Igreja local. Orientações Pastorais».

5. *Natal de 1990: Mensagem do nosso Bispo D. Paulino L. Évora.*<sup>133</sup> Este documento publicado em finais de dezembro de 1990, em ambiente de campanha eleitoral, justifica a participação dos católicos nas eleições e denuncia as profanações, ataques verbais e escritas ao clero e apela à liberdade de voto e consciência, afirmando-se: «...esta comunicação [...] não tem como principal objetivo expor e explicar os conteúdos da Doutrina Social da Igreja em relação à matéria política, mas explicar porque os católicos deveriam votar e como deveriam fazê-lo».<sup>134</sup>

Nestes cinco documentos o Governo da Diocese demonstra o seu papel na sociedade cabo-verdiana e dá a sua contribuição em relação ao bem comum, formando a consciência dos seus fiéis e não só. As orientações, afirmações e indicações produzidas pela Diocese ou pelo seu responsável foram escritas e publicadas tanto em meios de comunicação social como também em edições da própria Diocese, portanto são públicas. A Igreja não se comprometeu com nenhum partido político, nem impôs as suas orientações em relação à liberdade de voto. Não recebeu, não prometeu, nem exigiu favores. A Igreja procurou, portanto, cumprir a sua missão de ser sinal e presença de Cristo Vivo no meio do mundo, e ela «não pode alhear-se de tudo que seja humano e daí o seu direito e dever de oferecer, em ordem à construção da comunidade humana, orientações que estejam de acordo com a Lei de Deus e a dignidade do homem».<sup>135</sup>

### **3.2. Contribuição da diáspora Cabo-verdiana**

Antes da Independência nacional eram muitos os que saíram de Cabo Verde, forçados pela fome, e em busca de melhores condições de vida. Não podemos falar da migração cabo-verdiana sem falar da migração para Portugal, São Tomé e Príncipe e América do Norte.

Portugal foi desde os séculos XVI e XVII um dos principais destinos migratórios dos cabo-verdianos. Estamos a falar de pouco tempo depois do povoamento. Durante os séculos seguintes esta migração era disfarçada pela escravatura, sendo que muitos que partiram das ilhas para Portugal eram escravos que iam trabalhar para as quintas e casas dos nobres. No século XX depois da abolição da escravatura e a consolidação das liberdades individuais,

---

<sup>133</sup> Diocese de Cabo Verde, «Natal-1990: Mensagem do nosso Bispo D. Paulino L. Évora».

<sup>134</sup> Semedo, *Religião e Política: O Governo da Diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)*, 292.

<sup>135</sup> Conselho Presbiteral, «Contribuição da Igreja Católica para elaboração da Nova Constituição: Critério e exigências para uma nova ordem constitucional», 3.

Portugal continuou a ser o destino de um grande número de cabo-verdianos, para trabalhar, estudar e viver.<sup>136</sup>

No período entre 1943 e 1973 saíram de Cabo Verde 143,375 indivíduos de forma voluntária, correspondente a uma média de 5,049 indivíduos por cada ano.<sup>137</sup> Cerca de 79% dos cabo-verdianos viajaram dentro do império colonial português e 58% tinha como destino final Portugal. Os números apresentados podem não corresponder à realidade da época, visto que os dados estatísticos são pouco fiáveis e alguns inexistentes. Apesar da pouca credibilidade dos números o fenómeno migratório de Cabo Verde para Portugal é muito antigo. O fluxo migratório no século XX teve o seu aumento a partir dos anos 30.

A migração cabo-verdiana para Portugal pode dividir-se em 3 fases distintas:<sup>138</sup>

- I. Antes da independência – Apesar de um crescimento migratório a partir dos anos 30, somente nos anos 60 é que Portugal, à semelhança dos outros países europeus, começou com a política ativa de recrutar mão-de-obra. Esse recrutamento era feito nas suas colónias para trabalharem na metrópole. Foi nos anos 60 que um grande número de cabo-verdianos foi contratado como mão-de-obra para suprir a escassez de trabalhadores locais que tinham também emigrado para países europeus e outros andavam nas guerras coloniais.

Os setores onde os cabo-verdianos se inseriam eram os setores da construção civil e obras públicas (concentrados na sua maioria na área metropolitana de Lisboa) e também no setor industrial em algumas fábricas. Apesar de representarem um número menor, a classe feminina trabalhava essencialmente no setor doméstico. A migração cabo-verdiana nesta época seguiu a lógica tradicional em que primeiramente migraram os homens e depois as mulheres.

- II. Depois da Independência - Com a Independência de Cabo Verde, muitos cabo-verdianos foram repatriados para Portugal, incluídos no movimento de retorno das antigas colónias. Foram milhares de funcionários da administração colonial, entre eles muitos cabo-verdianos com nacionalidade portuguesa. Não se sabe o número exato dos repatriados e retornados, devido à escassez de fontes e de dados estatísticos.

---

<sup>136</sup> Cf. Pedro Góis, «Entre Janus e Hydra de Lerna: As Múltiplas Faces dos Cabo-Verdianos em Portugal», em *Comunidade(s) Caboverdiana(s): As múltiplas faces da imigração caboverdiana*, ed. Pedro Góis, 1ª (Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), 2008), 12.

<sup>137</sup> Cf. Pedro Góis, *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. (Lisboa: Alto-comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), 2006), 69.

<sup>138</sup> Cf. Góis, «Entre Janus e Hydra de Lerna: As Múltiplas Faces dos Cabo-Verdianos em Portugal», 12–18.

Muitos cabo-verdianos que estavam noutras colónias decidiram voltar para Portugal em vez de Cabo Verde, assim como muitos que partiram de Cabo verde antes de perderem a nacionalidade portuguesa.

- III. Migração laboral – Esta fase teve o seu início nos anos 80, marcado pelo grande fluxo migratório laboral e pelo reagrupamento familiar. A partir daí intensificaram-se as migrações laborais para colmatar a crise provocada pelas independências das colónias. O setor da construção civil para os homens e o dos serviços domésticos para as mulheres continuaram a ser os setores com maior presença de cabo-verdianos.

A concentração desses migrantes verifica-se na área metropolitana de Lisboa (nos distritos de Lisboa e Setúbal). Mas também se verificam comunidades cabo-verdianas no Porto, Braga, Coimbra e Algarve.

Estamos a falar de três grandes fases que fizeram com que um bom número de cabo-verdianos escolhessem Portugal com o destino para viver, estudar, trabalhar, para contribuir na construção e desenvolvimento de Portugal.

A partir dos anos 80 passamos a ter 5 grupos de imigrantes cabo-verdianos em Portugal:<sup>139</sup>

1. O grupo dos que migraram antes de 1975, chamado de «migrantes convidados».
2. O grupo dos retornados/repatriados depois da Independência.
3. O grupo dos imigrantes laborais.
4. O grupo dos estudantes cabo-verdianos que vieram a Portugal para frequentar o ensino superior.
5. O grupo dos descendentes, de todos os grupos anteriores, com nacionalidade ou não.

Como tínhamos referido no início deste tema, a migração cabo-verdiana também passa pelas antigas colónias portuguesas e entre as quais destacamos São Tomé e Príncipe, por ser aquela que teve maior expressão.

Apesar da migração para São Tomé e Príncipe ocorrer em vários momentos nas décadas de 1940 e 1950 um bom número de pessoas migraram de cabo Verde para São Tomé e Príncipe para fugir à seca, à fome e à morte. A solução mais viável que encontravam era migrar para as Roças de café e cacau em São Tomé a fim de driblarem a situação vivida.

Alguns autores chamaram este tipo de migração, «migração forçada», por estar condicionada a frequentes e longas crises ambientais (seca, fome e estiagem), e também por estar associado a um instrumento jurídico-legal que era o contrato. Apesar de ser uma escolha da pessoa em si, era condicionada e sem outras opções. Também a administração colonial

---

<sup>139</sup> Cf. Góis, 18–19.

passou a ideia de que face às fomes e às mortes a migração para São Tomé e Príncipe era a única alternativa para contornar a situação, eliminando todas as outras possibilidades. Por isso ao analisarmos as causas da migração para São Tomé e Príncipe, podemos ver que não se trata somente de condicionalismos ambientais, mas também da falta de alternativas apresentada pelo governo colonial.<sup>140</sup> Com a Revolução dos Cravos de 1974 e a Independência de São Tomé, deu-se o abandono das roças por parte dos colonos e também um regresso parcial dos cabo-verdianos para Cabo Verde e para Portugal conforme o plano de retorno e repatriamento.

Em relação à emigração para os Estados Unidos da América, registos indicam que a partir de 1900 já se verificavam ligações marítimas entre Cabo Verde e a costa ocidental africana e também para América do Sul e do Norte. Essas ligações eram feitas com embarcações a vapor e também com veleiros. Neste aspeto destacamos a importância do porto de Mindelo na Ilha de São Vicente que desde 1850 tinha instalado depósitos de carvão que serviam para o abastecimento das embarcações a vapor.

Os veleiros eram embarcações mais procurados por cabo-verdianos porque os marinheiros eram em grande parte cabo-verdianos (facilitavam a comunicação) e também o preço era mais acessível. Nestas situações puderam viajar um grande número de cabo-verdianos para os EUA. Mesmo sendo de nacionalidade americana, muitos navios tinham tripulação parcialmente cabo-verdiana. Prestavam uma grande ajuda àqueles que queriam viajar de forma clandestina, recebendo-os em locais não vigiados pela fiscalização. Com a aprovação das leis impeditivas à emigração diminui o fluxo de cabo-verdianos para os EUA nos anos 20, mas entre 1946 e 1973 decorreu o chamado grande fluxo migratório e um bom número de cabo-verdianos chegou aos EUA por via de outras latitudes como Portugal e Senegal.<sup>141</sup>

No contexto da problemática da emigração cabo-verdiana para os EUA, importa também referir a pesca da baleia nas águas do atlântico, sendo que Cabo Verde funcionava como posto de abastecimento das embarcações envolvidas naquele processo. Registos históricos mostram-nos que os cabo-verdianos também faziam parte dos caçadores de baleia juntamente com os americanos de Nantucket e New Bedford. Os cabo-verdianos eram conhecidos como bons marinheiros e bons pescadores. Os imigrantes que se aventuraram nestas viagens, na sua

---

<sup>140</sup> Cf. Carla Semedo, «A experiência migratória de cabo-verdianos para as roças de São Tomé e Príncipe: pesquisa de campo», *População e Sociedade*, dezembro de 2000, 88–89, [https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/populacao-e-sociedade-n-o-34/a-experiencia-migratoria-de-cabo-verdianos-para-as-rocas-de-sao-tome-e-principe-pesquisa-de-campo/pdf-a-experiencia-migratoria-de-cabo-verdianos-para-as-rocas-de-sao-tome-e-principe-pesquisa-de-campo/@@display-file/file/Revista%2034\\_Artigo%207.pdf](https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/populacao-e-sociedade-n-o-34/a-experiencia-migratoria-de-cabo-verdianos-para-as-rocas-de-sao-tome-e-principe-pesquisa-de-campo/pdf-a-experiencia-migratoria-de-cabo-verdianos-para-as-rocas-de-sao-tome-e-principe-pesquisa-de-campo/@@display-file/file/Revista%2034_Artigo%207.pdf).

<sup>141</sup> Cf. Júlio Rosanroch, «História da emigração caboverdeana: Uma visão cruzada nas composições musicais», 2002, <https://www.governo.cv/documentos/historia-da-emigracao-caboverdeana/>.

maioria são naturais das ilhas do Fogo e da Brava.<sup>142</sup> Mesmo sem documentos os emigrantes conseguiam entrar no território americano fugindo assim às dificuldades que a fome e a miséria impunham ao povo das ilhas.

Estima-se que vivam atualmente cerca de 400 mil cabo-verdianos nos EUA (contando com os descendentes nas suas várias gerações). Desde 1975 que os EUA surgiram como um importante parceiro de Cabo Verde na promoção da democracia. As relações oficiais entre Cabo Verde e os EUA começaram naquele ano com o reconhecimento de Cabo Verde como Estado independente. Dois anos mais tarde o primeiro consulado cabo-verdiano é aberto em Boston com o objetivo de ajudar a comunidade radicada naquela cidade e não só. No ano de 1983 os EUA abrem oficialmente a sua Embaixada em Cabo Verde e desde então estreitaram-se os laços de cooperação. As áreas em que os EUA apoiaram e apoiam Cabo Verde são: a segurança (marítima, aérea); ajuda ao desenvolvimento (luta contra pobreza, saneamento, acessibilidades), promoção da democracia.<sup>143</sup>

Um das mais importantes comunidades africanas na Europa e nos EUA certamente é a comunidade cabo-verdiana, porque desde muito cedo a sua comunidade organizou-se como diáspora. Estas comunidades e outras espalhadas pelo mundo reúnem todas as condições para serem chamadas de diáspora, devido à forte ligação com o país de origem e também pela preservação dos seus hábitos, costumes e língua.<sup>144</sup>

A comunidade cabo-verdiana nos EUA aparece como a maior, seguida da comunidade cabo-verdiana em Portugal, e a presença cabo-verdiana é notada em todos os continentes. A emigração pareceu ser sempre um imperativo na vida dos cabo-verdianos, mas sempre com um objetivo que é melhorar as condições de vida do emigrante e da sua família. Dados mostram que há mais cabo-verdianos fora do que no país e que mais da metade deste grosso estão nos EUA.

A diáspora cabo-verdiana sempre teve um papel e tem um papel importante no desenvolvimento do país. Mesmo antes de ser um Estado independente a comunidade cabo-verdiana no estrangeiro contribuía para o desenvolvimento de Cabo Verde, primeiramente enviando remessas financeiras para sustentar a família na terra de origem e depois com os investimentos na terra de origem, gerando rendimentos e empregos. É preponderante o

---

<sup>142</sup> Cf. Álvaro Andrade, «Cabo-verdianos na América: uma emigração com séculos de história», site oficial, VOA, 12 de janeiro de 2016, <https://www.voaportugues.com/a/cabo-verdianos-na-america-uma-emigracao-com-seculos-de-historia/3142066.html>.

<sup>143</sup> Cf. João Paulo Madeira, «Cabo Verde e Estados Unidos da América: uma ligação bicentenária», *Janus.net, e-journal of international relations*, novembro de 2021, 97–98, <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5246/2/vol12-n2-art07.pdf>.

<sup>144</sup> Cf. Iolanda Évora, «A diáspora cabo-verdiana: percepções e redefinições a partir do arquipélago» (Centro de Estudo sobre a África e do desenvolvimento, 2010), 4, <https://www.repositorio.utl.pt/bitstream/10400.5/4610/1/WP88CESA.pdf>.

desenvolvimento económico, social, político e cultural proporcionado pela diáspora cabo-verdiana. A contribuição para o crescimento da economia é visível através das remessas de divisas, remessas de bens, e também por meio de investimentos em vários setores (imobiliário, hoteleiro, restauração e mais). Para muitas famílias as remessas monetárias dos familiares emigrados podem constituir a principal fonte de subsistência.

A sua contribuição para além de remessas financeiras, também contribuiu com ideias. No processo de Independência muitas eram as vozes que se fizeram ouvir na diáspora a favor da liberdade e da autodeterminação: artigos nos meios de comunicação social e manifestações, entre outras formas de expressão foram alguns dos mecanismos encontrados para expressar ativamente a sua posição a favor da independência, mas também para festejar este grande acontecimento na vida dos cabo-verdianos. Com o rompimento da União Soviética e a hegemonia dos EUA como grande potência, a pressão sobre os regimes totalitários dos países do terceiro mundo, de partido único, foi no sentido de se abrirem para a democracia, aproveitando a onda de democratização que acontecia na altura, isto se quisessem continuar a receber auxílios. De acordo com David Almada:

Como pequeno país, ainda economicamente incipiente e extremamente dependente das importações e das remessas do exterior (*ajuda pública para o desenvolvimento, remessas de emigrantes, etc.*) naturalmente que as mudanças que ocorriam no mundo inteiro não podiam deixar de ter efeito em Cabo Verde.<sup>145</sup>

Por outro lado, os estudantes cabo-verdianos que, já em número razoável, frequentavam os estabelecimentos de ensino no exterior (*particularmente no exterior*), bem como os quadros técnicos e superiores regressados, em número significativo das universidades estrangeiras durante todos os anos oitenta do século XX, iam tomando pulso às modificações democráticas em curso e, também eles eram portadores (da) sede e vontade de mudança para o seu país.<sup>146</sup>

No âmbito da onda de democratização as comunidades na diáspora principalmente nos EUA e na Europa fizeram-se ouvir em várias situações.<sup>147</sup> Alguma das oposições ao regime surgiram e já estavam «mais ou menos ativas no seio da emigração (*nessa oposição podia englobar-se não só a UCID,*<sup>148</sup> *mas também grupos particularmente ligados a estudantes universitários em Lisboa*), sobretudo na Europa, com alguns focos de extensão nalgumas ilhas no interior do país.»<sup>149</sup> Com isso a pressão para a abertura se fazia sentir em várias frentes, e a

---

<sup>145</sup> Almada, *A Construção do Estado e Democratização do Poder em Cabo Verde*, 98.

<sup>146</sup> Almada, 99.

<sup>147</sup> Cf. Cardoso Soraia, «A Importância da Diáspora na Política Externa de Cabo Verde» (Dissertação de mestrado, Braga, Universidade do Minho - Escola de Economia e Gestão, 2011), 29–30, <https://core.ac.uk/reader/38681530>.

<sup>148</sup> União Caboverdiana Independente e Democrática – Formada em 1977, surgiu como oposição ao regime do partido único. Mesmo sendo o primeiro movimento de oposição ao regime, a UCID não conseguiu subir no capó político cabo-verdiano, ficando inicialmente a sua atividade reduzida à diáspora. O seu reconhecimento como partido político foi depois da abertura política. O seu primeiro Congresso Nacional aconteceu em junho de 1991. Por causa de não estar legalizada na altura, não conseguiu participar nas primeiras eleições em Cabo Verde, mas manifestou o seu apoio ao Movimento Para Democracia.

<sup>149</sup> Almada, *A Construção do Estado e Democratização do Poder em Cabo Verde*, 96.

diáspora cabo-verdiana foi uma das frentes de contestação e pressão à abertura política e ainda hoje dá um forte contributo na vida social e política do país. A participação ativa nas eleições presidenciais e legislativas, e o surgimento de movimentos pró-desenvolvimento de Cabo Verde são provas de uma diáspora dinâmica. A política externa do país é essencial para relação com a diáspora.

Cabo Verde assim como qualquer outro pequeno Estado tem a política externa como um recurso importante para o seu desenvolvimento. Por isso os sucessivos governos de Cabo Verde souberam dar uma atenção e aproximação especial às comunidades emigradas, tudo para promover o investimento dos filhos da terra na economia cabo-verdiana, tendo sempre em conta a ajuda que enviam aos seus familiares.<sup>150</sup>

### **3.3. A criação da Diocese de Mindelo**

O processo de criação da Diocese de Mindelo demorou 24 anos (1979-2003). O conselho permanente da Diocese de Santiago de Cabo Verde tinha apreciado na sua reunião de 13 de fevereiro de 1979 a questão da «descristianização» massiva da cidade do Mindelo e verificou-se a urgência da criação de estruturas eclesiais em mais uma ou duas zonas da periferia da cidade. Esta questão foi remetida ao foro interno da paróquia de Nossa Senhora da Luz, que abrangia toda a ilha de São Vicente. A questão foi colocada novamente numa outra reunião ordinária do Conselho Permanente para preparar a agenda da VIII sessão do Conselho presbiteral no dia 16 de agosto de 1979, tendo sido apresentada de uma forma interrogativa, sob a possibilidade da criação de uma «Diocese de São Vicente?». Segundo a ata da reunião citada, a proposta apresentada dizia que era necessário estudar a viabilidade, a conveniência, a necessidade e a oportunidade da criação de uma nova Diocese no barlavento atendendo: a) às circunstâncias de ordem Pastoral; b) às circunstâncias de ordem geográfica; c) e ao facto de vir a ser algo enriquecedor a possibilidade da existência de mais que uma diocese num país onde a percentagem de cristãos é muito elevada.<sup>151</sup>

Na reunião ordinária da VIII sessão do Conselho Presbiteral, Dom Paulino leu uma contribuição de um membro ausente onde se dizia que o mesmo concordava com a criação da possível Diocese, apresentando os seguintes motivos:

- a) Cabo Verde era uma nação com população maioritariamente católica;
- b) Seria enriquecedor se com a criação se conseguisse mais clero (a falta de clero natural das ilhas era uma grande preocupação);

---

<sup>150</sup> Cf. Soraia, «A Importância da Diáspora na Política Externa de Cabo Verde», 30.

<sup>151</sup> António Ferreira, «Ensaio de uma Historiografia para Diocese de Mindelo», 2020.

c) O momento não era oportuno, mas convinha trabalhar neste sentido.

No final da ata foram elencadas as razões para se criar a Diocese e foram estas razões saídas do conselho presbiteral que foram enviadas para Roma. E as razões são as seguintes:

- Circunstâncias de ordem pastoral;
- Circunstâncias de ordem geográfica e etnográfica;
- O facto de ser algo enriquecedor haver mais uma diocese num país maioritariamente católico;
- Possibilidade de haver mais contacto do bispo com a população, podendo mesmo residir em cada região.
- Possibilidade da criação de uma conferência episcopal, evitando o isolamento em que se encontrava o Bispo.

Ainda segundo a mesma ata um participante achou poder não ser oportuno, tomar aquela decisão naquele momento, visto ser necessário a criação de estruturas com vista a uma futura Diocese. Com este propósito na mira, o Sr. Dom Paulino Évora criou na década de 90 o Vigário-Geral, cargo ocupado pelo Sr. Padre Arlindo Gomes Furtado e nomeou também o Padre Clemente a Provigário Geral para o Barlavento. Um outro participante apontou que não seria oportuno a criação de uma nova Diocese numa altura em que se procurava uma unidade de ação quer de ordem pastoral, quer de ordem nacional.<sup>152</sup> Mas o Conselho presbiteral achou que este assunto da divisão do povo não deveria ser levado em conta. Na tarde do mesmo dia a reunião começou com a leitura da ata, e a possibilidade da criação de uma nova circunscrição eclesiástica apareceu como uma moção para ser votada. Essa votação era a resposta à seguinte pergunta: concorda com criação de uma nova Diocese em Cabo Verde? Feita a votação em um escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: em 12 votantes teve onze opiniões positivas e um nulo. Mesmo com essa votação o assunto ficou em suspenso.<sup>153</sup>

Onze anos mais tarde o assunto voltou a ser colocado na IX Sessão do Conselho Presbiteral, sendo nessa altura utilizada uma nova expressão - Diocese de Barlavento - com os seguintes argumentos mais aprofundados:

- Embora contrária à aparência de um só povo e uma só Igreja, a solução de duas dioceses parecia favorável, permitindo melhor a incarnação da Igreja na realidade atual típica de cada região;
- A presença de uma grande cidade e um porto e aeroporto internacional;
- O forte movimento migratório interno e para o exterior;

---

<sup>152</sup> Lembrando que a Independência Nacional aconteceu em 1975, e a Igreja era vista como um congregador e de união, e deveria manter unida aos propósitos de unidade defendida pelo Estado.

<sup>153</sup> Cf. Ferreira, «Ensaio de uma Historiografia para Diocese de Mindelo».

- O fenómeno do secularismo e do indiferentismo religioso eram fatores a ter seriamente em conta no futuro do barlavento, para além da diferenciação linguística e cultural.

Depois de alguma discussão, sob a proposta de um membro, o Conselho Presbiteral concordou e sugeriu que se houvesse uma consulta aos agentes da pastoral sobre esta questão.

Um grande sinal foi dado em janeiro de 1990, aquando da visita de Santo Padre o Papa João Paulo II a Cabo Verde, em que a visita teve dois grandes momentos, uma em São Vicente com a celebração da palavra no Estádio da Fontinha (encontro com cristãos do Barlavento) e outro momento na cidade da Praia.

Segundo o padre António Ferreira,<sup>154</sup> a questão volta novamente no ano 2000 e fez-se de novo uma votação favorável à criação da Diocese de Mindelo. Uma nova Diocese era um algo pedido e aguardado e por isso em 2003 durante um Conselho Presbiteral voltou-se a questionar sobre a possível Diocese e a resposta do Sr. Bispo Dom Paulino foi de que o assunto estava nas mãos do Nuncio Apostólico em Cabo Verde o Reverendíssimo Sr. Joseph Pinto, Arcebispo Titular Anglonense.

A Congregação para Evangelização dos Povos na sua assembleia ordinária do dia 10 do mês de novembro de 2003, tendo em conta o voto favorável do Nuncio Apostólico em Cabo Verde, decidiu favoravelmente o desmembramento da Diocese de Santiago Cabo Verde e erigir uma nova circunscrição diocesana, com o nome de Mindelo, que ficaria «diretamente dependente da Santa Sé e sujeita à jurisdição da Congregação para Evangelização dos Povos».<sup>155</sup> No dia 14 de novembro de 2003 foi constituída a Diocese de Mindelo (*Dioecesis Mindelensis*) pelo Papa João Paulo II depois de ter o parecer positivo dos Bispos da Congregação para Evangelização dos Povos conforme podemos ler na tradução da Bula da criação da Diocese:

É com muito agrado que acolhemos os calorosos pedidos para desmembrar o território da Diocese de Santiago de Cabo Verde e aí criar uma nova Diocese. Por isso, tendo ouvido o parecer dos Bispos da Congregação para Evangelização dos Povos, concedemos que essa iniciativa seja levada avante.

Separámos da Diocese de Santiago de Cabo verde o território das unidades administrativas civis, chamadas em vernáculo Ilhas do Barlavento, designadamente: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Boavista e Sal, e delas criamos e constituímos uma nova Diocese chamada Diocese de Mindelo.<sup>156</sup>

---

<sup>154</sup> Cf. Ferreira.

<sup>155</sup> Congregação para Evangelização dos Povos, «Decreto», 14 de novembro de 2003, Diocese de Mindelo. Cópia gentilmente cedida pela Cúria Diocesana de Mindelo

<sup>156</sup> Belmiro Ramos, trad., «Tradução da Bula da Criação da Diocese de Mindelo», sem data, Diocese de Mindelo. Cópia da tradução gentilmente cedida pela Cúria Diocesana de Mindelo.

Foi estabelecida a sede episcopal na cidade de Mindelo, e foi elevada à categoria de Igreja Catedral, a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Luz, e foram atribuídas «as insígnias, privilégios e honras de que gozam as restantes Igrejas Catedrais no mundo católico».<sup>157</sup>

Na manhã do dia 9 de dezembro de 2003 às 10 horas, veio a público a notícia da criação da Diocese de Mindelo, e juntamente com esta notícia a eleição do seu primeiro bispo - o padre Arlindo Gomes Furtado (Vigário-Geral da Diocese de Santiago de Cabo Verde e Pároco de Nossa Senhora da Graça na Ilha de Santiago). A notícia foi recebida com grande júbilo pelo povo das ilhas.

No dia 15 de dezembro de 2003, Dom Paulino convocou uma reunião de emergência para criar uma Comissão Central para preparar e estudar a data da ordenação episcopal, da posse, a residência e fazer a estimativa das despesas. Ao criar esta Comissão Central, Dom Paulino nomeou o Padre Boaventura Lopes para presidir à mesma e para fazer parte desta comissão os padres: José Constantina Bento, João Augusto Martins, Alberto Cunha SDB (substituído mais tarde pelo padre Luís Peralta SDB), António Ferreira, Irmã Antónia e a Dra. Maria da Dores Morais.<sup>158</sup>

No mês de janeiro a comissão faz uma reunião para decidir as datas acima referidas, e teve-se em conta as eleições autárquicas e o tempo para a sagração do novo Bispo. Para a ordenação optou-se pelo domingo 22 de fevereiro de 2004, a posse no dia 28 e a primeira missa no domingo 29. A ordenação foi decidida que iria acontecer na cidade da Praia, para diferenciar os dois momentos importantes que eram a ordenação e posse na nova Diocese. Dom Arlindo seria o primeiro Bispo da Diocese de Mindelo e estava a seu cargo dinamizar o início de um novo tempo para a Igreja do norte do país. Acredita-se que a escolha do mesmo foi o esperado e a mais acertada, pelas qualidades, experiências e formação académica.

Dom Arlindo Gomes Furtado nasceu a 15 de novembro de 1949 na localidade de Figueira das Naus, concelho de Santa Catarina, andou no Seminário Menor São José em 1963 e depois em 1971 foi para Coimbra (Portugal), para continuar no Seminário Maior. Cinco anos depois regressou a Cabo Verde e foi ordenado diácono a 9 de maio. Depois de trabalhar no ministério paroquial, foi ordenado sacerdote em 18 de julho de 1976. De 1978 a 1986 foi reitor do Seminário Menor de São José. Entretanto foi também chanceler e tesoureiro da diocese (1978-1984) e capelão dos cabo-verdianos na Holanda (1985-1986). Em agosto de 1986 foi para Roma e estudou para uma licenciatura na Sagrada Escritura. Ao retornar ao seu país natal, ele começou a ensinar inglês no ensino médio. Regressou a Coimbra e começou a lecionar estudos bíblicos num instituto superior de teologia. Durante a sua estadia em Portugal

---

<sup>157</sup> Ramos.

<sup>158</sup> Cf. Ferreira, «Ensaio de uma Historiografia para Diocese de Mindelo».

trabalhou também na administração paroquial. Em 1995 regressou a Cabo Verde e começou a trabalhar na pastoral paroquial e a servir como membro do Conselho Nacional de Educação e lecionou na Academia de Polícia. Até 2004 foi também Vigário-geral da Diocese de Santiago de Cabo Verde. Foi ordenado bispo a 22 de fevereiro de 2004, na sequência da sua nomeação como primeiro Bispo da recém-criada Diocese do Mindelo.<sup>159</sup> Entrou solenemente e tomou posse como primeiro Bispo da Diocese de Mindelo no dia 28 de fevereiro e celebrou a primeira missa no domingo 29 de fevereiro.

Em 2003 a Diocese de Mindelo compreendia uma área total de 2207 km<sup>2</sup>, com uma população total de 146,489 habitantes, sendo 140,114 católicos (95%). Constituída por 6 ilhas sendo 5 habitadas e com um total de 12 paróquias. O número de padres Diocesanos eram 5 e 15 padres religiosos da Ordem dos Frades Menores Capuchinos e do Espiritanos.

No dia 22 de julho de 2009 o Papa Bento XVI nomeou Dom Arlindo Furtado como Bispo da Diocese de Santiago de Cabo Verde, transferindo-o da Diocese de Mindelo e nomeando-o Administrador Apostólico. Dom Arlindo permaneceu como Administrador Apostólico até a nomeação de Dom Ildo Augusto dos Santos Lopes Fortes a 25 de janeiro de 2011.

Dom Ildo Fortes é natural da Ilha do Sal, e aos 10 anos de idade seguiu para os Açores com os pais onde fez o ensino básico e parte do ensino secundário. Aos 19 anos entrou no Seminário de São José de Caparide e o seu percurso formativo passa também pelo Seminário de São Paulo de Almada dando início aos estudos teológicos e pelo Seminário Maior de Cristo Rei dos Olivais onde termina os seus estudos. Foi ordenado padre no dia 29 de novembro de 1992. No Patriarcado desempenhou as funções de Assistente do Secretariado Diocesano da Juventude e Vigário da paróquia de São João de Deus (1992-1996); Pároco de São João da Talha (1996-2002); Vigário e Pároco *ad interim* na Vigaria de Sacavém (2002-2005). A sua primeira missão *fidei donum* na recém-criada Diocese de Mindelo foi como Pároco da Paróquia de São Vicente (2005-2007), entretanto a pedido do Patriarca de Lisboa é Pároco de Carcavelos (2007-2008); e a sua segunda missão na Diocese de Mindelo foi Chanceler da Cúria Diocesana, Assistente Diocesano da Catequese e formador dos candidatos ao diaconado permanente.<sup>160</sup>

A criação da Diocese de Mindelo foi uma visão estratégica da Igreja sobre a variação natural, social, cultural, linguística e económica, que precisava de uma atuação mais próxima da Igreja e de uma atenção especial. A Igreja sempre foi visionária e soube «perscrutar os

---

<sup>159</sup> Tradução e correção nossa; Cf. Sala de imprensa da Santa Sé, «FURTADO Card. Arlindo GOMES», acedido 11 de julho de 2023, [https://press.vatican.va/content/salastampa/en/documentation/cardinali\\_biografie/cardinali\\_bio\\_furtado-gomes\\_a.html](https://press.vatican.va/content/salastampa/en/documentation/cardinali_biografie/cardinali_bio_furtado-gomes_a.html).

<sup>160</sup> Cf. Diocese de Mindelo, «Dom Ildo Fortes, Bispo da Diocese de Mindelo: Dados Biográficos», Site oficial, Diocese de Mindelo, acedido 6 de julho de 2023, <https://diocesemindelo.org/pagina.php?id=102>.

sinais dos tempos e os interpretar à luz do Evangelho» (GS 4) para a santificação do povo de Deus e salvação das almas. Por isso inflamada pelo Espírito Santo impulsionou a criação da Diocese de Mindelo foi a resposta que a Igreja encontrou para responder ao pedido dos católicos em Cabo Verde e às mudanças evidentes no país. É claro que isso só foi possível depois de um longo processo e segundo a tradução da bula foi preciso «auscultar os que se dedicam ao bem espiritual e dotá-los de recursos mais convenientes».<sup>161</sup>

Atualmente a Diocese é composta por 17 paróquias, distribuídas pelas 5 ilhas habitadas da região de Barlavento. A diocese tem um Seminário Menor na Ilha de São Vicente (O Seminário Bom Pastor), onde os seminaristas fazem o tempo de discernimento e estudos antes de prosseguirem com os estudos superiores que normalmente são sempre levados a cabo fora do país. A Diocese tem 11 seminaristas e um Diácono transitório, distribuídos por 4 Seminários maiores: 4 Seminaristas no Seminário maior de Olinda – Recife – Brasil, 4 Seminaristas nos Seminários do Patriarcado de Lisboa, 3 Seminaristas no Seminário Maior de Sevilha – Espanha, e um Diácono transitório no Colégio Urbano da *Propaganda Fidei* em Roma.

---

<sup>161</sup> Ramos, «Tradução da Bula da Criação da Diocese de Mindelo».

O clero é constituído por 11 padres diocesanos, duas comunidades religiosas masculinas, e 8 congregações femininas distribuídas segundo o quadro abaixo:

<b>Ilha</b>	<b>Congregação masculina</b>	<b>Congregação feminina</b>
Santo Antão	Ordem dos Frades Menores Capuchinhos	Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição; Pequenas Irmãs Missionárias da caridade – Orionitas; Filhas do Sagrado Coração de Maria; Irmãs Rainha dos Corações.
São Vicente	Salesianos de Dom Bosco	Irmãs Adoradoras; Irmãs do Amor de Deus; Irmãs Missionárias de São Pedro Claver; Filhas do Sagrado coração de Maria; Irmã Franciscanas da Imaculada Conceição.
São Nicolau	Ordem dos Frades menores Capuchinhos	Irmãs Rainha dos Corações; Irmãs do Amor de Deus;
Sal		Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição; Filhas do Sagrado Coração de Maria.
Boavista		Irmãs Espiritanas

A Diocese com 20 anos de caminhada eclesial como Igreja particular, prossegue o seu rumo sob o pastoreio de Dom Ildo Fortes que está a frente da mesma desde 2011. Com certeza há ainda algumas coisas por fazer e planos para implementar, mas o Espírito Santo vai conduzindo os seus pastores para guiarem a grei que lhes foi confiada.

## CONCLUSÃO

Esta dissertação assumiu como objetivo analisar o papel da Igreja Católica no processo de transição política em Cabo Verde. Para essa análise apoiamos-nos num conjunto de publicações da Diocese de Santiago de Cabo Verde, e também em jornais da época, bem como estudos sociológicos e publicações em revistas científicas e documentos do magistério da Igreja para prosseguirmos com a nossa investigação.

Realizamos em primeiro lugar uma pesquisa bibliográfica tanto nos arquivos da Diocese de Santiago de Cabo Verde como também em algumas obras que abordam o tema. Dos arquivos da Diocese pudemos fazer um levantamento de publicações diocesanas, obras publicadas de diferentes autores e também de jornais da época em análise. Sobre o tema em análise pudemos encontrar publicações diocesanas emanadas do Conselho Presbiteral e do próprio prelado diocesano, e que constituíram instrumentos importantes para a nossa dissertação.

Com a investigação e a análise feita pudemos chegar à seguinte conclusão: perante o contexto internacional que se vivia, em que a onda da democratização era evidente, a Igreja Católica em Cabo Verde preparou-se para as possíveis influências que esses acontecimentos poderiam ter no cenário político-social em Cabo Verde e para isso emitiu comunicados e publicações a fim de preparar os seus fiéis, e não só, a viverem de forma cristã as mudanças que se previam.

Nos momentos que antecederam a transição a Igreja fez-se ouvir em resultado da crispação da sua relação com o poder político, estando em causa algumas medidas adotadas pelo poder político entre as quais verificamos a aprovação da Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez e da Lei da Reforma Agrária. Segundo a Igreja o poder político não teve em conta nem o momento e nem a realidade sociológica do país. É neste sentido que a Igreja manifestou o seu descontentamento por meio de marcha pacífica e também emitiu orientações sobre os valores cristãos a se ter em conta num processo de eleições democráticas para a escolha dos dirigentes do poder político. A visita do Santo Padre o Papa João Paulo II teve muita importância no processo de abertura política devido ao seu discurso e posição anticomunista, a sua opinião em relação a medidas polémicas tomadas pelo Governo de então e também o seu forte apelo à libertação.

Fundamentando-se nos documentos do magistério, desde o Concílio Vaticano II até aos documentos do Papa João Paulo II, bem como todos os seus discursos e homilias feitos no contexto da sua visita pastoral às Ilhas de Cabo Verde, destacamos as seguintes publicações como sendo de extrema relevância para a nossa investigação: *O Manual de estudos: Igreja, Sociedade e Política*, publicada no mês de junho de 1990; *A Carta circular: Subsídios para*

*uma Ética Política*, publicada no mês de julho de 1990; *A Contribuição da Igreja Católica para a elaboração da Nova Constituição: Critérios e exigências para uma nova ordem constitucional*, publicada no mês de agosto de 1990; *As orientações pastorais: A juventude em Cabo Verde: Alegrias e preocupações da Igreja local*, publicado no mês de novembro de 1990; *A Mensagem de Natal de 1990: Mensagem do nosso Bispo D. Paulino L. Évora*, publicado em finais de dezembro de 1990.

Com estes documentos a Igreja Católica Cabo-verdiana através do seu governo, manifestou primeiramente a sua presença histórica em Cabo Verde que remonta o descobrimento e povoamento das ilhas, e em segundo lugar reafirmou os ensinamentos da sua Doutrina Social em ser sinal de Cristo Vivo no meio da sociedade humana. Como parte da sociedade humana a Igreja não pode ficar de fora das mudanças que a acompanham, mas tem de saber perscrutá-las e interpretá-las à luz do Evangelho.

Com o resultado das primeiras eleições livres e democráticas, de 13 de janeiro de 1991, demonstrou que a mensagem difundida pela Igreja passou e os valores defendidos pela mesma continuavam a ser acolhidos pelos seus fiéis. Os resultados também demonstraram um poderio social da Igreja como formadora de opinião, guia e orientadora da vida espiritual, social e humano do seu povo.

A nossa pesquisa revela-se de uma particular importância para a compreensão deste período recente da nossa história que ainda não tinha sido explorada do ponto de vista da Teologia Histórica e também para a produção de um contributo para história da Igreja em Cabo Verde, que deu início ao seu decénio de comemoração dos seus quinhentos anos da criação da Diocese de Santiago de Cabo Verde. A Igreja Católica é uma instituição milenar cuja presença nas ilhas de Cabo Verde tem mais de cinco séculos e a sua presença como Igreja Diocesana local caminha para os quinhentos anos, por isso contamos que a nossa investigação constitua uma mais-valia e possa abrir possibilidades para novas investigações e estudos complementares.

Reconhecemos que houve limitações no acesso às informações devido a pouco estudo e investigação feitos neste âmbito e também por se tratar de período recente muitas informações não estão disponíveis à consulta, pelo que teve de ser uma compilação nossa das documentações e análise. Para uma futura pesquisa dentro desta área exigirá um dispêndio de tempo e também financeiro para abraçar a investigação que na sua maioria terá de ser feita com a exploração dos arquivos nacionais, tanto da Igreja como do Estado. O acesso aos documentos fez-se por meio de scanners porque os mesmos eram somente de consulta.

Por fim sentimos que o assunto não se esgotou com a nossa investigação que foi limitada na questão do tempo e logística, mas deu-nos uma rampa de lançamento para futuros estudos e investigações complementares que já serão facilitadas pelos levantamentos feitos pelo nosso

estudo. Confiamos na presença de Deus, Pai de misericórdia, Mestre e Guia, Fonte de Vida e de Amor na nossa caminhada de busca de conhecimento e na construção de uma sociedade terrena mais justa e mais pacífica.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. FONTES

«Acordo jurídico entre a República de Cabo Verde e a Santa Sé relativo ao estatuto jurídico da Igreja Católica em Cabo Verde», 2013.

<http://bibliotecanonica.net/docsan/btcanv.pdf>.

Barbosa, Gilda. «A Igreja e a Política». *Terra Nova*, maio de 1990, 170 edição.

———. «A Igreja e os partidos políticos». *Terra Nova*, julho de 1990, 172 edição.

Congregação para Evangelização dos Povos. «Decreto», 14 de novembro de 2003. Diocese de Mindelo.

Conselho Diocesano. «Comunicado do Conselho Diocesano - Pela verdade e pela serenidade». *Terra Nova*, janeiro de 1991, 178 edição.

Conselho Presbiteral. «Contribuição da Igreja Católica para elaboração da Nova Constituição: Critério e exigências para uma nova ordem constitucional». *Terra Nova*, setembro de 1990, 174 edição.

Diocese de Cabo Verde. «Mensagem de João Paulo II aos Caboverdianos». Diocese de Cabo Verde, 1990.

———. «Natal-1990: Mensagem do nosso Bispo D. Paulino L. Évora». Diocese de Cabo Verde, dezembro de 1990.

Diocese de Mindelo. «Dom Ildo Fortes, Bispo da Diocese de Mindelo: Dados Biográficos». Site oficial. Diocese de Mindelo. Acedido 6 de julho de 2023. <https://diocesemindelo.org/pagina.php?id=102>.

Episcopado Português. *Igreja e Política*. Editado por Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Porto: Editorial Promoção, 1975.

Évora, Iolanda. «A diáspora cabo-verdiana: percepções e redefinições a partir do arquipélago». Centro de Estudo sobre a África e do desenvolvimento, 2010. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4610/1/WP88CESA.pdf>.

Évora, Paulino. «A juventude em Cabo Verde: Alegrias e preocupações da Igreja local. Orientações Pastorais». *Terra Nova*, novembro de 1990, 176 edição.

———. «Carta circular: Subsídios para uma Ética Política». Diocese de Cabo Verde, julho de 1990.

———. «Dou-vos uma grande notícia: O Papa vem a Cabo Verde». *Terra Nova*, setembro de 1989, 162 edição.

———. «Uma Quinta-feira Santa diferente: homilia do Bispo Dom Paulino na Missa Crismal». *Terra Nova*, abril de 1990, 169 edição, sec. Suplemento.

Fortes, Teresa. «Entrevista com D. Arlindo Furtado, Bispo de Mindelo». *A Semana*, 8 de abril de 2005, sec. kriolidade.

Secretariado Diocesano de Ação Social. «Manual de estudo: Igreja Sociedade e Política». Cáritas Diocesana, junho de 1990.

Terra Nova. «Estatuto Editorial». Jornal online. Terra Nova. Acedido 23 de setembro de 2022. [https://terranova.cv/pt\\_PT/estatuto-editorial/](https://terranova.cv/pt_PT/estatuto-editorial/).

———. «Quem somos». Jornal online. Terra Nova. Acedido 23 de setembro de 2022. [https://terranova.cv/pt\\_PT/quem-somos/](https://terranova.cv/pt_PT/quem-somos/).

———. «Visita do Papa: Uma Alegria e uma Responsabilidade». *Terra Nova*, outubro de 1989, 163 edição.

vozdipovo. «Viagem Apostólica de João Paulo II: Programa». *vozdipovo*, 25 de janeiro de 1990, 902 edição.

## 2. INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Albuquerque, Luís de, e Maria Emília Madeira Santos. *História geral de Cabo Verde*. 2ª ed. Vol. I. Lisboa Praia: Inst. de Investigação Científica Tropical. Centro de Est. de Hist. e Cartografia Antiga ; Inst. Nacional de Investigação Cultural, 2001.

Almada, David. *A Construção do Estado e Democratização do Poder em Cabo Verde*. 3ª. Praia: Pedro Cardoso Livraria, 2020.

Andrade, Álvaro. «Cabo-verdianos na América: uma emigração com séculos de história». Site oficial. VOA, 12 de janeiro de 2016. <https://www.voaportugues.com/a/cabo-verdianos-na-america-uma-emigracao-com-seculos-de-historia/3142066.html>.

Barbosa, Gil. «A Transição democrática em Cabo Verde: O caso do Poder Local». Universidade Lusófona de Humanidades e Administração, 2020.

Calvez, Jean-Yves. *A política e Deus*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

Cardoso, Humberto. *O Partido Único em Cabo Verde - Um Assalto à Esperança*. 2ª. Praia: Pedro Cardoso Livraria, 2016.

Cerrone, Federico. *Cabo Verde, Cruzamento do Atlântico Sul*. Fossano -Mindelo: Centro Missões Estrangeiras Irmãos Capuchinhos - Edição Radio Nova, 1997.

Contacto Virtual design de comunicação. Ida. «História». *As Ilhas de Cabo Verde*, setembro de 2009.

———. «Meio ambiente». *As Ilhas de Cabo Verde*, setembro de 2009.

Coste, René. *Évangile et politique*. Paris: Éditions Aubier-Montaigne, 1968.

Évora, Iolanda. «A diáspora cabo-verdiana: percepções e redefinições a partir do arquipélago». Centro de Estudo sobre a África e do desenvolvimento, 2010. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4610/1/WP88CESA.pdf>.

Évora, Roselma. «A Abertura política e o processo de transição democrático em Cabo Verde». Universidade de Brasília-Departamento de Ciência Política, 2001. <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/292/1/2001%20Roselma%20Evora.pdf>.

Ferreira, António. «Ensaio de uma Historiografia para Diocese de Mindelo», 2020.

———. «Jovem Paulino foi tocado por Deus ao ver a dedicação dos missionários em Cabo Verde». *A Nação (online)*, 13 de julho de 2019. <https://www.anacao.cv/noticia/2019/07/13/jovem-paulino-foi-tocado-por-deus-ao-ver-a-dedicacao-dos-missionarios-em-cabo-verde/>.

Ferreira, Lígia. *Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Aberta, 1997.

Góis, Pedro. *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: Alto-comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), 2006.

———. «Entre Janus e Hydra de Lerna: As Múltiplas Faces dos Cabo-Verdianos em Portugal». Em *Comunidade(s) Caboverdiana(s): As múltiplas faces da imigração caboverdiana*, editado por Pedro Góis, 1<sup>a.</sup>, 9–24. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), 2008.

Instituto Nacional de Estatística. *Inquérito multi-objetivo contínuo 2014: Estatística das migrações*. Praia: INE, 2015.

Lopes, José. *Aristides Pereira, Minha Vida, Nossa História*. Cidade da Praia: Spleen Edições, 2012.

Madeira, João Paulo. «Cabo Verde e Estados Unidos da América: uma ligação bicentenária». *Janus.net, e-journal of international relations*, novembro de 2021. <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5246/2/vol12-n2-art07.pdf>.

Madeira, João Paulo, e Bruno Reis. «A Construção da Democracia em Cabo Verde: Do condicionalismo colonial português ao reconhecimento internacional». *JANUS.NET e journal of Internacional Relations*, outubro de 2018. [http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol9\\_n1/en/en\\_vol9\\_n1\\_not2.pdf](http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol9_n1/en/en_vol9_n1_not2.pdf).

Madeira Santos, Maria Emília. «África». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 1:21–25. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, agosto de 2000.

Monteiro, Eurídice. «O Papa e a abertura política». *Expresso das Ilhas*, 30 de janeiro de 2019, n° 896 edição.

Montezinho, Jorge. «40 anos de Terra Nova: O único jornal que enfrentou o Partido Único». Jornal online. *Expresso das Ilhas Online*, 21 de abril de 2015. <https://expressodasilhas.cv/exclusivo/2015/04/21/40-anos-de-terra-nova-o-unico-jornal-que-enfrentou-o-partido-unico/44433>.

Neiva, Adélio. «Acordo Missionário». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 1:19–20. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, agosto de 2000.

Neves, José. *Uma agenda de transformação para Cabo Verde*. Lisboa: Letras Várias, 2010.

Oliveira, Nobre. *A Imprensa Caboverdiana 1820-1975*. Edição Fundação Macau, Direção dos Serviços de Educação e Juventude, 1998.

Pereira, Daniel. *Estudos da História de Cabo Verde*. 2ª. Praia: Alfa Comunicações, 2005.

Pereira, Ludemila. «Cabo Verde: Da descolonização à Abertura Política». Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2013.

<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3906/1/Tese%20Ludmila.pdf>.

Ramos, Belmiro, trad. «Tradução da Bula da Criação da Diocese de Mindelo», sem data. Diocese de Mindelo.

Rema, Henrique. «Cabo Verde». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 1:280–84. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, agosto de 2000.

República de Cabo Verde. «Constituição da República de Cabo Verde». *Boletim Oficial*, 13 de outubro de 1980, 41 edição, sec. Suplemento.

Rosanroch, Júlio. «História da emigração caboverdeana: Uma visão cruzada nas composições musicais», 2002. <https://www.governo.cv/documentos/historia-da-emigracao-caboverdeana/>.

Sala de imprensa da Santa Sé. «FURTADO Card. Arlindo GOMES». Acedido 11 de julho de 2023.

[https://press.vatican.va/content/salastampa/en/documentation/cardinali\\_biografie/cardinali\\_bio\\_furtado-gomes\\_a.html](https://press.vatican.va/content/salastampa/en/documentation/cardinali_biografie/cardinali_bio_furtado-gomes_a.html).

Santos, Odair. «Democracia em Cabo Verde: As Eleições municipais de 2004 nas páginas dos jornais». Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1354/1/OSANTOS.pdf>.

Semedo, Adilson. «A reconstrução do poder católico como o sentido dos posicionamentos públicos do Governo da Diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)». *Revista de Estudos Cabo-verdianos*, dezembro de 2014.

———. «As Reestruturações do sentido de pertença à Igreja Católica nos Bispados de D. José Colaço, D. Paulino Évora e D. Arlindo Furtado: Adaptação ou Resistência às Mudanças Políticas e Culturais em Cabo Verde?» *Pragmatizes - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, 4 de setembro de 2017. <http://www.pragmatizes.uff.br>.

———. *Religião e Política: O Governo da Diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)*. Praia: Editorial Sotavento, 2015.

Semedo, Carla. «A experiência migratória de cabo-verdianos para as roças de São Tomé e Príncipe: pesquisa de campo». *População e Sociedade*, dezembro de 2000. [https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/populacao-e-sociedade-n-o-34/a-experiencia-migratoria-de-cabo-verdianos-para-as-rocas-de-sao-tome-e-principe-pesquisa-de-campo/pdf-a-experiencia-migratoria-de-cabo-verdianos-para-as-rocas-de-sao-tome-e-principe-pesquisa-de-campo/@@display-file/file/Revista%2034\\_Artigo%207.pdf](https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/populacao-e-sociedade-n-o-34/a-experiencia-migratoria-de-cabo-verdianos-para-as-rocas-de-sao-tome-e-principe-pesquisa-de-campo/pdf-a-experiencia-migratoria-de-cabo-verdianos-para-as-rocas-de-sao-tome-e-principe-pesquisa-de-campo/@@display-file/file/Revista%2034_Artigo%207.pdf).

Silva, Filomena. «João Paulo II: uma cruzada pela paz». *vosdipovo*, 25 de janeiro de 1990, n.º 902 edição, sec. vpdossier.

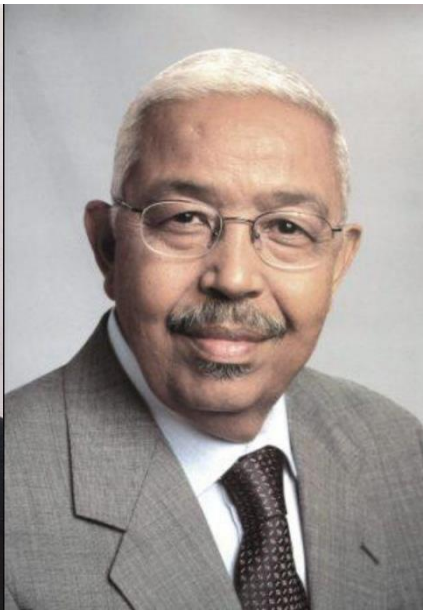
Soraia, Cardoso. «A Importância da Diáspora na Política Externa de Cabo Verde». Dissertação de mestrado, Universidade do Minho - Escola de Economia e Gestão, 2011. <https://core.ac.uk/reader/38681530>.

Stilwell, Peter. *Os caminhos de Justiça e da Paz - Doutrina Social da Igreja: Documentos de 1891 a 1981*. Lisboa: Rei dos Livros, 1987.

Teixeira, Ricardino. *Guiné-Bissau e Cabo Verde: As Relações entre a Sociedade Civil e o Estado*. Recife: Editora UFPE, 2015.

Vaz, Paulo. *O Inquietante Mistério*. 1ª. Lisboa: Paulus, 2019.

ANEXOS



1. **Esquerda:** Primeiro Presidente da República de Cabo Verde – Aristides Maria Pereira (1975-1991).  
**Direita:** Primeiro-ministro da República de Cabo Verde – Pedro Verona Rodrigues Pires (1975-1991) (fonte: www.barrosbrito.com)



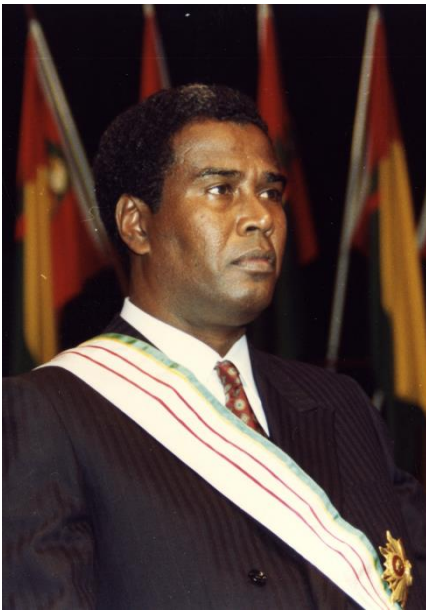
2. **Esquerda:** Primeira página do jornal *Terra Nova* nº 162/setembro de 1989 – anúncio da visita do Papa João Paulo II a Cabo Verde.  
**Direita:** Suplemento do nº 186 do jornal *Terra Nova* – Contribuição da Igreja Católica para a Elaboração da Nova Constituição (fonte: Arquivo da Diocese de Santiago de Cabo Verde)



3. **Esquerda:** Primeiro Bispo caboverdiano e primeiro Bispo da Diocese de Santiago de Cabo Verde, pós-independência – Dom Paulino Livramento Évora. (1975-2009).  
**Direita:** Chegada do Papa João Paulo II à cidade da Praia, na sua primeira e única visita apostólica a Cabo Verde – janeiro de 1991. (fonte: [www.diocesedesantiago.org](http://www.diocesedesantiago.org))



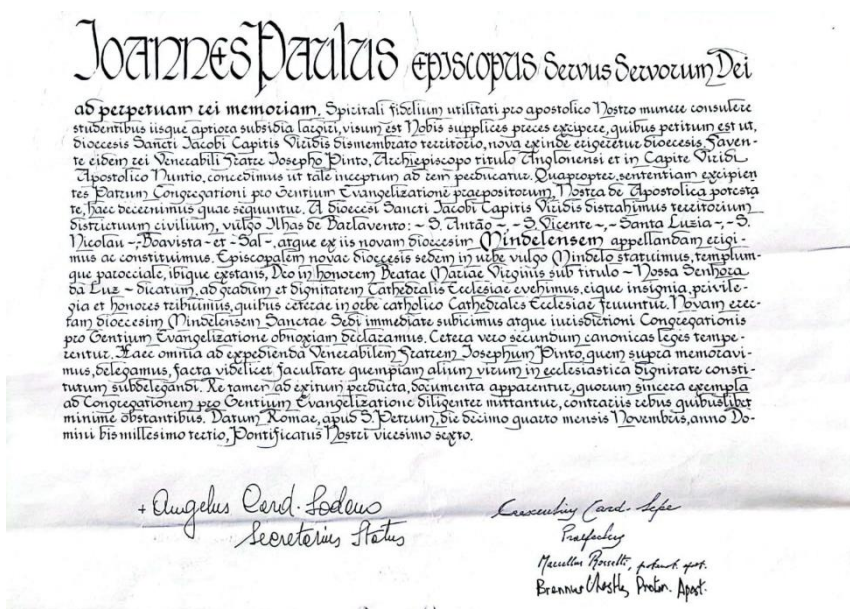
4. **Esquerda:** Capa do jornal *Vosdipovo* nº 902 de 25/01/1990, alusivo à visita do Papa João Paulo II à Cabo Verde.  
**Direita:** Capa do jornal *Vosdipovo* nº 903 de 30/01/1990, destacando momentos da visita do Papa. (fonte: Arquivo da Diocese de Santiago de Cabo Verde).



5. **Esquerda:** Primeiro Presidente da República de Cabo Verde depois da transição para democracia, eleito nas primeiras eleições livres de 1991– António Manuel mascarenhas Gomes Monteiro (1991- 2001).

(fonte: <https://portais.parlamento.cv/historia-an/1974-VIII Legislatura.php>)

**Direita:** Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde depois da transição para democracia, eleito nas primeiras eleições livres de 1991– Carlos Alberto Wahnon de Carvalho Veiga (1991- 2000). (fonte: <http://www.caboverde-info.com>)



6. Bula da criação da Diocese de Mindelo, 14 de novembro de 2003 pelo Papa João Paulo II (cópia cedida pelo arquivo da Diocese de Mindelo).

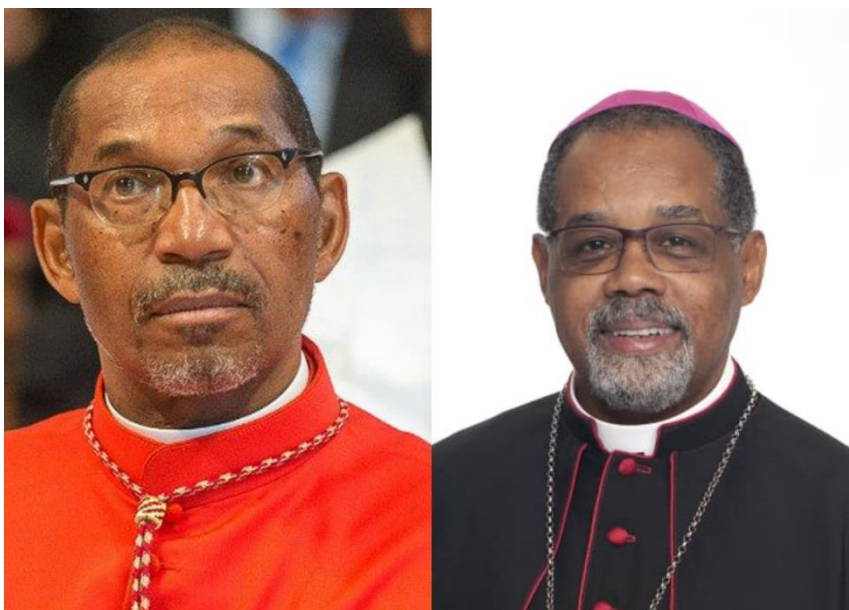
# Joannes Paulus episcopus Servus Servorum Dei

dilecto filio **Arlindo Gomes Furtado**, hactenus Vicario generali et paroco ecclesiae cathedralis Diocesis Sancti Jacobi Capitis Viebis, Episcopo electo diocesis Mindelensis noviter constitutae, salutem et Apostolicam Benedictionem. Sedulo prospicientes Cathedrali Ecclesiae Mindelensi in Capite Viebi, hoc ipso die per Apostolicam Constitutionem - Spiritu tali fidelium - ecclesiae, visum est Nobis optime fieri si hoc gravissimum sacri pastoris officium tribueremus tibi, dilecte fili, quoadmodum in te insunt animi ingenique virtutes eorumque pastoralium peritia. Quapropter, te mature perpensa, ratum habentes votum eorum quocumque intercessit, de potestate Nostrae Apostolicae plenitudine, te **Mindelensem** sacerdotum Antistitem nominamus et constituimus, tibi simul universa tribuimus iura et obligationes imponimus quae secum fert idem episcopatus. Quae Sinaculum minus. Permittimus autem tibi ordinationem ad liturgicas normas accipere a quolibet catholico episcopo extra urbem Romanam. Pius vero quamvis contingat, oportebit catholicae fidei professionem facias atque ius iurandum fidelitatis nuncupare Nos et Successores Nostros; ac tandem a te adhibitas formulae, consueta ratione signatas sigilloque munitas, ad Congregationem pro Gentium Evangelizatione transmittas. Cuiusmodi praeterea ut tam electum quam populum ecclesiae facias de hac tua nominatione; quos carissimos filios et filias habeamus ut congrua benignitate te pastorem animarum suarum suscipiant et consentanea alacritate mandata perficiant quae ad maius eorum spirituale commobium videbis. Quod reliquum est, dilecte fili, multa precor Deum principem pastorem exoramus, ut tibi Episcopo iugiter adsit tuisque inceptis pro sui nominis gloria felicissimum adiungat effectum. Datum Romae, apud S. Petrum, die decimo quarto mensis Novembris, anno Domini bis millesimo tertio, Pontificatus Nostri vicesimo sexto.

*Joannes Paulus II*

*Marcus Roselli, faber. apost.*

7. Bula da eleição do padre Arlindo Gomes Furtado como primeiro bispo da Diocese de Mindelo, 14 de novembro de 2003, pelo Papa João Paulo II (cópia cedida pelo arquivo da Diocese de Mindelo).



8. **Esquerda:** Cardeal Arlindo Gomes Furtado – Primeiro bispo da Diocese de Mindelo (2003 – 2009), atual bispo de Santiago de Cabo Verde. (fonte: vaticannews.va)  
**Direita:** Dom Ildo Augusto dos Santos Lopes Fortes – Bispo de Mindelo Cabo Verde (2011 - ) sucessor de Dom Arlindo Furtado. (fotografia cedida pelo próprio)